EDITORA CONHECIMENTO LIVRE



CAMINHOS DA HISTÓRIA: ENSAIOS E REFLEXÕES

Plínio Ferreira Pires

Caminhos da história: ensaios e reflexões

1ª ed.

Goiânia-GO
Editora Conhecimento Livre

Copyright© 2026 por Editora Conhecimento Livre

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pires, Plínio Ferreira
P638C Caminhos da história: ensaios e reflexões

/ Plínio Ferreira Pires. – Goiânia-GO

Editora Conhecimento Livre, 2026

122 f.: il
DOI: 10.37423/2026.edcl1335
ISBN: 978-65-5367-829-3
Modo de acesso: World Wide Web
Incluir Bibliografia

1. processos-históricos 2. reflexões-críticas 3. cultura 4. temporalidade I. Pires, Plínio Ferreira II. Título

CDU: 900

https://doi.org/10.37423/2026.edcl1335

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Conselho Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

Dr. Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

Dra. Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

Dr. Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

MSc Carlos Eduardo De Oliveira Gontijo

Dr. Rodrigo Couto Santos

Dra. Milena Gaion Malosso

PHD Marcos Pereira Dos Santos

Editora Conhecimento Livre
Goiânia-GO
2026

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 5
A EVOLUÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL:DA TRADIÇÃO COLONIAL A NECESSIDADE DECOLONIAL. (XVI-XXI)
Vítor Tavares Ribeiro
DOI 10.37423/260811218

CAPÍTULO 2 26
O CÍRCULO DE BAKHTIN E O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO: A REPRESENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DO APRENDIZ/ARTÍFICE NO DECRETO NO 7.566
Edson Carlos da Silva
DOI 10.37423/260811219

CAPÍTULO 3 53
MATERNIDADE E FEMINILIDADE NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA: ANÁLISE DO DISCURSO DE SI E DA SOCIEDADE À LUZ DA OBRA A PEDIATRA, DE ANDRÉA DEL FUEGO
Francisca Cibele da Silva Gomes
Andreia Rodrigues de Andrade
Fagner de Sousa Araújo
José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior
Adriane de Sousa Portela
Denise Castro Sobrinho
Gláucia Silva Ferreira
Amuriel Alves da Silva
DOI 10.37423/260811247

CAPÍTULO 4 67
PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, RESSONÂNCIA DO PASSADO E SUAS CONTINGÊNCIAS NA FORMA URBANA DE ANÁPOLIS.
Lucas Gabriel Corrêa Vargas
Wilton de Araujo Medeiros
DOI 10.37423/260811264

CAPÍTULO 5 99
MARGUERITE THOMAS WILLIAMS A PRIMEIRA GEÓLOGA AFRO- AMERICANA NOS EUA
Gleide Alencar do Nascimento
DOI 10.37423/260811269

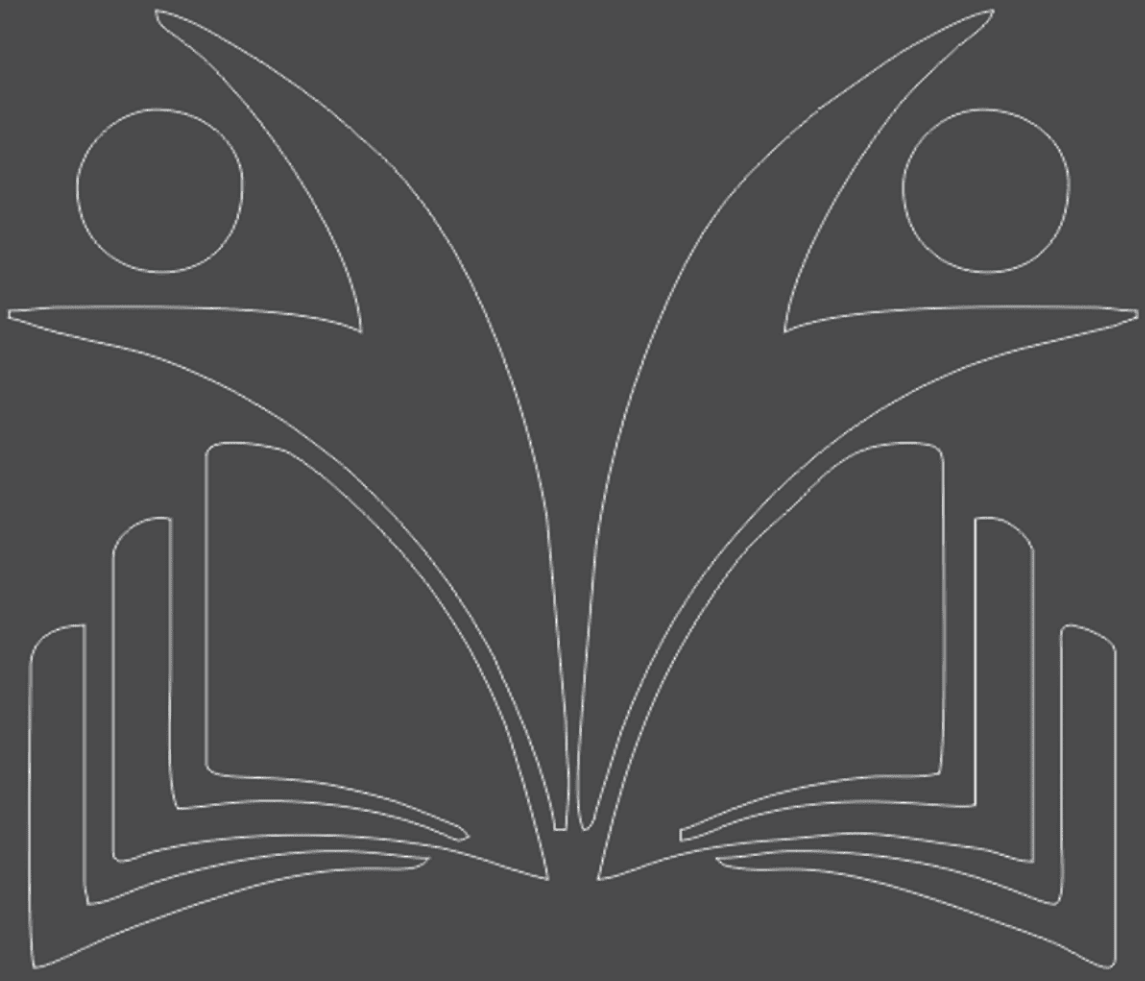
CAPÍTULO 6 108
A SAMAUMEIRA: SÍMBOLO DE ANCESTRALIDADE E SUSTENTABILIDADE NO QUILOMBO VILA DO CACAU/COLARES-PARÁ
Telma Nazaré de Sousa Pereira
Assunção José Pureza do Amaral
Leila do Socorro Araújo Melo
Wanderlan Montão da Silva
DOI 10.37423/260811289

Capítulo 1

10.37423/260811218

A EVOLUÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL:DA TRADIÇÃO COLONIAL A NECESSIDADE DECOLONIAL. (XVI-XXI)

Vítor Tavares Ribeiro *Universidade Estadual da Paraíba-UEPB*



RESUMO

Este artigo busca analisar a trajetória do ensino de História no Brasil, destacando desde a transição da educação colonial para a contemporânea necessidade de um ensino decolonial e crítico. O estudo se inicia temporalmente no século XVI, com uma revisão do período colonial, onde a educação era pautada por uma perspectiva eurocêntrica, com forte influência das metrópoles colonizadoras, e a História ensinada nas escolas servia para reforçar a dominação cultural e política. Com o advento do Império e as reformas educacionais subsequentes, observou-se uma tentativa de construir uma identidade nacional que, ainda assim, perpetuava muitos dos paradigmas coloniais. Seguindo pelo século XX, é notado na Primeira República uma história das humanidades científicas com aspectos mais positivistas e metódicos, destacando-se especialmente no período pós-ditadura militar, quando o ensino de História começou a sofrer mudanças significativas, influenciado por novas correntes historiográficas que buscavam incluir perspectivas marginalizadas. Assim, o artigo argumenta que, no século XXI, a necessidade de uma abordagem decolonial tornou-se evidente. Abordagem tal que propõe uma revisão crítica dos conteúdos e métodos de ensino para incluir as vozes e experiências dos povos indígenas, afro-brasileiros e outros grupos subalternizados, visando não apenas corrigir as lacunas e distorções históricas, mas também promover uma educação mais inclusiva e crítica. Em suma, este artigo científico destaca que a transformação do ensino de História é um processo contínuo e necessário para a construção de uma sociedade e de uma nação brasileira mais justa e consciente de sua diversidade cultural e histórica.

Palavras-Chave: Metodologia; Educação; Ensino de História; Mudança; Evolução contínua.

INTRODUÇÃO

Este Artigo Científico resulta de uma avaliação da disciplina de Metodologia I, que tem como objetivo analisar a trajetória do ensino de História no Brasil, contextualizando-o com as metodologias atuais. Como base da avaliação, utilizou-se o texto "Reflexões sobre o Ensino de História no Brasil", de Circe Bittencourt, o qual será utilizado para analisar os diferentes períodos da educação historiográfica brasileira. Também serão feitas comparações com outros autores que destacam esses períodos, trazendo à tona abordagens que, embora não predominantes, se destacaram de tal maneira que devem ser devidamente lembradas e utilizadas.

Na segunda parte, que trata das metodologias atuais, destacaremos a decolonialidade como a principal abordagem, utilizando, além do texto "Por um Ensino que Deforme", de Durval Muniz de Albuquerque, o livro "Ensino de História para Anos Finais", de Itamar Franco. Com base nessas obras, apresentaremos uma nova proposta metodológica para o ensino de História decolonial ressaltando a versatilidade contínua e eminente da historiografia, que se adapta ao tempo, à cultura e aos objetivos a ela propostos.

Assim o artigo visa apresentar cada fase do ensino de História a partir do Brasil Colonial, comparando-as com outros autores da área, até chegar a um ponto em comum. Posteriormente, analisará as metodologias que fogem ao padrão utilizado no período estudado e, por fim, proporá uma metodologia atual que complemente os métodos e ideias estudados, aplicados e desenvolvidos para o ensino de História no Brasil.

EDUCAÇÃO COLONIAL

Para Circe Bittencourt, o primeiro estágio do ensino de História no Brasil é a educação colonial trazida pelos portugueses, sobre a qual ela apresenta uma análise detalhada em suas obras, destacando suas características, limitações e o papel desempenhado pelas ordens religiosas, especialmente pelos jesuítas. Em seus escritos, ela explora como a educação, nesse período, era profundamente marcada por influências religiosas e voltada para a formação de uma elite colonial. Ela afirma: "A educação colonial brasileira foi, durante muito tempo, uma extensão do projeto colonizador português, em que o principal objetivo era a catequese dos indígenas e a formação de um grupo dirigente letrado" (Bittencourt, 2009, p. 29).

Assim, Circe demonstra que a educação nesse período não era apenas uma campanha de missão religiosa, mas uma ferramenta de dominação cultural e de expansão territorial, que visava não apenas inserir o ensino religioso e o letramento português, mas exaltar esses elementos acima dos costumes nativos, extinguindo uma cultura e colocando em seu lugar uma "educação melhor", guiada pelos jesuítas. Essa educação tinha como objetivos a conversão religiosa (substituição dos ensinos "bárbaros" pela "civilização" católica), o controle social (definição dos limites de liberdade, práticas e relações dos nativos segundo o padrão colonizador) e a manutenção da ordem social (criação de uma hierarquia ética, religiosa e social por meio da aplicação das leis, normas e costumes portugueses).

Certamente, tal ataque à cultura predominante na América do século XVI não seria bem aceito, principalmente pelos indígenas adultos, que, já alicerçados e com uma mentalidade formada, resistiram brutalmente ao ensino da Companhia de Jesus. Isso levou os jesuítas a investirem nas crianças, através de colégios e aldeamentos, onde a educação infantil era priorizada. Essa educação tomava formas rígidas e severas, visando que essas crianças não abandonassem a fé ao crescer, com o intuito de que se tornassem a nova cristandade da América no futuro, usando até mesmo a força para mantê-las no caminho e nas virtudes "certas". Contudo, Bittencourt também aponta que essa educação não era popular, selecionando os melhores (filhos de portugueses e mestiços) e excluindo aqueles que enfrentavam mais dificuldades (nativos), oferecendo apenas ensinos religiosos aos escravos, que representavam a maior parte da população brasileira no período colonial. Assim, a maioria da população, composta por indígenas, africanos escravizados e mestiços, era excluída por não abandonarem seus costumes facilmente, não adentrando no sistema educativo formal.

Em comparação com o que outros historiadores apontam sobre o período, como Maria Lúcia Pallares-Burke, que se debruçou sobre a história intelectual e cultural no Brasil, sua obra "As Muitas Faces da História" explora o papel do ensino de História no contexto colonial, especialmente a forma como foi utilizado para perpetuar a narrativa eurocêntrica e cristã. Observa que a história ensinada nas escolas estava profundamente ligada à moral religiosa e à construção de uma identidade cristã, buscando reforçar a visão de mundo católica. Ela destaca, por exemplo, que "o passado glorioso de Portugal, as Cruzadas e as conquistas dos reis católicos eram temas centrais no currículo histórico" (Pallares-Burke, 2001, p. 139). Em consonância com Circe Bittencourt, ela ressalta que a história ensinada nas escolas visava legitimar a autoridade da Coroa portuguesa e da Igreja, ao mesmo tempo em que mantinha as populações coloniais e sua história em uma posição subalterna.

Arnaldo Niskier, historiador e educador brasileiro, também ofereceu importantes contribuições ao debate sobre o ensino de História no Brasil Colonial, principalmente em seu livro "História da Educação Brasileira", no qual argumenta que o ensino de História, nesse período, servia como ferramenta para moldar a identidade dos alunos de acordo com os interesses da metrópole, formando assim o modelo de cidadão europeu, católico e elitista, exaltando os feitos de Portugal e do catolicismo, sem mencionar ou criticar os aspectos negativos desses. Esse ensino era extremamente radical, sem crítica ou estímulo ao pensamento crítico.

Portanto, Pallares-Burke, Niskier e Circe Bittencourt concordam que o ensino de História no Brasil Colonial foi essencialmente um instrumento de controle ideológico, com os jesuítas, devido à sua forte presença no campo educacional, servindo aos interesses coloniais e religiosos. Isso resultou em uma historiografia missionária, civilizatória e colonizadora que ignorava ou minimizava as perspectivas dos povos subjugados. Assim, entendemos que era uma História carente de uma visão crítica, focando apenas nas narrativas que consolidavam o poder da metrópole, abordagem que teve efeitos duradouros no Brasil, já que durou pouco mais de três séculos (XVI-XIX), perpetuando uma visão eurocêntrica e elitista que persiste até os dias atuais.

VARIANTES COLONIAIS

Circe apresenta a forma predominante do ensino de História no período colonial, contudo, não explora as variações que existiam nesse mesmo período. Embora tenha delineado aspectos predominantes da historiografia brasileira, ainda há lacunas e distorções que precisam ser lembradas e ressaltadas para uma educação crítica nos dias atuais. Durante o Brasil Colônia, o principal método de ensino de História era imposto pelos colonizadores portugueses e pelas ordens religiosas, centrado na exaltação da colonização, da cultura europeia e da fé católica. No entanto, existiam formas de ensino de História que fugiam a esse padrão, sobretudo entre as populações indígenas, africanas escravizadas e comunidades mestiças, que se manifestavam principalmente por meio de tradições orais, práticas culturais e narrativas alternativas que desafiavam a hegemonia tradicional.

Destacam-se, entre essas formas, as tradições orais indígenas, uma vez que as populações nativas possuíam modos próprios de transmitir suas histórias e conhecimentos, baseados na oralidade e em práticas culturais coletivas. Em vez de uma história escrita e cronológica, como a dos europeus, os indígenas contavam suas histórias por meio de mitos, rituais e canções, que transmitiam valores,

conhecimentos ecológicos, narrativas de origem e memórias coletivas. Essas histórias não apenas explicavam o mundo ao redor e suas origens, mas também serviam como um guia para a vida em sociedade, resistindo ao processo de colonização. Isso é bem observado na obra "História dos Índios no Brasil", organizada por Manuela Carneiro da Cunha, que, juntamente com diversos autores, discute como a tradição oral era fundamental para a preservação da história indígena e como seus relatos e memórias eram passados de geração em geração, mesmo em meio à opressão colonial.

Outro método divergente eram as narrativas africanas e afro-brasileiras. Os escravizados traziam consigo tradições orais, mitos, lendas e histórias que também funcionavam como formas de ensino de História que desafiavam a narrativa colonial. Essas histórias eram transmitidas principalmente em comunidades quilombolas, terreiros de candomblé e outras organizações sociais mantidas pelos africanos e seus descendentes. Dessa forma, as narrativas preservavam as culturas africanas e resistiam à tentativa de apagamento cultural promovido pela escravidão e pelo sistema colonial. O livro "A História dos Quilombos", de Clóvis Moura, demonstra claramente como as comunidades quilombolas mantinham vivas as tradições orais africanas, que incluíam histórias sobre as origens dos povos, lutas contra a opressão e resistência à escravidão. Ainda que de grande importância, a história dos quilombos não está registrada nos livros coloniais, permanecendo apenas na memória oral dos descendentes desses povos que ali viveram e lutaram, pois escapa à lógica do monopólio colonizador.

Essas duas tradições orais geraram diversos outros relatos populares mestiços. Com a mistura entre indígenas, africanos e europeus, surgiram também formas alternativas de transmissão da História. Esses diversos grupos desenvolviam suas próprias narrativas, mesclando elementos das várias culturas que compunham a sociedade colonial, criando histórias populares que, muitas vezes, eram transmitidas oralmente e traziam uma visão crítica do sistema colonial, especialmente em relação à opressão sofrida pelos grupos subalternos.

Na obra "O Povo Brasileiro", Darcy Ribeiro analisa como as histórias e tradições populares representavam não só uma resistência ao modelo da época, mas também desenvolviam métodos e culturas completamente novos. Essas narrativas tornavam-se populares, impregnadas de crítica social, e eram transmitidas por meio de lendas, festas populares e práticas religiosas sincréticas.

Outra abordagem divergente era a historiografia crítica de viajantes e crônicas alternativas. Além das tradições orais, algumas narrativas históricas escritas também escapavam ao padrão colonial, embora de maneira limitada. Alguns cronistas e viajantes europeus que passaram pela Colônia produziram

relatos que ofereciam visões mais críticas ou alternativas em comparação ao discurso oficial. Embora ainda inseridos na lógica colonial, esses relatos frequentemente forneciam descrições mais detalhadas das condições de vida das populações indígenas e africanas e, por vezes, questionavam as práticas coloniais. Por exemplo, o cronista alemão Hans Staden, em "Duas Viagens ao Brasil", publicado inicialmente em 1557, apresentou uma visão divergente da história oficial, ao descrever suas experiências entre os tupinambás e criticar certos aspectos da colonização portuguesa. Apesar de não ser um historiador de ofício e de não oferecer um ensino de História no sentido estrito, os relatos de viajantes como Staden ofereciam perspectivas que fugiam ao padrão colonial, ao documentar culturas indígenas sob uma ótica menos eurocêntrica e estigmatizada.

Dado que essas quatro formas de aprendizado, opostas ou menos estigmatizadas pela metrópole, romperam a barreira do tempo e chegaram até nós, é possível que sirvam de inspiração para um ensino mais crítico e diversificado, que continue a resistir ao apagamento cultural imposto pela colonização. Essas formas de ensino, embora marginalizadas, desempenham um papel crucial na manutenção das identidades culturais da nação atualmente, assim como fizeram no passado.

EDUCAÇÃO IMPERIAL

Seguindo para o Brasil Império, onde as mentalidades e propostas da elite nacional se modificam drasticamente, contudo sem romper totalmente com a metodologia herdada dos portugueses , Circe Bittencourt mostra um ensino de História que desempenha um papel crucial na construção de identidades e na legitimação do poder imperial. Segundo a historiadora, a educação histórica do período esteve fortemente vinculada aos projetos políticos e ideológicos da elite dirigente, sendo utilizada como ferramenta para consolidar o Estado nacional e a monarquia. Ela destaca que o currículo foi reestruturado para reforçar a ideia de uma nação independente e soberana, buscando criar uma identidade nacional que unificasse a população sob a liderança do imperador. Nesse contexto, o ensino de História tornou-se um meio de educar os cidadãos para o novo regime e de inculcar valores de patriotismo e lealdade à Coroa.

A narrativa histórica utilizava fortemente o heroísmo sob uma perspectiva eurocêntrica, que exaltava a civilização europeia, especialmente os portugueses, e minimizava as contribuições e histórias dos povos indígenas e africanos. Esse método ficou registrado nos manuais de História adotados nas escolas primárias e secundárias e parece permanecer até nos mais recentes livros didáticos,

enfatizando a continuidade entre o passado colonial e o presente imperial, destacando as glórias do Império português e apresentando a independência do Brasil como uma evolução natural desse legado. Nessa linha, autores como Fernando Pessoa exaltam os feitos da navegação portuguesa, enquanto na área imagética destaca-se o quadro "Independência ou Morte", do paraibano Pedro Américo, pintado em 1888 como propaganda imperialista, que buscava construir um imaginário popular em um período de descontentamento com o Império, o qual seria derrubado no ano seguinte.

Outro historiador que explora a historiografia desse período é Luciano Mendes de Faria Filho, cujas pesquisas são focadas na história da educação no Brasil. Ele aborda o ensino de História Imperial como um processo centralizado e controlado pelo Estado e pelas elites, que visava moldar o cidadão de acordo com os valores da monarquia. Em sua grande obra sobre o assunto, “História da Educação no Brasil: A Organização Escolar no Império”, Faria Filho concorda que o ensino durante o Império tinha como objetivo principal a construção de uma identidade nacional que servisse aos propósitos da monarquia. Ele explica que, apesar da consolidação das escolas primárias e secundárias, seus currículos enfatizavam a história europeia e portuguesa, marginalizando as populações indígenas e africanas, privilegiando as elites. O autor também aponta que a história ensinada nas escolas estava imbuída de um forte componente moralizante, refletindo os valores católicos, como religião oficial da monarquia, e visava não apenas transmitir fatos históricos, mas também inculcar nos estudantes a noção de lealdade ao imperador e à pátria, criando uma imagem glorificada do Império, que omitia ou ignorava os conflitos internos e as tensões sociais, como as revoltas regionais e a questão da escravidão.

Outra autoridade no assunto é João Luiz Duboc Pimentel, que investigou as políticas educacionais, oferecendo uma análise crítica sobre como o ensino de História foi utilizado como um meio de controle ideológico no Brasil Imperial. Em seu livro “A Educação no Brasil Imperial: A Política Educacional na Formação do Estado”, Pimentel explora como o sistema educacional da época foi moldado para sustentar as estruturas de poder e legitimar a ordem monárquica, observando como ele serviu de instrumento de afirmação da monarquia e de reforço da ideia de continuidade entre o passado colonial e o presente da nação. Ele destaca que, a partir de 1837, com a criação do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, o currículo de História foi formalizado e passou a ser utilizado como modelo para outras instituições de ensino, enfatizando os feitos dos heróis da independência, como Dom Pedro I. Assim, segundo Pimentel, a história ensinada nas escolas do Império apresentava um Brasil homogêneo e pacífico, ignorando as lutas sociais e as resistências populares.

Os três pesquisadores abordados concordam quanto à utilização da educação para controle ideológico, destinada a reforçar a monarquia e a ordem social pré-estabelecida, destacando a centralidade da narrativa eurocêntrica e teleológica da nação. Eles observam que essa narrativa omitia as histórias e experiências das populações indígenas, africanas e mestiças, apresentando características do ensino de História Imperial que, de certa forma, ainda encontram ecos nas correntes educacionais dos nossos dias.

VARIANTES IMPERIAIS

Durante o Brasil Império, as variações no ensino de História parecem se estreitar, mas mesmo dentro de um projeto eurocêntrico e elitista, que visava legitimar política e religiosamente a monarquia, surgiram alguns métodos alternativos. Entre eles, a história regional, embora fosse parte do projeto imperial que buscava fortalecer a identidade nacional, apresentou abordagens que foram além da exaltação de heróis. Essas abordagens propunham uma reflexão sobre o que constituía a "nação brasileira", permitindo que alguns intelectuais tentassem incluir elementos mais diversos, como aspectos regionais e culturais. Um exemplo disso é Joaquim Norberto de Sousa e Silva, que, em seu livro História da Conquista e Colonização do Brasil, lançado em 1864, enfatizou o papel das classes médias e baixas, ainda que dentro de uma narrativa predominantemente patriótica para a sua época. Não só ele, mas outros autores em um contexto nacionalista, tomaram iniciativas que destacavam a história e a cultura das diferentes regiões do Brasil. Mesmo dentro da moldura imperial, essas narrativas regionais começaram a questionar a homogeneização do projeto nacionalista, como fez Francisco Augusto Pereira da Costa em sua obra Anais Pernambucanos (1852), onde destacou a história de Pernambuco, com um forte senso de independência marcado pela Revolução Pernambucana (1817) e pela Confederação do Equador (1824).

Além disso, ganha destaque a historiografia indigenista e afro-brasileira. Mesmo que de forma limitada, surgiram intelectuais que conseguiram destacar a importância dos povos indígenas e africanos na formação do Brasil, ainda que sob uma lente paternalista. Essa abordagem serviu como precursora para futuras revisões historiográficas mais profundas. Um exemplo é a obra Os Timbiras, de Gonçalves Dias, um poema épico que, ainda que romantizado, aponta a importância dos indígenas na formação da nação. Outro exemplo é Os Africanos no Brasil, de Nina Rodrigues, que, marcando o final do Império, faz menções honrosas à influência africana no país.

A mesma autora se inseriu na onda de história literária, período em que muitos literatos usaram a ficção como meio de refletir sobre a história da nação, apresentando visões críticas ou alternativas sobre o passado e o presente. A literatura, nesse contexto, passou a ser usada como uma ferramenta para o ensino de História, permitindo que questões sociais fossem abordadas de maneira mais livre. Obras clássicas como O Guarani e Iracema, de José de Alencar, A Moreninha, de Joaquim Manuel de Macedo, e tantos outros livros publicados no Brasil Império trouxeram uma visão historiográfica divergente e são utilizados até hoje.

Essas abordagens representam tentativas, em seu tempo, de diversificar a maneira como a História era ensinada e compreendida. Embora limitadas e frequentemente subordinadas ao projeto político, essas iniciativas plantaram as sementes para futuras revisões e podem inspirar novas abordagens na educação atual.

HISTÓRIA REPUBLICANA

Com a Proclamação da República e a eventual expulsão da família real, entre outros fatos e acontecimentos que iniciaram um novo período no Brasil, segundo Circe Bittencourt, também se iniciou um novo período na historiografia brasileira. A historiadora apresenta o ensino de História republicano com um viés positivista, que teria seu método dividido em quatro partes: a visão linear e factual, a ênfase nos heróis e grandes eventos, a História como ciência objetiva e, por fim, a manualização do ensino.

Quanto à visão linear e factual, ela menciona:

> "O ensino de História pautado pelo positivismo se caracterizava pela apresentação de fatos de forma cronológica, como se esses tivessem uma lógica de progresso linear. Esse modelo ignorava as contradições sociais e culturais, privilegiando uma narrativa que exaltava os feitos de grandes homens e o desenvolvimento das instituições." (Bittencourt, 2004, p. 37).

Assim, a influência positivista promoveu uma visão linear do passado, com ênfase em fatos e datas, e na crença de que o progresso da sociedade era inevitável, denotando que as sociedades europeias "civilizadas" trouxeram a civilização ao nosso mundo, que estaria evoluindo para o avanço científico.

Sobre a ênfase em heróis e grandes eventos, é notório que remete à tradição nacionalista do Império. Certamente, os heróis não eram negros, indígenas ou mestiços, mas sim os portugueses e seus descendentes, considerados os promotores dos maiores eventos do Brasil, desde o descobrimento até

a Proclamação da República. Isso dá a entender que os demais grupos não participaram efetivamente dos grandes eventos ou que não havia grandes feitos a se recordar antes da colonização.

A História como ciência objetiva é abordada por Circe como a ideia de que essa disciplina deveria ser ensinada como uma ciência exata, sem espaço para interpretações ou subjetividades. Em seu livro "Didática e Prática de Ensino de História", ela destaca:

> "No ensino positivista, a História era vista como uma ciência objetiva, onde o papel do professor era transmitir conhecimentos já estabelecidos, sem espaço para interpretações alternativas ou questionamentos. O aluno era visto como um receptor passivo de informações, e a narrativa histórica era apresentada como um relato fechado, sem disputas ou divergências." (Bittencourt, 2008, p. 45).

Como se nota, o professor era considerado o detentor do saber, uma autoridade inquestionável, que possuía o conhecimento dos fatos, certezas e verdades, transmitindo-os aos alunos sem questionamentos, tornando o ensino monótono e individualista, sem o mínimo senso crítico.

Por fim, a manualização do ensino, sobre a qual Bittencourt diz:

> "Os livros didáticos do período republicano, fortemente influenciados pelo positivismo, organizavam o conhecimento histórico de forma linear e compartimentada, com a intenção de criar um conhecimento histórico homogêneo. Esses manuais reforçavam a ideia de que o ensino de História deveria ser objetivo e factual, consolidando uma visão unificada do passado nacional." (Bittencourt, 2009, p. 112).

Portanto, compreendemos a ideia de um ensino baseado na memorização de datas, heróis e eventos marcantes, sem qualquer teor crítico ou reflexivo, apenas como fato objetivo e inquestionável.

Em comparação, surge Sérgio Buarque de Holanda, que faz uma análise crítica posterior ao positivismo, já que começou sua trajetória acadêmica dentro do contexto influenciado por essa filosofia. Segundo ele, no início da República, o positivismo moldava a forma como a História era ensinada, com um foco na construção de uma narrativa nacional que exaltava o progresso e os feitos dos líderes. Isso é apresentado em sua obra "Raízes do Brasil" (1936), que aborda a formação da identidade nacional e a influência positivista na percepção da historicidade brasileira, fazendo uma crítica implícita ao modelo linear e heroico do passado. Na obra "Visão do Paraíso: Local e Global na Formação do Brasil" (1959), Holanda examina a formação da identidade nacional e dos ideais que moldaram a educação durante o período republicano, analisando como essas ideias influenciaram a construção da narrativa histórica.

Dessa forma, os dois historiadores concordam quanto à influência do positivismo, que se manifestou em uma narrativa linear e progressiva, com ênfase em grandes figuras e eventos, e um foco na

objetividade, factualidade e memorização. Essas características refletem o desejo de consolidar uma identidade nacional já propagada e legitimar o novo regime republicano, permeando como estigmas duradouros no ensino de História brasileiro.

VARIANTES REPUBLICANAS

Aparentemente, durante os primeiros anos da República Brasileira (1889-1964), o ensino de História começou a se diversificar, questionando o padrão positivista dominante. Surgiram vários métodos alternativos que ofereceram novas perspectivas e abordagens para o ensino histórico, entre os quais se destaca a História Social. Essa abordagem foca na história de vida das classes populares e na análise das estruturas sociais que as envolvem, em vez de se concentrar apenas em eventos e figuras proeminentes, buscando entender o passado a partir das experiências e práticas das pessoas comuns. Autores como Sérgio Buarque de Holanda examinam as estruturas sociais e culturais do Brasil, oferecendo uma crítica ao modelo positivista e destacando as relações sociais e econômicas no desenvolvimento da nação. Outro autor de destaque nesse método é Caio Prado Júnior, que, apesar de ser formado em Direito e Ciências Sociais, contribuiu significativamente para a historiografia brasileira, especialmente em sua obra "História Econômica do Brasil", na qual fornece uma análise econômica e social da história brasileira, desafiando a visão centrada exclusivamente em grandes eventos e figuras nacionalistas.

Outra metodologia emergente foi a História Cultural, que se concentrou na análise das práticas culturais, representações e mentalidades das sociedades. Essa abordagem examina como a cultura e os valores influenciam e são influenciados pelos processos históricos. Seus principais representantes no Brasil foram Mário de Andrade e Antonio Candido, que exploraram temas populares, como a evolução da música brasileira, refletindo sobre como as práticas culturais podem ilustrar aspectos mais amplos da história social. Candido, por sua vez, analisa a literatura como um reflexo das condições sociais e culturais do país, oferecendo uma visão alternativa e popular.

Simultaneamente, chegou ao Brasil a História das Mentalidades, inspirada na Escola dos Annales. Essa abordagem examina as formas de pensamento e os modos de vida das pessoas ao longo do tempo, considerando como esses elementos moldam e são moldados pelos eventos históricos. Seu principal entusiasta foi o francês Jean Delumeau, que se tornou muito popular entre os historiadores brasileiros devido ao seu livro "História do Medo no Ocidente" (1978). Embora não se concentre exclusivamente

no Brasil, suas ideias influenciaram a análise das mentalidades em diversos contextos históricos, servindo de base para muitos pesquisadores nacionais, como Sérgio Buarque de Holanda, José Carlos Reis, Marilena Chauí e outros que exploraram a mentalidade e a visão de mundo dos brasileiros ao longo da história, oferecendo uma perspectiva mais crítica sobre a formação da identidade nacional.

Emergiu também a História Local, uma evolução da história regional apresentada no Brasil imperial, que valorizava regiões e localidades específicas, oferecendo uma visão mais detalhada das práticas e experiências locais e desafiando a narrativa centrada apenas na perspectiva nacional. Um grande representante dessa abordagem foi Paulo Duarte, em "História da Bahia", que fornece uma análise detalhada da história do Estado, destacando a importância das experiências regionais na formação da nação.

Houve também o retorno e fortalecimento da História Oral, que, embora tenha se desenvolvido mais plenamente a partir dos anos 1960, começou a ser coletada por alguns pesquisadores durante os primeiros anos da República. Essa abordagem oferece uma visão mais subjetiva e inclusiva da história. Destaca-se Florestan Fernandes na coletânea "A Integração do Negro na Sociedade de Classes", formada por depoimentos e entrevistas que analisam a integração social dos negros no Brasil, oferecendo uma visão crítica e subjetiva. O livro "O Homem e o Cavalo", de Mário de Andrade, embora focado em aspectos culturais e sociais, também inclui elementos de narrativa oral e práticas de sua época.

Por fim, a História Comparada visa comparar fenômenos históricos em diferentes contextos nacionais e regionais, identificando semelhanças e diferenças para entender melhor os processos históricos. Seu maior divulgador foi Marc Bloch, fundador da Escola dos Annales, cuja obra "Apologia da História" serviu de inspiração para muitos pesquisadores brasileiros, expressando suas ideias sobre a comparação e o método histórico que influenciaram toda uma geração da historiografia brasileira.

Assim, nos primeiros anos da República, diversas metodologias se desenvolveram como opostas ao positivismo predominante, refletindo a diversidade de abordagens e as mudanças significativas no ensino de História no Brasil.

HISTÓRIA DA DITADURA E PÓS-DITADURA

Por fim, o último estágio do ensino de História apresentado por Circe Bittencourt é o período durante e pós-Ditadura Militar, que evidencia uma mudança significativa, refletida pelo clima político e pelas estratégias de controle social da época. Em suas análises, ela oferece uma visão crítica dessas mudanças e da influência do regime no currículo e na metodologia do ensino de História. Bittencourt destaca a censura e o controle ideológico disseminados durante a Ditadura, revelando uma educação rigidamente controlada pelo regime, com a imposição de uma narrativa que exaltava o governo e minimizava ou distorcia os eventos relacionados à resistência e às violações dos direitos humanos. Segue discutindo como a censura e o controle ideológico moldaram o ensino de História para atender aos interesses do governo militar, sobre o qual faz a seguinte observação:

> "Durante o período da Ditadura Militar, o ensino de História no Brasil foi profundamente influenciado pela censura e pela necessidade de controlar a narrativa histórica. O regime buscou promover uma versão oficial da história que glorificava suas ações e suprimia as vozes dissidentes, resultando em um currículo que frequentemente omitia ou distorcia eventos críticos relacionados aos direitos humanos e à resistência." (Bittencourt, 2004, p. 52).

Ou seja, tratava-se de uma educação cujos métodos, projetos e propostas visavam unicamente atender aos interesses de uma elite governamental, que sufocava cada vez mais as classes populares para se sobressair e, ao mesmo tempo, silenciar críticas e resistências. A mudança de currículo e dos textos didáticos também é tema de pesquisa da autora, pois o regime militar promoveu alterações significativas no currículo e nos livros didáticos, orientando-os para reforçar a visão oficial do governo e minimizar críticas ao regime. Utilizou-se o controle sobre os materiais educacionais para consolidar a narrativa desejada pelo governo, sendo um método totalmente excludente e omisso em relação às minorias, buscando apagar e distorcer a história de grupos marginalizados, em prol de legitimar uma "história oficial" escrita e divulgada por uma elite estatal.

Por fim, ela retrata uma história pós-Ditadura, marcada pela reavaliação do período estudado. Logo após o fim da Ditadura Militar, houve uma reavaliação crítica da educação, com um movimento em direção a uma abordagem mais plural e inclusiva. Historiadores e educadores começaram a desafiar a narrativa oficial e a integrar diferentes perspectivas sobre o período e as resistências que ocorreram, conforme a própria autora menciona:

> "Após a redemocratização, o ensino de História passou por um processo de reavaliação, com esforços para corrigir as distorções e omissões do período da Ditadura Militar. Houve um movimento para incluir uma gama mais ampla de perspectivas, especialmente aquelas que haviam sido silenciadas durante o regime, como os relatos de resistência e as violações dos direitos humanos." (Bittencourt, 2009, p. 112).

Isso indica que os grupos discriminados, cujas histórias haviam sido ocultadas pela colonização, pelo Império, pela República e pela Ditadura, começaram a ganhar espaço nos livros e nas aulas de História, ainda que de forma limitada e, muitas vezes, vitimizada.

Logo surge outra voz importante no assunto: Fernando Novais, que analisou o impacto da Ditadura no ensino de História e concordou que o regime usou a educação para promover sua própria visão da história, restringindo a discussão sobre temas críticos e dissidentes. Em "A Formação do Brasil Contemporâneo: A Era Colonial", Novais relata:

> "Durante a Ditadura Militar, o ensino de História no Brasil foi severamente moldado pelas diretrizes do regime. O governo buscou promover uma versão oficial da história que exaltava a ordem e o progresso, minimizando ou ocultando críticas ao regime e eventos relacionados à resistência política." (Novais, 1991, p. 139).

O historiador apresenta uma ideia semelhante em relação ao período da Ditadura, descrevendo um ensino fechado, que ocultava todos os tipos de críticas e resistências, o que gerou uma grande estagnação para a historiografia brasileira.

Contudo, há uma voz mais atual a somar nesse estudo, é Benedicto Monteiro que afirma:

> "Após a Ditadura, o ensino de História no Brasil passou por um processo de democratização e revisão crítica. O foco foi restaurar a pluralidade de perspectivas e abordar de forma mais honesta e crítica o período da Ditadura, incorporando as experiências e visões dos que haviam sido marginalizados." (Monteiro, 2006, p. 95).

Assim, o pesquisador mostra que, apesar da estagnação causada pelo regime, houve uma luta constante para trazer à tona as histórias que foram ocultadas pelos militares, com a democratização responsável por uma nova onda de abordagens historiográficas. Essas abordagens incluíram múltiplas perspectivas e uma ênfase maior em abordar a complexidade dos eventos históricos, especialmente os anos da Ditadura.

Assim, Circe, Fernando e Benedicto formam uma tríade que mostra que, durante a Ditadura Militar, o ensino de História foi moldado para servir aos interesses do Estado, com uma narrativa controlada e censurada que buscava legitimar o governo e omitir toda e qualquer resistência ou crítica. Entretanto, após o fim do regime, houve um movimento de reavaliação, que, com grandes esforços, tentou corrigir as distorções e promover uma abordagem mais plural e crítica, que havia se perdido. Historiadores, então, oferecem insights importantes sobre como o ensino de História respondeu e responde às mudanças políticas no país.

ABORDAGEM DECOLONIAL

Com o advento e posterior fim das ditaduras militares, surge uma nova onda historiográfica na América Latina, nos anos 2000, conhecida como proposta decolonial, que busca desafiar e reverter as narrativas dominantes eurocêntricas, promovendo uma visão mais inclusiva e diversificada do passado, por meio do reconhecimento e da valorização das perspectivas e experiências dos povos colonizados. Trata-se de uma abordagem que enfatiza a desconstrução das hierarquias históricas construídas desde o século XVI e a valorização das vozes marginalizadas, silenciadas ao longo do mesmo período. Destacam-se dois dos principais historiadores e suas contribuições para a proposta de ensino de História decolonial.

Primeiramente, o professor argentino Walter Mignolo se tornou um dos principais teóricos dessa perspectiva, por meio de seus escritos, nos quais propõe a "descolonização do saber" e a reavaliação das estruturas de poder e conhecimento surgidas com a colonização. Ele defende que a História deve ser ensinada a partir de múltiplas perspectivas, que questionem a unicidade da narrativa eurocêntrica, sobre a qual escreve:

> "A proposta de uma História decolonial implica uma reavaliação dos fundamentos do conhecimento histórico e das narrativas dominantes que têm sido moldadas pela colonização. É essencial reconhecer e integrar as experiências e saberes dos povos colonizados, desafiando a centralidade do conhecimento europeu e promovendo uma historiografia que abranja uma multiplicidade de perspectivas." (Mignolo, 2007, p. 113).

Fica evidente, então, que seu conceito propõe um retorno a um passado pré-colonial, buscando nas próprias culturas e tradições americanas a melhor forma de ensinar, aprender e praticar História, sem trazer uma resposta de fora.

Em segundo plano, destaca-se o peruano Aníbal Quijano, que, embora sociólogo de ofício e menos presente entre os grandes mentores da decolonialidade, contribui significativamente com seu conceito de "colonialidade do poder". Esse conceito explora como as estruturas de poder e conhecimento derivadas da colonização ainda afetam as sociedades contemporâneas. Quijano argumenta que a História deve ser ensinada de forma a reconhecer essas estruturas e incluir as perspectivas dos povos subalternos, afirmando que:

"Para uma abordagem de História decolonial, é necessário entender como o colonialismo estabeleceu uma hierarquia de saberes e poderes que persiste até hoje. A educação e o ensino de História devem, portanto, desmantelar essas hierarquias e reconhecer a importância dos saberes e experiências dos povos que foram historicamente subjugados e marginalizados." (Quijano, 2005, p. 23).

Por meio desse fragmento de saber, o professor expressa que, para colocar em prática a decolonialidade, é preciso primeiro entender os efeitos da colonização em nossa vida, sociedade e país, por meio de uma conscientização crítica que desfaça os preconceitos pré-estabelecidos pelo ensino colonizador, presente nas estruturas sociais. Assim, o ensino deve desconstruir essas barreiras para, enfim, edificar um ensino mais crítico e igualitário, com bases sólidas.

Compreende-se, portanto, que a proposta de ensino de História decolonial visa, primeiramente, desmantelar as hierarquias de poder e conhecimento estabelecidas pela colonização, promovendo uma historiografia que inclua e valorize as perspectivas dos povos historicamente marginalizados. . Baseada nas obras de Walter Mignolo e Aníbal Quijano, essa abordagem se apresenta como uma ferramenta poderosa para uma reavaliação crítica das narrativas predominantes e para a integração de múltiplas visões, capazes de construir uma compreensão mais abrangente e inclusiva do passado, presente e futuro, especialmente no contexto do Brasil.

UM ENSINO QUE DEFORMA

Passando por todas as fases da historiografia brasileira e abordando muitas de suas incontáveis lacunas, considero relevante deixar minha contribuição, formulando uma proposta metodológica de ensino de História decolonial, com base nos insights do livro Ensino de História para os Anos Finais, de Itamar Franco, e no conceito de "ensino que deforme", de Durval Muniz de Albuquerque. Essa proposta busca promover uma abordagem mais crítica e inclusiva na educação, desafiando as narrativas dominantes e oferecendo uma visão mais plural e equitativa.

Com base teórica sólida, o objetivo é promover um ensino de História que reconheça e valorize as múltiplas perspectivas históricas, desafiando as narrativas eurocêntricas e imperialistas, ao abordar as histórias dos povos colonizados e marginalizados. A fundamentação teórica se apoia em Itamar Franco, que, em sua obra Ensino de História para os Anos Finais, enfatiza a importância de metodologias que promovam o pensamento crítico e a reflexão sobre a construção da história. Ele sugere que o ensino deve ser adaptado para atender à diversidade dos alunos, incorporando diferentes perspectivas. Por sua vez, Durval Muniz de Albuquerque contribui com o conceito de "ensino que deforme", no qual critica a educação tradicional por perpetuar visões distorcidas e limitadas da história, reforçando estereótipos e ignorando as complexidades e contribuições dos povos marginalizados.

A metodologia proposta começa com a reavaliação do currículo e dos conteúdos, partindo da necessidade de entender o que ensinamos e aprendemos para, assim, desconstruir as narrativas dominantes. O ajuste dos currículos visa romper com as narrativas eurocêntricas e imperialistas perpetuadas, incluindo a história das sociedades indígenas, africanas e de outros grupos silenciados, destacando suas contribuições e cosmovisões.

Um exemplo prático seria a introdução de unidades temáticas que abordem, por exemplo, as culturas e resistências indígenas antes e depois da chegada dos europeus, bem como as contribuições dos escravizados no Brasil colonial e pós-colonial. A participação dos alunos seria essencial, com a formulação de uma aprendizagem baseada em projetos, que envolvam os discentes na pesquisa e apresentação de temas históricos não amplamente abordados nos currículos tradicionais. Eles poderiam trabalhar na criação e exposição sobre a cultura e história de diferentes grupos étnicos, com o professor atuando como mediador do conhecimento, orientando os estudantes para que, por seus próprios interesses e aptidões, possam aprofundar-se nos anais da História.

Outro ponto de destaque seria o uso da história oral para captar narrativas pessoais e comunitárias de grupos marginalizados, promovendo a inclusão de histórias que não estão presentes nos livros didáticos. Isso também fomentaria o desenvolvimento do pensamento crítico por meio da análise de fontes históricas, ensinando os alunos a analisar criticamente documentos e reconhecer a influência das perspectivas dominantes na construção de suas narrativas. Inclui-se, aqui, a comparação entre diferentes interpretações de eventos históricos, visitas a museus locais e o uso de fontes físicas em sala de aula, que se tornariam instrumentos para discussão e debate sobre as diferentes interpretações da história, incentivando os alunos a questionar e considerar múltiplos pontos de vista.

A meta final é que os estudantes sejam capazes de reconhecer e valorizar as contribuições e visões dos diferentes grupos históricos, fugindo de uma visão homogênea e eurocêntrica do passado. Isso seria construído por meio de atividades de pesquisa e apresentação de trabalhos acadêmicos elaborados de forma criativa, abordando diferentes perspectivas. Dessa forma, chegamos ao desenvolvimento da habilidade crítica, em que os discentes devem desenvolver competências para analisar e interpretar a História de maneira complexa e multidimensional, reconhecendo as consequências das narrativas predominantes. A participação ativa em debates e discussões críticas, a elaboração de ensaios e análises sobre como diferentes pontos de vista influenciam a percepção dos eventos seriam essenciais.

O método avaliativo seria inicialmente formativo, com avaliações contínuas, como portfólios e autoavaliações, para monitorar o progresso dos alunos na compreensão e aplicação de uma abordagem decolonial. Seria analisada a capacidade dos alunos de observar criticamente a História e de apresentar múltiplas perspectivas em suas pesquisas e discussões. Posteriormente, seria aplicada uma avaliação somativa, com a realização de projetos de pesquisa e apresentações de seminários, que exigiriam a aplicação das metodologias estudadas e a integração de diferentes cosmovisões, avaliando assim a profundidade da perspectiva crítica dos alunos e sua habilidade de desafiar e compreender as narrativas dominantes.

Essa proposta de ensino de História decolonial, inspirada pelos trabalhos de Itamar Franco e Durval Muniz, visa criar um currículo mais inclusivo e crítico, com uma abordagem desafiadora que promove uma compreensão mais rica e diversificada da História. Ela reconhece e valoriza as contribuições de todos os grupos históricos, proporcionando uma educação mais justa e representativa em um país tão extenso e diverso como o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por sua vez, finalizamos este trabalho destacando as transformações contínuas do ensino de História no Brasil, com a consciência de que a educação se adapta, modificando-se conforme as necessidades do espaço e tempo em que está inserida. Sofre, ainda, interferências dos grupos de poder, construindo uma história necessária, que atende às classes populares, formulando um senso crítico e promovendo melhorias para a sociedade. Em oposição, há uma historiografia forçada pelas elites vigentes, que busca atender aos seus próprios interesses e perpetuar sua superioridade para se manter no poder, ainda que isso leve ao apagamento e marginalização de outros grupos. Essa dualidade é notória ao longo dos séculos no país, o que nos faz questionar se não estamos permitindo que as narrativas da elite prevaleçam, e se o nosso ensino tem sido realmente efetivo para construir uma sociedade melhor e mais justa. É claro que as discussões sobre esse assunto estão apenas começando e que há muito a ser debatido. Assim, aguardamos e nos empenhamos para o próximo passo da evolução do ensino de História no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. Iracema. 1. ed. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1865. O Guarani. 1. ed. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1857.

ANDRADE, Mário de. Ensaio sobre a História da Música no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História dos métodos pedagógicos no Brasil: das origens à atualidade. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

---------- Didática e Prática de Ensino de História. São Paulo: Cortez, 2008.

---------- Ensino de História: Fundamentos e Métodos. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

---------- Ensino de História: Suas Propostas e seus Caminhos. São Paulo: Contexto, 1998.

---------- Livro Didático e Saberes Escolares. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. BLOCH, Marc. Apologia da História. Paris: Armand Colin, 1949.

CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Brasília, 1959.

CARNEIRO, Manuela (Org.). História dos índios no Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DUARTE, Paulo. História da Bahia. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1933.

FARIA FILHO, José. História da Educação no Brasil: A Organização Escolar no Império. Campinas: Autores Associados, 2000.

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Editora Nacional, 1965.

FRANCO, Itamar. Ensino de História para os Anos Finais: Ensino Fundamental e Médio. São Paulo: Editora Ática, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Visão do Paraíso: Local e Global na Formação do Brasil. São Paulo: Livraria José Olympio, 1959.

MACEDO, Joaquim Manuel de. A Moreninha. 5. ed. São Paulo: Editora Objetivo, 2011.

MIGNOLO, Walter D. A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

MONTEIRO, Benedicto. História e Ensino: Desafios e Perspectivas. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

MOURA, Clóvis. A história dos quilombos. 1. ed. São Paulo: Ática, 1980.

MUNIZ, Durval. O ensino que deforma: formação e formação de professores e o ensino da História. Campinas: Papirus, 1994.

NISKIER, , Alexandre. História da educação brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NOVAIS, Fernando. A Formação do Brasil Contemporâneo: A Era Colonial. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. As muitas faces da história: nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

PIMENTEL, J. L. D. A educação no Brasil Imperial: a política educacional na formação do Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1945.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Global, 1995.

RODRIGUES, Raimundo Nina. Os Africanos no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932. Os Timbiras. 1. ed. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1932.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. História da Conquista e Colonização do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Caliban, 2020.

STADEN, Hans. Duas viagens ao Brasil. 1. ed. Frankfurt: Sigmund Feyerabend, 1557.

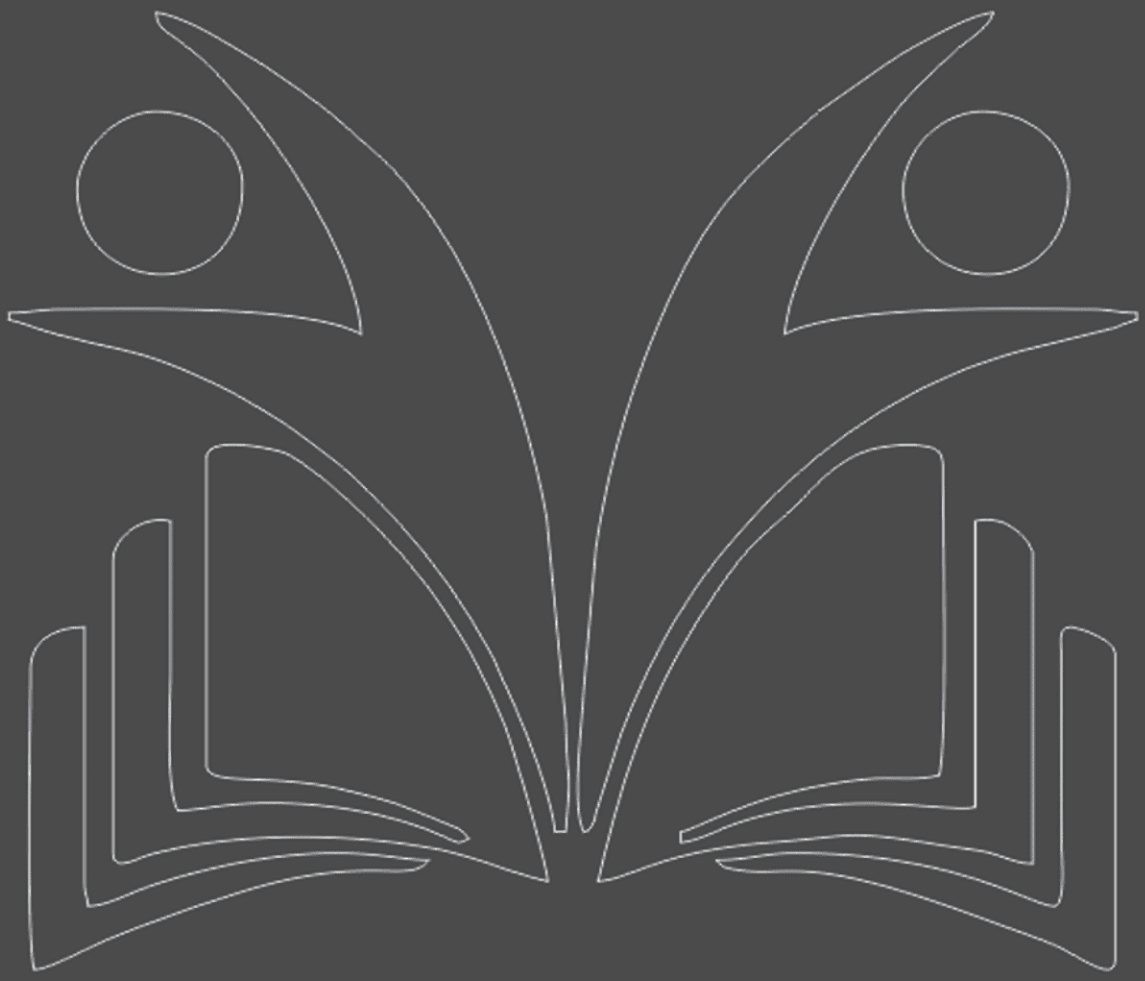
Capítulo 2

10.37423/260811219

O CÍRCULO DE BAKHTIN E O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO: A REPRESENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DO APRENDIZ/ARTÍFICE NO DECRETO NO 7.566

Edson Carlos da Silva

Instituto Federal do Rio Grande do Norte



RESUMO

A partir de articulação entre os pressupostos do Círculo de Bakhtin e do Materialismo Histórico Dialético, objetiva-se analisar as representações discursivas do aprendiz/artífice e da Educação Profissional no Decreto nº 7.566/ 1909, marco inicial da Educação Profissional no Brasil. Adotada essa premissa, surgiu a seguinte questão de pesquisa: como recorrências sígnicas podem fomentar identidades e posicionamentos ideológicos e tensões entre formação pedagógica e emancipação humana. Definimos, como metodologia, a abordagem qualitativa e analítico-interpretativista, e delimitamos, como fundamentação teórica, os conceitos de dialogismo, alteridade, discurso, heteroglossia, gêneros discursivos, ideologia, classe e práxis social, para compreender como a linguagem atua como mediação entre o sujeito histórico e sua realidade. Os resultados apontam que representações sígnicas de discursos legislativos incidem sobre a educação do país e reproduzem, além da lógica econômica, uma lógica pedagógica voltada para interesses governamentistas e utilitaristas. Dessa forma, o diálogo entre o Círculo de Bakhtin e o Materialismo Histórico Dialético pode constituir adequado referencial epistemológico para a análise histórica de leis de Educação Profissional, enquanto documentos de tensão simbólica entre formação pedagógica do trabalhador e interesses econômicos governamentais.

Palavras-chave: Educação Profissional; Aprendiz; Discurso; Círculo de Bakhtin; Materialismo Histórico Dialético.

1 INTRODUÇÃO

Mikhail Bakhtin, Valentin Voloshinov e Pavel Medvedev constituíram o Círculo de Bakhtin. Essa produção permitiu ao grupo o desenvolvimento de uma abordagem teórica centrada em estudos da linguagem orientada, não só pela compreensão dialógica da comunicação humana, mas também na constituição dos sujeitos. Essa compreensão desenvolve estudo do campo interfático semiótico baseado no dialogismo e na alteridade, características objetivas na produção do sentido e nas formas de construção do discurso. Para esses estudiosos o sentido só poderia ser alcançado com base na compreensão do signo, por definição, ideológico, a partir das ligações sociais, da organização da vida cotidiana dos cidadãos, manifestada dada interação submetida de igual forma à análise das condições ideológicas de produção.

Dessa forma, conteúdo e forma do enunciado constituem imbricamento inerente ao contexto, às condições existenciais do sujeito e, portando, podem ser analisados sobre perspectiva dialética, pois, para Marx, "parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida" (Marx, 2007, p. 94)[1]. Além disso, para o Círculo, as formas de expressão são atravessadas por relações objetivas/subjetivas que refletem e refratam o próprio ser nas diversas esferas ou campos sociais e expressam as contradições da sociedade, pois refletem uma dada consciência de classe refratada pela ideologia dominante.

Nesse sentido, a linguagem constitui um palco ideológico, tendo em vista que implica o caráter de unidade e luta de contrários em uma relação não dicotômica, mas de unidade com a responsividade recíproca e simultânea. Isso se justifica, pois qualquer signo ideológico que só podem ser percebidas na luta de classes, pois, na realidade, todo signo ideológico, tem duas faces, como Jano, um dos deuses romanos. Isso ocorre, porque na efervescência social das interações sociais, ao longo da História, o conteúdo sígnico se altera rapidamente em busca de soluções para situações sociais em que o sujeito social não pode permanecer. Isso significa que, para o sentido ser coerente ao contexto da interação, deve-se observar as determinações históricas e sociais (Marx, 2011, p. 25-35) ou o a concreticidade[2]

[1] Para Marx, a realidade prática da produção da vida material condicionava a consciência do homem; para o Círculo de Bakhtin, o sentido só pode ser inferido a partir da situação real da interação e, por essa natureza, exige responsividade, isto é, não constitui a última palavra.

[2] Para Bakhtin, a linguagem é situada, histórica e ideológica – princípio que converge com o entendimento de Kosík de que o concreto é mediato. Tanto o Círculo de Bakhtin, K. Kosík e K. Marx rejeitam o empirismo superficial e o idealismo abstrato e, ao defenderem a abordagem dialética, histórica e crítica, propõem que o conhecimento verdadeiro advém da práxis, da historicidade e da mediação ideológica. Nesse sentido, a determinação, a concreticidade e a ideologia constituem ponto

(Kosik, 1976, p.43) dos sujeitos reais e sua alteridade. Dessa forma, alteridade, dialogismo e ideologia podem constituir subsídios para uma reflexão dialético-materialista acerca da representação sígnica da Educação Profissional e do aprendiz/artífice no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, marco inicial da Educação Profissional no Brasil.

Destarte, a abordagem da representação sígnica da Educação Profissional e do aprendiz/artífice no referido decreto, como fonte histórica, a partir de preceitos do Círculo de Bakhtin e do Materialismo Histórico Dialético pode suscitar importante análise de pressupostos norteadores da gênesi da Educação Profissional brasileira, tendo em vista que o Decreto nº 7.566, enquanto gênero discursivo, não se trata de produção isolada da sociedade, mas de "um documento [...] é um produto que a sociedade fabricou" (Le Goff, 1994, p. 545). Assim sendo, apesar do número significativo de pesquisas acadêmicas sobre as leis brasileiras de Educação Profissional, especialmente, sobre o decreto que criou a Escola de Aprendizes e Artífices, é fundamental analisar as representações sígnicas da Educação Profissional e do Aprendiz/Artífice, agora sob a égide dos preceitos do Círculo de Bakhtin e do Materialismo Histórico Dialético, para se analisar o caráter integrador/desintegrador dessa normatização "no sentido de compreender os mecanismos que, ao afirmarem a coesão social pela educação, produzem segregações e individualizações." (Veiga, 2003, p. 43), visando à compreensão de seu contexto e a materialidade histórica que condicionou a produção do diploma legislativo e sua importância para a criação das primeiras iniciativas políticas que implantaram a Educação Profissional no Brasil.

Dessa forma, para alcançarmos o objetivo desse estudo, definimos como metodologia a abordagem qualitativa e analítico-interpretativista, e delimitamos, como fundamentação teórica, do Círculo de Baktkhtin: os conceitos de dialogismo, alteridade, discurso, heteroglossia, gêneros discursivos, ideologia; do marxismo: ideologia, determinação, contradição, totalidade, classe social e práxis. Finalmente, como *corpus*, definimos o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, cria a escola de Aprendizes e Artífices e, portanto, constitui-se o marco inicial da Educação Profissional no Brasil.

Nesse sentido, definimos como objetivo geral identificar as representações sígnicas da Educação Profissional e do aprendiz/artífice e suas derivas discursivas, para análise dialógica e diáletica; como objetivos específicos: a. identificar valoração ideológica nas representações da Educação Profissional

de convergência entre filosofia, política, economia e linguagem.

e do aprendiz/artífice no diploma legislativo do contexto da Primeira República; b. analisar, a partir da representação sígnica da Educação Profissional e do aprendiz/artífice constituem relações de classe, trabalho e formação cognitiva e social nas políticas educacionais da época.

Como tese, entendemos que o Decreto nº 7.566, de 1909, não só institui os incipientes moldes da Educação Profissional brasileira, mas também constitui, pela seleção sígnica, configuração discursivo-ideológica que pode desvelar como as representações da Educação Profissional e do aprendiz/artífice expressam interesses de classe e do projeto educacional do país à época. Isso se justifica, pois entendemos que a linguagem atua como mediação entre o sujeito histórico e sua realidade, Destarte, as representações identificadas no *corpus* desse estudo suscitam valores discursivos-ideológicos que, conforme a materialidade e concreticidade da vida de cada indivíduo poderá suscitar novas ações, posicionamentos sociais políticos, trabalhistas, econômicos elaborando e reelaborando, a partir dessa apropriação pela formação, novos conhecimentos, saberes e experiências teóricas e práticas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Círculo de Bakhtin

Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pável Medviédev, ou o Círculo de Bakhtin, desenvolvem uma epistemologia bastante fulcral para a linguística moderna. Produzida por volta de 1918, em Niével e, posteriormente, em Vítebsk (a partir de 1920) e Leningrado, a partir de estreita colaboração, definem como azimute central a elaboração de uma ciência das ideologias baseada no marxismo, buscando uma abordagem sociológica fundamental.

Essa produção se deu num contexto político e social tenso, uma vez que o regime russo pós-1917 tornava-se cada vez mais centralizador e totalitário. Obras como *Problemas da poética de Dostoiévski* e *Marxismo e filosofia da linguagem*, ambas publicadas em 1929, podem ser vistas como atos de contestação subversiva contra o discurso monológico e monofônico do regime. A própria dinâmica do Círculo, com suas múltiplas vozes, é descrita como a materialização do diálogo de consciências soberanas proposto em *Problemas da poética de Dostoiévski*.

A epistemologia do Círculo bakhtiniano objetiva a composição de uma filosofia da linguagem compreende que a linguagem se constitui naturalmente pelo dialogismo. Isso significa que “A palavra

é um *medium* mais apurado e sensível da comunicação social" (Volóchinov, ([1929] 2021, 99). Isso significa que

> A palavra participa literalmente de toda a interação e de todo contato entre as pessoas: da colaboração no trabalho, da comunicação ideológica, dos contatos eventuais cotidianos, das relações políticas etc. Na palavra se realizam os inúmeros fios ideológicos que penetram todas as áreas da comunicação social. É óbvio que a palavra será o indicador mais sensível das mudanças sociais, sendo que isso ocorre lá onde essas mudanças ainda estão se formando, onde elas ainda não se constituíram em sistemas ideológicos organizados, a palavra é o meio em que ocorrem as lentas acumulações quantitativas daquelas mudanças que ainda nçao tiveram tempo de alcançar uma nova qualidade ideológica nem gerar uma nova forma ideológica acabada. A palavra é capaz de fixar todas as fases transitórias das mudanças sociais, por mais delicadas e passageiras que elas sejam (Volóchinov, ([1929] 2021, 106).

Disso se infere que as relações sociais são mediadas pela palavra e a linguagem é, por natureza, interativa. Infere-se também que é pela interação dialógica pela linguagem que as relações sociais, em sociedade se articulam. Toda palavra é orientada de um outro para outro num processo de interação ad infinitum e significa que não existe uma última palavra, pois ela não pertence ao falante individual, mas ao espaço social, à coletividade. Portanto, "as formas do signo são condicionadas, antes de tudo, tanto pela organização social desses indivíduos quanto pelas condições mais próximas da sua interação" (Volóchinov, ([1929] 2021, 109). Assim, qualquer mudança da forma acarreta mudança do signo e da vida social.

Ademais, dada essa natureza da palavra, isto é, do signo linguístico, cada grupo social, em sua época e condições de existência, possui suas formas de interação social, seus gêneros discursivos, apropriados a cada interação social e linguística – todos determinados pela natureza das relações sociais. Nesse sentido, uma vez que o signo linguístico surge entre indivíduos e no âmbito social, sua significação se reveste de natureza interindividual e, portanto, adquire um valor social e, dada essa natureza, "poderá entrar no mundo da ideologia, tomar forma e nele consolidar-se" (Volóchinov, ([1929] 2021, 111).

Para Bakhtin (2010, p.49), "Tudo é diálogo, ou seja, contraposição dialógica". "Isso significa que o discurso não é apenas comunicação. É, por essa natureza, campo de batalha ideológica. Cada enunciado se constitui por tensões de classe, refletindo e refratando as condições históricas do seu tempo. O discurso é um espaço dinâmico de sentidos. Significa ainda que a língua se realiza em sua concreticidade material e histórica: "A realidade fundamental da língua não é o sistema abstrato de formas, nem a enunciação monológica isolada, nem o ato psicofisiológico de sua produção, mas o enunciado entendido como unidade real da comunicação". (Volóchinov, [1929] 2021, p. 183). Assim, claramente, Volóchinov substitui a noção de "língua abstrata" ou "fala indidual" pela categoria

enunciado concreto, produzido na concreticidade e materialidade dialética e dialógica da existência do falante, sempre orientado para um outro, que, por sua vez, adotará responsividade, pois “cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera da comunicação discursiva”. (Volóchinov, ([1929] 2021, p. 219).

Disso resulta que a ideologia é um fato da consciência, ou em outras palavras, o signo, além de parte da realidade, a reflete e a refrata. Ele é capaz tanto de representá-la, na interação social, quanto rejeitá-la, distorcê-la, ser-lhe fiel, assim por diante. O campo ideológico é composto por signos. Assim, “onde há signo também há ideologia” (Volóchinov, ([1929] 2021, 93). Para o Círculo de Bakhtin, “a ideologia é um fato da consciência. Assim, ideologia é fato da consciência que só pode ser explicada a partir da compreensão do meio social em que surge. Isso se justifica, porque ela se forma a partir do material sígnico nas interações de uma coletividade organizada.

O Círculo de Bakhtin procurou elaborar uma ciência das ideologias baseada no materialismo dialético. A ideologia é fundamental, pois a linguagem é ideologicamente saturada. O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos. A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Bakhtin/Volóchinov (1979, p. 22) afirmam que "A palavra o fenômeno ideológico por excelência". As ideias e os estados de espírito ideológicos se tornam realidade ideológica apenas quando são realizados em algum material na forma de um signo determinado (palavras, ações, roupas, etc.).

A palavra se tece a partir de uma multidão de fios ideológicos e serve de trama às relações sociais em todos os domínios. A ideologia não pode derivar da consciência (como pretendem o idealismo e o positivismo psicologista), mas sim as concepções de mundo, crenças e estados de espírito, que se tornam realidade ideológica somente quando realizados em algum material em forma de um signo determinado, tornando-se parte da realidade que circunda o homem.

Nesse sentido, a linguagem é um palco em que se cruzam múltiplos sentidos ideológicos. Isso significa que o signo é “uma arena da luta de classes” (Volóchinov, ([1929] 2021, 113). E é justamente essa pluralidade de sentidos intercruzados, interindividuais que dá vida ao signo, pois “ao ser retirado da disputa social acirrada, o signo ficará fora da luta de classes” (Volóchinov, ([1929] 2021, 113). Nesse sentido, a língua é intermediaria não somente entre o homem e sua realidade pensada, mas também entre um e outro homem. De um homem a outro transmitem-se, primeiramente, tudo o que entra na

composição do conteúdo objetivo da intelectualidade e, em segundo lugar, toda a riqueza das interações que constituem a unidade estrutural da sociedade e toda a pluralidade ideológica.

Dessa forma, o dialogismo constitui o método teórico-analítico peculiar do Círculo de Bakhtin. A palavra, no entendimento bakhtiniano, é profundamente dialógica e deve conservar a possibilidade de diferenciação. O conceito é caracterizado pela crença na essência democrática da palavra. O diálogo, para o Círculo, significa mais do que uma simples conversação, abrangendo a ideia de que todo discurso contém em si componentes diferentes, discriminantes e frequentemente contraditórios. As relações dialógicas são relações de sentido estabelecidas entre enunciados na comunicação verbal. Um enfoque dialógico é possível em qualquer parte significante do enunciado, inclusive em uma palavra isolada, desde que esta não seja interpretada como impessoal, mas como o signo da posição interpretativa de um outro — ouvindo-se nela a voz do outro. Bakhtin afirma que "Tudo na vida é diálogo, ou seja, contraposição dialógica", o que exige que se mantenha a individualidade do falante e, por conseguinte, da palavra por ele produzida.

Portanto, o conceito de alteridade (ou o "outro") é fundamental na filosofia da linguagem do Círculo, pois a consciência individual não existe isoladamente, mas se volta para o outro, tornando-se necessariamente incompleta sem este processo de interação. Todo ser existe a partir do outro e em diálogo com ele. O "eu" é posto em movimento sempre em relação a outro "eu". A percepção do outro é crucial para a formação da própria identidade. A relação dialógica com o outro baseia-se na discordância; os horizontes concretos não coincidem. Contudo, é a partir da existência dessa discordância – a diferença perante o outro – que este pode ser criado. O excedente da visão do eu em relação ao outro (exotopia) instaura uma esfera particular de atividade que completa o outro justamente onde ele não pode se completar.

Disso resulta que o discurso é inseparável da comunicação social e é, consequentemente, um acontecimento da história, realizado num dado momento histórico. Na perspectiva do Círculo, o discurso nasce no diálogo como sua réplica viva, forma-se na mútua-orientação dialógica do discurso de outrem no interior do objeto. Nesse sentido, o falante, ao interagir com seu outro, e é um homem essencialmente social, historicamente concreto e definido, e seu discurso é uma linguagem social. Nesse sentido,

> O processo do discurso, compreendido de modo amplo como um processo da vida do discurso exterior e interior, é ininterrupto e não conhece nem início nem fim. O enunciado exterior atualizado é uma ilha que se ergue do oceano infinito do discurso interior; o tamanho e as formas dessa ilha são determinados pela situação do enunciado e pelo seu auditório. A situação e o auditório forçam o discurso interior a atualizar-se em uma expressão exterior determinada e diretamente inserida no contexto cotidiano não enunciado, que é completado pela ação, ato ou resposta verbal dos outros participantes do enunciado. (Volóchinov, ([1929] 2021, 221).

Infere-se, portanto, que as condições materiais da interação verbal constituem as determinações ou concreticidades orientadoras da composição dos gêneros discursivos apropriados à situação social em que se articula a interação social. Isso significa que essas condições sociais do atrito da palavra com a palavra aleia condicionam a estruturação dos gêneros. Isso significa que discursos e atos políticos, leis, assim por diante, só podem ser considerados, consoante suas condições de produção. Significa ainda que o marxismo da linguagem concebe o enunciado como um acontecimento social real da linguagem e uma estrutura social-ideológica.

Nesse sentido, a compreensão do enunciado depende da sua atmosfera axiológica e sua orientação avaliativa no meio ideológico. Nesse sentido, o conceito de heteroglossia (ou plurilinguismo) sustenta a arquitetura teórica do Círculo. A heteroglossia é vista como a "larga polifonia de forças e discursos sociais". O romance, em particular, é artisticamente organizado como uma diversidade social de linguagens. Ele é plurilíngue, construindo-se na diversidade de vozes, discursos e maneiras de dizer. O discurso de outrem na linguagem de outrem serve para refratar a expressão das intenções do autor. A polifonia é caracterizada pela multiplicidade de vozes e consciências independentes, constituindo a peculiaridade fundamental de Dostoiévski (BAKHTIN, 2010, p. 4). É, pois, uma variante do dialogismo, mas o termo foi progressivamente substituído pelo conceito mais amplo e funcional de plurilinguismo nas obras posteriores de Bakhtin. O plurilinguismo possibilita a hibridização, que é a "mistura de duas linguagens sociais no interior de um único enunciado", estabelecendo um diálogo e uma luta entre linguagens e estilos de linguagens num dado gênero discursivo.

Embora já tenhamos discorrido sobre os gêneros discursivos (ou gêneros do discurso) vale salientar que são "tipos relativamente estáveis de enunciados que se elaboram no interior de cada esfera da atividade humana". Eles são caracterizados por um conteúdo temático, uma construção composicional e um estilo. O indivíduo sempre se expressa através de gêneros no interior de uma dada atividade. Eles atuam como representantes da memória criativa no desenvolvimento literário, preservando e recordando o passado. Gênero é, ainda, uma totalidade essencial, acabada e resolvida do enunciado artístico, sendo um "conjunto de meios de orientação coletiva na realidade, dirigido para seu

acabamento". O enunciado e os gêneros do discurso são o objeto de reflexão de *Marxismo e filosofia da linguagem*.

Portanto, Bakhtin e Volóchinov apresentam uma epistemologia cuja proposta se constitui pela compreensão de que o sentido do signo só se pode alcançar a partir de inferências sobre as suas articulações nas relações cotidianas concretas. Essas articulações devem constituir objeto de análise sociológica que podem ser abordadas sob preceitos epistemológicos marxistas de determinação dos atos humanos.

2.2 A Gênese do Marxismo Histórico-Dialético

Ao dessacralizar o homem e compreender que "a sociedade devia basear-se na compreensão de suas relações econômicas [...] e no entendimento de suas relações históricas, políticas e ideológicas" (Andery, 2014, p. 398), Marx muda a concepção de produção científica historiográfica e volta-se para a compreensão da formação das instituições, suas regras de funcionamento, das ideias, dos valores e das condições materiais do homem e do trabalho.

Nesse sentido, Marx considera que a noção de História, a Ciência, deve considerar a transformação material e dialética da sociedade. Essa transformação, pois, se articula "por meio de contradições, antagonismos e conflitos (Andery, 2014, p. 399-400). Esse processo, além de não ser linear, não ser espontâneo nem harmônico, nem estranho à sociedade, é consequência das contradições inerentes à própria dinâmica social, política e econômica, resultante das ações dos próprios homens em suas interações para a produção da própria existência: "Os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram." (Marx, 2011, p.1).

Dessa forma, ao eleger ao homem o protagonismo da própria produção material de sua existência, Marx define as bases de sua metodologia e de sua epistemologia. A articulação entre o materialismo histórico e o materialismo dialético constituiu indissociabilidade a partir dessa compreensão e uma nova proposta para a produção de conhecimento científico. Assim, Marx parte do pressuposto que o conhecimento se origina da matéria. Isso significa que a consciência é o ser social que a adquire. Nas palavras de Marx:

> O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, norteou meus estudos dali por diante, pode ser resumido nos seguintes termos: na produção social de sua vida, os humanos

> estabelecem relações bem determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado estágio do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma super estrutura jurídica e política, à qual correspondem certas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo social, político e intelectual da vida em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas o inverso: é seu ser social que determina sua consciência. (Marx, 2024, p.25)

Infere-se, portanto, dessa asseveração epistemológica que o homem, ao produzir sua existência e a si mesmo, constitui-se um homem-rio movendo-se por contradições entre forças produtivas e relações de produção em contínuo reflexo e refração dele e do próprio processo. Marx rompe com o idealismo e propõe que o homem e a ideologia estão imbricados. Isso significa que a ideologia se constitui pelo conjunto de ideias, representações legitimadoras da base econômica da sociedade. Essa superestrutura oculta as relações de dominação e as elege a condição de universalidade natural e inevitável. Dessa forma, a consciência é condicionada e impele os indivíduos a agirem conforme as imposições da super estrutura.

Nesse sentido, os indivíduos, "a própria relação do homem consigo só é possível pela relação com os outros" (Andery, 2014, p. 405). Nessa relação, que é histórica, o homem se submete a um processo de transformação da natureza, de si mesmo e das necessidades. Nesse processo, ao reconhecer essa transformação, humaniza-se, e constitui-se em unidade o homem e a sociedade. Disso se pode inferir que o desenvolvimento da história, para Marx, singular significado: o processo de desenvolvimento dos fenômenos sociais deve ser concebido sob a ideia de que nada, nenhuma relação, nenhum valor, nada tem caráter imutável. Isso significa que o método histórico dialético deve partir do homem real, dos fenômenos reais:

> (...) não se deve partir do que os homens dizem, representam ou imaginam, ne tampouco do homem predicado, pensado, representado ou imaginado, para chegar, partindo daqui, ao homem de carne e osso; parte-se do homem que realmente atua e, partindo de seu processo de vida real, se expõe também o desenvolvimento de reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (...) E esse modo de considerar as coisas não é algo incondicional. Parte das condições reais e não as perde de vista nem por um momento. Suas condições são os homens, mas não vistos e plasmados através da fantasia, mas em seu processo de desenvolvimento real e empiricamente registrável, sob a ação de determinadas condições. (Marx, 2007, p. 26-27).

Para Karl Marx, o método que propõe pode fomentar conhecimento não especulativo, uma vez que detém sua lente sobre o real. Detém-se numa análise do mundo tal qual seja. Marx une na produção do conhecimento científico teoria e práxis. Isso significa que, para ele, o conhecimento deve constituir provisão para a transformação do próprio mundo num processo contínuo.

2.3 O Círculo de Bakhtin: aproximações com o Marxismo

Em *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* ([1929] 2021), o Círculo de Bakhtin sugere que as pesquisas em ciências humanas devem incorporar às suas análises o campo de estudo interfático semiótico fundamentado no dialogismo, na alteridade, características objetivadas na produção do sentido e nas formas de construção do discurso. Ora, Bakhtin e Voloshinov apresentam, na obra, a proposta de que o sentido somente pode ser inferido a partir da compreensão do signo, ideológico por definição, cuja abordagem deve considerar a relação entre aquele e suas articulações sociais, determinadas pela estruturação concreta da vida em sociedade, numa dada situação social.

A partir desse enfoque, é fundamental estabelecer aproximação entre essa concepção e os preceitos marxistas de determinação dos atos humanos. Assim, ao se considerar que a linguagem articula interações observáveis no cotidiano dos homens, tanto objetiva, quanto subjetivamente, é por ela que eles refletem e refratam percepções e compreensões de mundo e de si mesmo nas diversas esferas da organização social, exprimindo contradições da sociedade, a partir de uma dada compreensão de classe, de ideologia dominante, num dialogismo articulado por gêneros discursivos.

Isso significa que é pelo signo que passam as mudanças em curso na sociedade. É por aquele que, dialeticamente, se articulam as relações cotidianas e o dialogismo, e, por essa natureza, eleva a linguagem a um palco de debate ideológico, pois as enunciações constituem diálogo e "Onde há signo há também ideologia. Tudo que é ideológico possui significação sígnica" (Bakhtin, M.; Voloshinov, V. N., 2021, p. 93). Isso significa que o campo ideológico coincide com o campo dos signos, portanto são equivalentes. Por essa natureza, a análise da ocorrência do signo deve levar em consideração a esfera ideológica em que se articula no enunciado, pois o signo reflete e refrata parte da realidade e é uma parte dessa, é um dado material dela, e sua ocorrência um fenômeno do mundo externo. Mas tanto ele, quanto os efeitos produzidos ou por ele desencadeados, ocorrem na experiência externa, na sociedade.

Isso significa que a compreensão "de um signo ocorre na relação deste com outros signos já conhecidos; em outras palavras, a compreensão responde ao signo e o faz também com signos" (Bakhtin; Voloshinov, 2021, p. 95). Nesse sentido a compreensão ideológica vai de um signo a outro num processo responsivo ininterrupto; de um signo – parte material –, a outro signo – conteúdo ideológico inferido –, numa cadeia ideológica estendida entre as consciências individuais, (também

repleta de signos determinados pelas condições sociais da existência dos indivíduos) cujas existências só podem ser consideradas na medida que sejam preenchidas pelo conteúdo ideológico determinado pela concreticidade (Kosik, 1976, p.43) no processo de interações nos mais diversos campos de interação humana. Portanto, "a consciência individual é um fato social e ideológico" (Bakhtin; Voloshinov, 2021, p. 97), que de constitui e reconstitui a partir do mundo sígnico na representação do mundo e da existência material do homem.

Isso significa que a realidade da produção de sentido, que se constitui pela interação sígnica, transpõe a realidade para o mundo sígnico e está, portanto, condicionada às condições materiais em que se constitui a interação social. Esse princípio vai de encontro ao marxismo. Marx, no prefácio de "Para a crítica da economia política", ao refletir sobre a totalidade das relações de produção, assevera que

> O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que lhes determina a consciência." (Marx, 2024, p. 25)

Veem-se, aqui, aproximações entre a teoria linguística do Círculo de Bakhtin, e o marxismo. A partir dessa tese marxista, pode-se justificar que as condições matérias de ocorrência do signo na interação social em qualquer campo de interação social compreende a materialidade marxista de sua ocorrência. Isso significa que as relações de produção de sentido refletem e refratam a realidade ideológica e são condicionadas pelas relações sociais. Significa, ainda, que o estudo, quer seja do signo linguístico, quer seja da produção da existência pelo homem, deve partir do conteúdo interno ao próprio fenômeno em estudo e da relação dele com outros fenômenos, constituindo o desenvolvimento fenomenológico, mas todo o processo e as variáveis que o compõem articuladamente.

Nesse viés, o Círculo compreende que "a palavra é o fenômeno ideológico par excellence" (Bakhtin; Voloshinov, 2021, p. 93). E o ideológico e sua materialidade sígnica só podem ser analisados a partir de suas determinações e concreticidades sociológicas. "sua especificidade está justamente no fato de que ele existe entre indivíduos organizados, de que representa o seu meio e serve como médium para a comunicação entre eles" (Bakhtin; Voloshinov, 2021, p. 96). Dessa forma, o signo somente existe em sua interindividualidade, nem surge na natureza (no sentido literal dessa palavra), tampouco surge apenas entre dois homens. Surge, antes, coletivamente, socialmente. Assim,

> O signo ideológico tem vida na medida em que ele se realiza no psiquismo e, reciprocamente, a realização psíquica vive do suporte psicológico. [...]
> Desta maneira, existe entre o psiquismo e a ideologia uma interação dialética indissolúvel: o psiquismo se oblitera, se destrói para se tornar ideologia e vice-versa. [...]

> O signo ideológico deve integrar-se ao domínio dos signos interiores subjetivos, deve ressoar tonalidades subjetivas para permanecer um signo vivo e evitar o estatuto honorífico de uma incompreensível relíquia de museu.
> Em suma, toda enunciação, por mais insignificante que seja, renova-se sem cessar essa síntese dialética viva entre o psíquico e o ideológico, entre a vida interior e a vida exterior. Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de decodificação em forma de réplica. (Bakhtin; Voloshinov, 2021, p. 93)

Isso posto, pode-se inferir que o sentido somente pode ser abstraído com base na compreensão do signo, ideológico por natureza, considerando-se suas as condições materiais de determinação delimitadas pela organização da vida cotidiana dos cidadãos na sociedade. Isso significa que forma e conteúdo do signo estão dialeticamente imbricados. São estáveis, mas, num diálogo em que se produz a enunciação, expressam ideologia, portanto, o sentido do signo pode apresentar relativa instabilidade na interação. Dessa forma, a produção de sentido articula a ideologia oficial e a cotidiana, pois há relação recíproca, material e dialética entre a estrutura (forma), a produção de sentido e as formas ideológicas (conteúdo) derivadas dos meios de produção refletidas na comunicação, pois

> As relações de produção e a estrutura sócio-política que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida pública, na criação ideológica. Por sua vez, das condições, formas e tipos de comunicação verbal derivam tanto as formas como os temas dos atos de fala. (Bakhtin, M.; Voloshinov, V. N., 2021, p. 93)

Pode-se, dessa forma, inferir que a consciência individual é um fato social e ideológico. Portanto, embora todo conhecimento seja apoiado em "formas de legitimação" (Ghedin; Franco, 2011, p. 51) as ciências sociais não poderão ser estruturadas em métodos objetivos. Devem ser legitimadas "com base em critérios de validade independentes do conjunto de crenças locais, dotados de autoridade exterior a esse conjunto" (Ghedin; Franco, 2011, p. 51). Isso se justifica pelo fato de que, para validar uma definição de consciência, que só pode ser sociológica, deve-se considerar, conforme o fez o Círculo bakhtiniano, que ela, "a consciência se forma e se realiza pelo material sígnico criado no processo de comunicação social de uma coletividade organizada" (Bakhtin, M.; Voloshinov, V. N., 2021, p. 95), observando-se a materialidade dialética e a concreticidade em que se constitui.

Para o Círculo bakhtiniano, a consciência, o plano da ideia, é contiguo e estará sempre em confronto com outras consciências. Isso significa que o homem está para ele próprio permeado dialeticamente por outro, e essa permeabilidade tem sua gênesi na existência concreta. Nesse sentido, ao discutir o a composição do herói por Dostoiévski, na obra *Problemas da poética de Dostoiévski*, Bakhtin afirma que esse renomado autor concebe seu herói, a partir de uma pluralidade de contradições, bem distante do

ideário hegeliano. O herói dostoievskiano é concebido a partir de caráter dialógico cuja natureza exige responsividade, pois

> A ideia propriamente dita era para ele a pedra de toque para experimentar o homem no homem ou uma forma de localizá-lo ou, por último – isto é o principal – o "médium", o meio no qual a consciência humana desabrocha em sua essência mais profunda. [...] este não desconhece, não contempla nem representa a "ideia em si" no sentido platônico ou o ser ideal no sentido fenomenológico.
> [...]
> Cada emoção, cada ideia da personagem é internamente dialógica, tem coloração polêmica, é plena de combatividade e está aberta a inspiração de outras; em todo caso não se concentra simplesmente em seu objeto, mas é acompanhada de uma eterna atenção em outro homem. (Bakhtin, 2010, p. 31-36)

Nota-se, que Bakhtin assevera que a polifonia presente na obra dostoievskiana é uma concepção dialética. Para ele, a superação de uma contradição instaura outra nova e esse caráter dual é inerente à própria consciência. Esse movimento é dinâmico, contínuo e insuperável num dado espaço-tempo, num dado cronotopo[3], que orienta todas as formas de representação abrigadas num enunciado/gênero discursivo. Isso significa que Bakhtin compreende o tempo e o espaço como uma organização determinada a partir de convenções sociais e ideológicas de uma dada época inerentes ao dialogismo dessa própria época. Isso significa que a palavra se insere nas relações humanas e adquire capacidade de registrar os valores e as mudanças sociais em seu interior.

Dessa forma, para corroborar essa característica do signo ideológico, Marx e Engels asseveram que:

> As representações que [esses] indivíduos produzem são representações, seja sobre sua relação com a natureza, seja sobre suas relações entre si ou sobre sua própria condição natural. É claro que, em todos esses casos, essas representações são uma expressão consciente – rela ou ilusória – de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização social e política. (Marx; Engels, 2012, p. 93).

Infere-se dessa asseveração dialogismo. Ao admitirem Marx e Engels que toda representação se origina de relações entre indivíduos e a natureza, defendem que o sujeito constrói a si mesmo em contínuo processo intersubjetivo com o outro. Esse processo em gerúndio suscita a relação de alteridade pensada pelo Círculo bakhtiniano que compreende o ser humano como um ser não suficiente em si mesmo, mas que se realiza na relação dialógica com o outro. Isso significa que é na relação dialógica com o outro entre autor, destinatário e sobredestinatário que se origina a identidade, por sua vez, atravessa pela alteridade. Nesse caso, o outro não se trata do segundo elemento do diálogo, outro

[3] Esse conceito é tomado de empréstimo de Einstein na obra Bakhtin o ressignifica na análise literária, ao afirmar que cada personagem articula relações temporais e espaciais em cada narrativa. Trata-se de uma categoria estética, mas é também ideológica, tendo em vista que orienta análise da organização humana, consoante as determinações culturais e históricas da sociedade idealizada mimeticamente.

sujeito do discurso, mas terceiro, imanente ao ato verbal, pois "O fato de ser ouvido, por si só, estabelece uma relação dialógica. A palavra quer ser ouvida, compreendida, respondida, e quer, por sua vez, responder a resposta, e assim *ad infinitum*" (Bakhtin; Voloshinov, [1929], 2011, p. 356).

Em *Ideologia alemã*, Marx e Engels explicam como se constitui a existência humana e os atos históricos humanos. Remontando às origens do ato humano e salientando à noção formação da sociedade, asseveram que, somente pelo fato de o homem ter o imperativo de intervir na natureza para satisfazer suas necessidades e garantir a própria vida, foi a força que lhe permitiu organizar-se em sociedade e desenvolver-se individual e coletivamente. Nas palavras dos autores:

> O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza [...] Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história. [...] O primeiro ato histórico desses indivíduos, pelo qual eles se diferenciam dos animais, é [...] o de começar a produzir seus meios de vida. (Marx; Engels, 2012, p. 87).

É, portanto, o processo de satisfação de necessidades do homem, pelo homem ao homem, *ad infinitum*, constitui o ato histórico da formação da sociedade. Isso se justifica, porque os homens satisfazem suas necessidades primeiras e, nesse processo de autossatisfação, geram novas em contínuo e, assim, ampliam as relações sociais, pois

> A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla –, de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. (Marx; Engels, 2012, p. 33).

Dessa forma, quando Marx e Engels apresentam a ontologia do trabalho, como base da existência humana, lançam as bases conceituais da dialética materialista, pois são essas mesmas condições que dão causa à existência da sociedade como unidade estruturante e consciência. Assim, essa unidade e consciência estruturam-se também pela linguagem, como base matéria da práxis humana, nas formas e nas relações de trabalho e da própria organização social. Nesse sentido, quando os autores referenciam a ação do homem com a natureza e a interação entre eles pela linguagem, compreendem que, nessa relação, a práxis, e somente esta, pela interação linguageira entre os homens, é capaz de determinar a consciência, pois

> [...] o homem tem também "consciência". Mas esta também não é desde seu início, consciência 'pura'. O 'espírito' sofre, desde o início, a maldição de estar 'contaminado' pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. (Marx; Engels, 2012, p. 87).

Para Marx e Engels, a formação da consciência pelo homem não resulta da abstração de sua existência. Ao contrário, os autores desconstroem a visão idealista hegeliana e afirmam que aquela se origina das condições materiais de produção. Isso significa que a consciência se origina na atividade prática da comunicação humana, pois a linguagem é a "matéria em movimento", ou seja, ela é o espaço das ideologias em disputa dialógica e dialética, concepção retomada por Volóchinov em Marxismo e filosofia da linguagem (1929), que a define como fenômeno ideológico por excelência e condição inseparável de produção e luta social. Em outras palavras, linguagem e consciência se formam na relação entre o homem com a natureza, entre aquele e o outro ou os outros, de forma que evidencia a alteridade intrínseca da linguagem como ato humano na construção contínua da existência simultaneamente como ato de produção dela, de si em relação a si e aos outros, nas definições dos autores marxistas:

> Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vidas desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. [...] O que os indivíduos são, portanto depende das condições materiais de sua produção. (Marx; Engels, 2012, p. 87).

Semelhantemente a essa asseveração, Bakhtin, em *Para uma filosofia do ato*, considera que o homem, ao expressar-se, assume uma posição e essa é dita partir de um lugar social que ocupa. Dessa forma o que é dito pelo homem, em seu lugar de produção, articula o ser e a cultura, constituindo expressão de atitude imperativa da consciência, humanizando o homem:

> Aqui está o ponto da ação responsável e de todas as categorias do dever concreto, único e necessário. Eu também existo [et ego sum] (em toda a sua plenitude emocional-volitiva, realizadora [postupochnaia] dessa afirmação) realmente – no todo, e assumo a obrigação de dizer esta palavra. Eu também participo do Ser de uma maneira única e irrepetível, um lugar que não pode ser tomado por ninguém mais e que é impenetrável a qualquer outra pessoa. (Bakhtin [1920/1924], 2003, p. 58).

Disso se infere que o ato para o Círculo de Bakhtin, é um ato de criação em que se concretiza o pensamento e a cultura na práxis. O ato é determinado, pois do lugar em que se encontram, o sujeito o expressa, superando a divisão entre a cultura e a vida, condensando teoria e prática coo na práxis. Essas asseverações são semelhantemente reconhecidas por Marx e Engels, pois entendem que a produção se constitui em condições determinadas de materialidade. Assim, a alteridade presente no ato de Bakhtin relaciona-se com a práxis marxista, visto que a ação humana ocorre de modo contextualizado e de forma transformadora. Isso significa que a concepção marxista do homem o concebe como sendo o homem o mundo do homem, o Estado a sociedade (Marx, 2008).

3 ANÁLISE DOS DADOS

3.1 O Decreto nº 7.566/1909: a fonte histórica e o gênero discursivo

A legislação sobre educação, especialmente sobre Educação Profissional, constitui um *corpus*, que para além do testemunho histórico, suscita a compreensão das determinações materiais e dialéticas da sociedade, sobre a instalação e a implementação do sistema educacional e de modificações políticas ao longo da História. Isso se justifica, uma vez que, o estudo historiográfico da legislação sobre educação, pode subsidiar compreensão sobre a implantação de paradigmas, políticas públicas planejadas e implantadas para atendimento às demandas de mercado e, até mesmo, político-ideológicas. Nesse sentido, o decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, enquanto fonte histórica, dadas "as condições de produção dos documentos-monumentos" (Le Goff, 1990, p. 473), pois, enquanto fontes historiográficas, podem permitir compreensões sobre desde o contexto político-ideológico, o cultural, ao jurídico-social, durante o qual foram criadas em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha, Presidente da República, criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices no país.

Dessa forma, é necessário destacar que o decreto nº 7.566/1909, ao criar essas escolas, inicia a historiografia da Educação Profissional brasileira, pois para atender a demanda da sociedade (ver a ementa do decreto no quadro 1) cria, estrutura política educacional, vetor inicial forjador de nova realidade nesse campo educacional. Dessa forma, o decreto constitui simultaneamente uma fonte historiográfica e um gênero discurso, pois, como legislação, entre outros aspectos, permite inferir discurso de autoridade, que ordena e influencia a realidade social, estabelece interação social e entre uma autoridade determinante e os determinados, e articula relação social responsiva. O quadro abaixo apresenta sinteticamente a estrutura do decreto.

Quadro 1: Elementos jurídicos da lei

Instrumento	Significado
Título	Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909
Ementa	Cria nas capitais dos Estados da República escolas de aprendizes artífices, para o Ensino Profissional primário e gratuito.
Autoria	Presidente da República
Autor	Nilo Peçanha
Motivação da criação do Decreto	

	"(...) não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; Que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação."
Fechamento	"Revogam-se as disposições em contrário."

Fonte: Criação própria, com base Decreto nº 7.566/1909 e na metodologia de estudo da Legislação proposta por Stamatto (2012)

Os elementos apontados no quadro 01 constituem partes estruturantes do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 e estruturam uma lógica de força e poder cujo estudo, consoante Sá e Siqueira (2000, p.7), destacam que

> [...] pela legislação é-nos permitido compreender, dentre outras coisas, as concepções vigentes, de educação, suas relações com a sociedade, particularmente com a família, conflitos com o pátrio poder, suas permanências e mudanças. Pode-se também perceber a organização física da escola, seus planos de estudo e a metodologia utilizada – as formas de organização dos alunos, as relações destes com os mestres.

Conforme se percebe, a análise dos diplomas legislativos sobre Educação Profissional pode suscitar conhecimento sobre as condições materiais determinantes da elaboração e da promulgação dos diplomas legislativos. Isso significa que se pode conhecer, a partir do Decreto nº 7.566/1909, as origens da Educação Profissional no país, pois, "a única maneira eficaz de esclarecer o significado do produto é examinar o modo como foi produzido, cabe analisar o processo de elaboração das leis de ensino para se compreender o seu significado político e educativo." (Saviani, 2002, p.2), além de sua estrutura e objetivos regulatórios. Consoante isso, Stamatto (2012) postula que

> A norma contempla ações que agem em uma dada realidade. Pode fomentar ou coibir ações sociais. Nesse sentido, ressaltamos também que se, por um lado, há proibições, censuras, cerceamentos constituídos nas ações legalmente regulamentadas; por outro, existe o incentivo fiscal, a isenção de impostos, prêmios, concursos, financiamentos, estímulos a determinadas ações e finalidades que orientam políticas educacionais. A lei normatiza e direciona ações do poder instituído; limita poderes discricionários; permite e delimita ações de agentes sociais; garante direitos e cria possibilidades para ação de indivíduos e grupos sociais (Stamatto, 2012, p. 281).

A partir da leitura do quadro, em concordância com o postulado pela autora, infere-se que havia um contexto social, econômico e político que elegia como demanda a educação compulsória dos "os filhos dos desfavorecidos da fortuna" (Brasil, 1909). Era um desejo da sociedade civil:

> "O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em execução da lei n. 1.606, de 20 de dezembro de 1906:
> Considerando:

> Que o argumento constante da população das cidades exige que se facilite ás classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;
> Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime;
> Que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos uteis à Nação: (Brasil, 1909)

Notam-se, a partir das escolhas sígnicas, preocupações contextuais que podem ser apontadas como o aumento da população urbana carente. O objetivo era evitar a ociosidade: "fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime". Constituiu uma preocupação do governo com a inserção dos jovens no mercado de trabalho, com a finalidade de evitar que ingressassem no crime e no vício.

Disso se infere que o discurso legislativo, à época, se transveste de ideais de inclusão e modernidade, mas se constitui também de ideais positivistas, pois se trata de ordem compulsória para educação para pobres, sob dois vieses: o de incapacidade para decidir o próprio futuro, e o fatalista, sem a racional orientação das elites intelectuais, estariam fadados à tragédia.

O decreto, assinado por Nilo Peçanha, em 1909, cria dezenove Escolas de Aprendizes Artífices. Essas instituições, destinadas ao ensino profissional primário e gratuito, custeadas pela União, ligadas ao Ministério da Agricultura e Comércio, tinham como objetivo formar operários e contra-mestres. A criação do decreto se tornou o motivo de homenagem à Nilo Peçanha como o Patrono da Educação Profissional e Tecnológica brasileira.

3.2 O Decreto no 7.566/1909: a representação da Educação Profissional e do Aprendizes/Artífices

Na pesquisa historiográfica sobre educação, é fundamental analisar a fonte histórica, neste caso, o decreto no 7.566/1909, sob a perspectiva de seu lugar na histórica; seu lugar de produção, seu conteúdo discursivo e a recepção (Barros, 2019, p. 267). Isso significa que toda fonte histórica se compõe de três instâncias inerentes à sua natureza histórica: a produção/recepção (a época, o autor, a sociedade – desde o autor ao receptor – e todas as possíveis relações articuladas na e a partir da interação discursiva), o discurso e, especialmente, a intenção social. Consideradas essas instâncias, a análise do decreto fundante da escola de aprendizes artífices somente pode ser analisado a partir de uma ótica dialética, pois "sabe-se bem, [os textos políticos] podem ser criados a partir de uma ou de outra posição em relação ao poder oficial ou oficioso". (Barros, 2019, p. 269). Isso suscita que toda

fonte histórica apresenta relação assimétrica entre as determinações, concreticidades, ou condições cronotópicas do espaço-tempo de sua criação, o tempo previsto para sua "vida comum" e sua vida historiográfica. Nesse sentido, o quadro 2 compõe levantamento das escolhas sígnicas pelo legislador para representação da Educação Profissional, da Escola de Aprendizes Artífices, dos aprendizes artífices (os determinados) e dos termos pedagógicos.

Sistematização das representações sígnicas da Educação Profissional e do Aprendizes/Artífices do Decreto no 7.566/1909

Educação Profissional		
Representação sígnica	**Número de ocorrências**	**Contexto no decreto**
ensino profissional	**3**	Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o **ensino profissional** primário e gratuito. (...) o indispensável **preparo técnico** e intelectual, (...) – 2º "Considerando" Art. 1º. (...) **ensino profissional** primário gratuito. Art. 2º. (...) **formar operários** e **contra-mestres**, (...);
Escola de Aprendizes/Artífices;		
Representação sígnica	**Número de ocorrências**	**Contexto no decreto**
Escolas de Aprendizes Artífices	6	Cria nas capitais dos Estados da **Escolas de Aprendizes Artífices**, para o ensino profissional primário e gratuito. Art. 1º. (...) o Governo Federal manterá, (...), uma **Escola de Aprendizes Artífices**, (...); Art. 2º. Nas **Escolas de Aprendizes Artífices** (...); Art. 5º. As **Escolas de Aprendizes Artífices** (...); Art. 8º. Haverá em cada **Escola de Aprendizes Artífices** (...); Art. 16. As **Escolas de Aprendizes Artífices** (...);
escolas	3	Art. 1º. (...) Parágrafo único. Estas **escolas** serão instaladas (...). Art. 4º. Cada **escola** (...);

		Art. 14. No regimento interno das **escolas**, (...);
Aprendizes/Artífices; cidadãos/alunos		
Representação sígnica	**Número de ocorrências**	**Contexto no decreto**
classes proletárias	1	(...) facilite às **classes proletárias** (...) – 1º "Considerando"
filhos dos desfavorecidos da fortuna	1	(...) **os filhos dos desfavorecidos da fortuna** (...) – 2º "Considerando"
cidadãos		(...) formar **cidadãos úteis** à Nação: – 3º "Considerando"
operários; contra-mestres	1	Art. 2º. (...) formar **operários** e **contra-mestres**, (...);
	1	Art. 5º. (...) tantos **educandos** (...);
indivíduos		Art. 6º. (...) os **indivíduos** (...); b) o **candidato** (...) § 2° o **candidato** (...);
candidatos	1	
requerente	2	Art. 7º. A cada **requerente** (...);
alunos	1	Art. 11º. (...) por todos os **alunos** (...);
	2	Art. 12º. (...) adiantamento dos **alunos** (...);
Termos pedagógicos		
Representação sígnica	**Número de ocorrências**	**Contexto no decreto**
meios	1	(...) os **meios** de vencer as dificuldades (...) – 1º "Considerando"
habilitar/ preparo técnico	1	(...) não só **habilitar** os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável **preparo técnico** – 2º "Considerando"
formar	2	(...) deveres do Governo da Republica **formar** cidadãos úteis (...) 3º "Considerando"
oficina(s)	5	Art. 2º. (...) **formar** operários e contra-mestres, (...) oficinas de trabalho manual ou mecânico (...) Estas **oficinas** e outras (...); Art. 4°. (...) §3°. Os mestres de **oficinas** (...); Art. 10. Constituirá renda da escola o produto dos artefatos que saírem de suas **oficinas**. § 1°. (...) os trabalhos das **oficinas**.

aprendizagem	1	Art. 12. (...) exposição dos artefatos das **oficinas** da escola, (...); Art. 7º. (...) facultada a **aprendizagem** de um só **ofício** (...);
curso(s)	3	Art. 8º. (...) dois **cursos** noturnos **primário**, obrigatório para os alunos que não souberem ler, escrever e contar, e outro de desenho, também obrigatório, para os alunos que carecerem dessa disciplina para o exercício satisfatório do ofício que aprenderem. (...); Art. 3º. O **curso** de **oficinas** (...); Art. 15. Os **programas para os cursos** serão formulados pelo respectivo diretor, (...);
designativos de aprendizagem	3	Art. 12. (...) **exposição dos artefatos** das oficinas da escola, para o **julgamento do grau de adiantamento** dos alunos e distribuição dos prêmios aos mesmos. Art. 14. No **regimento interno** das escolas, que será oportunamente expedido pelo ministro, (...);

Fonte: Elaboração própria, extraído do Decreto no 7.566/1909.

O levantamento de termos permite compreender a relação dialética entre o tempo de "vida viva" [da fonte] e de "vida historiográfica" (Barros, 2019, p. 272). Esse levantamento atesta a confiabilidade da fonte e suscinta reflexão sobre dois tempos (passado-presente) na perspectiva da análise historiográfica. Isso se justifica, uma vez que a escolha sígnica que, ao representar os cidadão-alunos – os determinados: "classes proletárias", "os filhos dos desfavorecidos da fortuna", por exemplo, (vide a categoria "Aprendizes/Artífices; cidadãos/alunos"), o legislador, a voz autoral, considerou os determinados pelo decreto e sua intenção, a inclusão do cidadão-aluno, tendo em vista as condições materiais das cidades à época: crescimento urbano intensificado. Significa, ainda, que o legislador, a partir de uma composição de discurso, cuja voz se torna generalizada, dada a natureza do discurso legislativo, adquire condições de verdade político-legislativa e classifica a classe proletária, os filhos dos desfavorecidos, um potencial problema social urbano, pois se encontra na obrigação de educá-los para o trabalho, fornecendo-lhes uma educação que apenas lhe proporcione formação (formar cidadãos úteis), cuja utilidade seja produzir para uma classe que os explore, que os subordine a partir de uma positividade legislativa, mas que não lhes proporcione chances mais ambiciosas de inclusão social.

Destarte, essa condição é evidenciada, quando se analisam as escolhas lexicais das categorias "Educação Profissional", "Escola de Aprendizes Artífices", "Termos Pedagógicos". O termo que define

a finalidade da escola no art. 2o deixa clara a intenção de uma educação para o trabalho operário: “operários” e “contra-mestres”. Considerados no conjunto da categoria “Educação Profissional”, depreende-se que a educação fornecida aos alunos visava à formação apenas necessária a uma preparação de mão de obra fundamental para a conformação desses cidadãos a um mercado de trabalho em formação e, mais que isso, evitar o ingresso no mundo da criminalidade.

As se considerar o termo; “Escola de Aprendizes Artífices”, correlacionado a “oficinas”, pode-se inferir que a metodologia visava apenas ao fornecimento de uma formação básica (primária gratuita), para trabalhos pouco rentáveis e para atendimento imediato às demandas das cidades em processo de desenvolvimento econômico. Além disso, a designação: “cidadãos úteis à Nação” sugere a intenção não só de se evitar a marginalização do cidadão, mas também a posição ideológica do legislador que considera a existência de cidadãos inúteis à nação. Isso significa que, na condição de legislador, considerou que a existência tanto da cidadania “útil à nação”, quanto a “inútil”, é resultado de condições materiais dialéticas não escolhidas pelo indivíduo em sua existência.

Desse levantamento sígnico, na composição do decreto no 7.566/1909, em seu conjunto, fica evidente que, em 1909, em seu lugar de produção, o discurso se constituiu de instrumentalização legislativa fundante cuja intenção social, pedagógica e política promoveram implicações coercitivas na sociedade. Essa escolha sígnica se reflete e refrata a polifonia discursiva que pensou e, por seus atos legislativos, estruturou a Educação Profissional, mas, ao desprezar as condições materiais e dialéticas em que os determinados – os aprendizes artífices – vivenciavam sua existência, silenciaram-nos, pois, ao se refugiarem no léxico que compõe o discurso legislativo criador das Escolas de Aprendizes Artífices, manifestaram intenção social exclusivamente de conformação dos determinados pelo trabalho, pela conformação de uma parcela da sociedade pela dominação social. Isso significa que a representação sígnica também deixa evidencias do não-dito, pois a compreensão da fonte histórica não silencia em seu tempo historiográfico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o decreto no 7.566/1909, percebemos que como fonte historiográfica da Educação Profissional, e dada a sua natureza legislativa, gênero discursivo, há, pelas as escolha de representação sígnica da Educação Profissional e dos aprendizes artífices, uma clara intenção social e pragmática: a

implantação de instituição escolar para a educação utilitária de cidadãos, considerados, à época de vida real do diploma como possíveis indivíduos improdutivos para o país.

No que se refere ao início do processo histórico de implantação da Educação Profissional brasileira, nota-se evidente interesse na vinculação de uma política educacional aos interesses e necessidades da sociedade. Esse interesse se estabelece a partir dos "considerandos" e são especificados ao longo dos artigos que compõem o gênero discurso decreto. Essas especificações definem as condições de ingresso do aprendiz artífice, a estruturação física e o funcionamento da escola. Além disso, percebe-se também que o decreto no 7.566/1909, como fonte historiográfica da Educação Profissional, constitui para além do testemunho histórico, um primeiro capítulo da historiografia sobre a Educação Profissional brasileira.

Além disso, podemos constatar que a análise de diplomas legislativos pode suscitar compreensão real das determinações, concreticidades e características cronotópicas da historiografia da Educação Profissional brasileira. Isso significa que se pode, a partir dessa análise, compreender as intenções sociais, políticas, ideológicas que são transportas pelo discurso na idealização dos diplomas legislativos e, partir disso, reivindicar aperfeiçoamento nos novos diplomas para a vida presente.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V. N. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 3a ed. São Paulo: Editora 34, 2021.

BAKHTIN, M. (1920/1930) O autor e o personagem, In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fonte, 2011.

BAKHTIN, M. Problemas da poética de Dostoiévski. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2010.

BAKHTIN, M. Questões de literatura e de estética: teoria do romance. Tradução de Paulo Bezerra. 9a ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

BRASIL. Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-norma-pe.html. Acesso em: 08 agos. 2025.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Brasil Republicano. Vol. 1: O Tempo do Liberalismo Excludente: Da Proclamação da República à Revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KOSÍK, Karel. Dialética do concreto. Tradução de Célia Neves; Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão; Celina Portocarrero. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã Tradução de Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. Contribuições à crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Tradução de Florestan Fernandes. 1a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Tradução de Mario Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer; Nélio Schneider. 1a edição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. Tradução de Nélio Schneider; prológo Herbet Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Política e educação no Brasil: o papel do congresso nacional na legislação do ensino. Campinas: Autores Associados, 2002.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A legislação como fonte para a História da Educação. In: (Org.) SOUZA, Elizeu Clementino de; VASCONCELOS, José Geraldo; CASTRO, César Augusto. História da Educação: memória, arquivos e cultura escolar. Rio de Janeiro: Salvador: Quartet: Uneb, 2012.

Capítulo 3

10.37423/260811247

MATERNIDADE E FEMINILIDADE NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA: ANÁLISE DO DISCURSO DE SI E DA SOCIEDADE À LUZ DA OBRA A PEDIATRA, DE ANDRÉA DEL FUEGO

Francisca Cibele da Silva Gomes — *Universidade Federal do Piauí*

Andreia Rodrigues de Andrade — *Universidade Estadual do Piauí*

Fagner de Sousa Araújo — *Universidade Estadual do Piauí*

José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior — *Universidade Estadual do Piauí*

Adriane de Sousa Portela — *Universidade Estadual do Piauí*

Denise Castro Sobrinho — *Secretaria Municipal de Educação - Timon-MA*

Gláucia Silva Ferreira — *amurielpereira@urc.uespi.br*

Amuriel Alves da Silva — *amurielpereira@urc.uespi.br*

RESUMO

A presente pesquisa possui como objeto de estudo as interpretações subjetivas acerca da maternidade contemporânea através do discurso proferido pelas protagonistas do romance A Pediatra, de Andréa Del Fuego. Nessa conjuntura, a metodologia utilizada trata-se de uma descrição bibliográfica apoiada na discussão acerca da formação dos discursos sobre o feminino, maternidade e autonomia à luz dos autores: Badinter (1980), Foucault (1996) hooks (2017), Meruane (2018), Stevens (2019), entre outros pesquisadores que se debruçaram sobre a construção da ordem das interpretações acerca da realidade, da identidade, do gênero e raça. Para tanto, também se apoiou no próprio discernimento autoral das mulheres que protagonizam o discurso ficcional para esmiuçar suas próprias noções de si mesma enquanto mães e da sociedade em que viveu.

Palavras-chave: Literatura. Maternidade. Feminino.

INTRODUÇÃO

O presente capítulo possui como objetivo de estudo a análise das noções de maternidade impelidas na obra A Pediatra, de Andréa Del Fuego. Tendo como enfoque os olhares das protagonistas em relação ao sentimento maternal, as realidades vivenciadas pelas mães, os discursos proferidos acerca do ideal de mãe que foram discorridos na trama romancista. Tal contexto, fez surgir a indagação em saber como essas mulheres incorporam os papéis de maternais e qual o contrasta com a idealização tradicional de maternidade.

Para tanto, o objetivo geral é analisar as interpretações do sentimento maternal desenvolvidas na obra que foram construídas e expostas pelas personagens femininas e como objetivos específicos têm-se intento em descrever as interpretações femininas sobre a maternidade, distinguir a vivência real ao desejo utópico e relacionar as noções de desigualdade de gênero presente no cuidado com os filhos e com a família com a ideologia de mãe tradicional.

A metodologia desenvolvida na pesquisa baseia-se inicialmente em uma análise qualitativa da crítica literária desenvolvida na obra a partir das subjetividades acerca da experiência feminina sobre a maternidade e suas várias nuanças identitárias que foram assumidas pelas personagens ao longo do enredo, suas perspectivas, objetivos, medos, anseios, frustrações e felicidades. Para que fosse possível desenvolver essa análise crítica recorreu-se as perspectivas teóricas de Badinter (1980), Foucault (1996), entre outros pesquisadores que se analisaram a construção da ordem das interpretações acerca da realidade, da identidade, do gênero e raça na produção e difusão dos discursos ideológicos de gênero e maternidade.

Em linhas gerais, pode-se concluir que a narrativa se apoiou na perspectiva de que a maternidade não foi concebida pelo viés ideário tradicional pertencente ao amor maternal e dedicação aos filhos e a família, onde a mulher é impelida aos cuidados exaustivos a prole em detrimento dos seus desejos pessoais. Nesse contexto de dedicação extrema, a obra traz as experiências femininas impelidas pela independência, autonomia e escolha própria das mulheres descritas no romance, onde o sentimento maternal não é uma obrigação, mas uma escolha com desafios e frustrações não ocultadas pela culpa. Trata-se de uma denúncia à condição feminina desejada pela sociedade, sobretudo quando se pensa pelo olhar do feminino disruptivo e ressignificado à luz do confronto ideário e tangente a realidade ultrajada.

Maternidade realidade versus utopia: a vida maternal e suas nuanças

O texto literário tagarela os efeitos da simples necessidade de escritura do autor. Este não está isento de ser senhor do seu tempo, da sua narrativa, das suas vivências que influenciaram sua escrita. Não há neutralidade na escrita ficcional, a final de conta ninguém escreve apenas por querer escreve, existem uma vontade pessoal, e um desejo indiretamente coletivo. O prazer textual é libertino degustado ao termo de uma maquinação ousada. É um aposta de jubilação contínua, o momento em que por excesso de prazer verbal expressa-se na fruição linguísticas dos enredos e histórias narradas. De modo que o discurso é tão legítimo que nas escondidas, um dos mais loucos é possível imaginar nos interstícios da vida, o nascer de uma ficção literária (Bartles, 2006). Pode-se interpretar ainda:

> O prazer do texto não é forçosamente do tipo triunfante, heroico, musculoso. Não tem necessidade de se arquear. Meu prazer pode muito bem assumir a forma de uma deriva. A deriva advém toda vez que eu não respeito o todo e que, à força de parecer arrastado aqui e ali ao sabor das ilusões, seduções e intimidações da linguagem, qual uma rolha sobre as ondas, permaneço imóvel girando em torno da fruição intratável que me liga ao texto (ao mundo). Há deriva, toda vez que a linguagem social, o socioleto, me falta (como se diz; faltam-me o ânimo). Daí por que um outro nome da deriva seria: o intratável – ou talvez ainda: a Asneira (Bartles, 2006, p.26, grifos do autor).

O brio do texto seria a fonte de fruição, onde ultrapassa a procura, a tagarelice e através da linguagem adentra em influências ideológicas e imaginativas em bases históricas, culturais, psicologias do leitor, gostos, valores, lembranças e as crises existências em relação ao autor e o mundo. É um sujeito anacrônico que mantem em suas mãos as rédeas do jogo, ou melhor, da escrita, pois "texto de prazer: aquele que contenta, enche, dá euforia; aquele que vem da cultura, não rompe com ela, está ligado a uma prática confortável da leitura. Texto de fruição: aquele que põe em estado de perda, aquele que desconforta [...]" (Bartles, 2006, p.20). No caso dos discursos impelidos pela literatura, tornam-se manifestações daquilo que a sociedade dita ou daquilo que ela repudia:

> [...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grande complexa que não cessa de se modificar [...]. Por mais seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é

> simplesmente aquilo que traz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (Foucault, 1996, p.09-10).

Os discursos de uma maneira geral por mais ingênuos que uns possam parecer nada carregam que si que seja neutro. Pois, são dotadas de influências externas e coercitivas que congregam poder e desejo expelidos pelos mais influentes e poderosos. Eles também revelam as forças coesivas e congregadoras que envolvem e manter a sociedade refém de um padrão ou uma intersecção comum. Também não são apenas lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo pelo qual se luta ou anseia o poder do qual querem fazer parte ou apoderar-se.

A oposição entre verdadeiro e falso como sistema de discursão excludente também atenta para o primeiro ser sustentáculo de um sistema de instituições que as impõem e reconduzem, que não se exercem sem pressão, nem se ao menos um pouco de violência. Essa vontade que atravessou os séculos que rege a busca pela verdade é algo como um sistema de exclusões que vem sendo desenhada. Porque o discurso da verdade é reinante ao pronunciar a justiça, profetizando o futuro, suscitava a adesão dos homens e se tramava com o destino. Impelidos e compactados pelos conjuntos de práticas, como o sistema dos livros, laboratórios, boatos, mitos, entre outros, que é valorizado, distribuído, repartido e atribuído (Foucault, 1996). Esse conjunto de verdades está apoiado em distintos suportes como:

> Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro. Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuraram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção; penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade (Foucault, 1996, p. 18-19).

A verdade seria a busca infinita que justifica a doutrinação discursiva. Pois, um discurso é verdadeiro quando corresponde aos anseios e desejos de uma sociedade, caso contrário caí em obsolescência. A vontade da verdade obedece ao poder e ao desejo através do discurso, ou seja, ela constitui-se como algo aceito quando aceita pela maioria esmagadora amparada de uma perspectiva teórica convincente e coesiva como os textos jurídicos, religiosos e científicos. No entanto, não são apenas estes que participam do jogo do discursos verdadeiros, em virtude de todos e tudo também pode exaltar tal perspectiva ou no sentido contrário expressar oposição e desavença aos padrões estabelecidos.

No caso do sentimentalismo em torno da maternidade, o amor, admiração e dedicação aos filhos próprio da ideologia dominante inicia-se pela fato em que o amor não é inato, mas adquirido ao longo dos dias passados ao lado dos filhos. Essa percepção também pode ser utilizada na interpretação do sentimento contrário, ou seja, valida-se pela ausência completa do que seria amor maternal quando a mãe não ama ou despreza sua prole. Se faltarem oportunidades para expressá-lo, se as manifestações do interesse por outrem não foram expressas, então se corre o risco de vê-lo morrer ou inexistir (Badinter, 1985). Nesse contexto, o pensamento predominante considera a maternidade como sendo:

> Mais precisamente, os defensores do amor materno 'imutável quando ao fundo' são evidentemente os que postulam a existência de uma natureza humana que só se modifica na 'superfície'. A cultura não passa de um epifenômeno. Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a a-normal por excelência. Em princípio, a lei natural não admite nenhuma exceção. Mesmo se substituímos o conceito de lei (universidade) pelo de regra (geral), é necessário constatar que há demasiadas exceções à regra do amor materno para que não sejamos forçados a questionar a própria regra. O amor, no reino humano, não é simplesmente uma norma. Nele intervém numerosos fatores que não a respeitam. Ao contrário do reino animal, imensa na natureza e submetido ao seu determinismo, o humano – no caso, a mulher – é um ser histórico, o único vivente dotado da faculdade de simbolizar, o que o põe acima da esfera propriamente animal. Esse ser de desejo é sempre particular e diferente de todos os outros. Que os biológicos me perdoem a audácia, mas sou dos que pensam que o inconsciente da mulher predomina amplamente sobre os seus processos hormonais. Aliás, sabemos que a amamentação no seio e os gritos do recém-nascido estão longe de provocar em todas as mães as mesmas atitudes (Badinter, 1985, p.14-15).

Pode-se perceber que a maternidade no seu sentido predominante será expressa pelo amor mais profundo e dedicado aos filhos, embora saiba-se que tal generalização não contempla a realidade e que existem vários tipos de amor maternal e até mesmo o desamor. Mesmo as exceções quando não são admitas pelos pensamentos dominantes, pois tratam como sendo ameaça ao sentimentalismo maternal, nem ao mesmo admitem sua existem em meio a suposta maternidade ideária. Mas existem e não são pequenas circunstâncias existentes na sociedades e nem tão pouca são raras. Logo, os valores de uma sociedade são imperiosos e possuem peso incalculável sobre os desejos coletivos, até mesmo o desejo de ter um filho, por vezes, é imperativo, mas atualmente sabe que é complexo, difícil de precisar e isolar em uma rede de fatores psicológicos e sociais. Embora, a maternidade ainda seja trata:

> À ideia de 'natureza feminina', que cada vez consigo ver menos, prefiro a de uma multiplicidade de experiências femininas, todas diferentes, embora mais ou menos submetidas aos valores sociais cuja força cálculo. A diferença entre a fêmea e a mulher reside exatamente nesse 'mais ou menos' de sujeição aos determinismos. A natureza não sofre tal contingência e essa originalidade nos é própria. A sobrevivência da espécie exige sem dúvida que façamos filhos, mas quem nos poderá obrigar a obedecer à santa natureza? A fêmea, está não tem escolha

> [...]. Hoje, já não podemos admitir como inevitável que a mulher tenha filhos. Nem mesmo que os ame, quando os teve. Mas isso, em contrapartida, não é novidade, embora seja sempre visto como um escândalo (Badinter, 1985, p.16).

A concepção da maternidade feminina estaria próximo do sagrado, imaculado, devoto afetivamente aos filhos, não admitindo, para os mais radicais defensores, a existência de pensamentos contrários ou perspectivas adversas ao considerado esperado da mulher-mãe. Em casos que fogem à suposta normalidade acabam caindo no escândalo ou chocando todos que o cercam. Não se admite que uma mãe possa não amar o seu filho ou que uma mulher não pretendam ter filhos, embora saiba da existência em meio a diversidade maternal e na representação feminina contemporânea. Primeiro, porque pessoas que não são mães (pai, avó, avô, entre outros) pode maternar uma criança. Segundo, não é somente o amor que leva uma mulher a ter filhos, a moral, os valores sociais ou religiosos, podem ser incitados adjuntamente ao desejo da mãe (Badinter, 1996).

Considerando as variações repercutidas nos diferentes posicionamentos sociais assumidos pelas mulheres, conforme a classe social, a relação entre à mulher no século XIX desenhou-se uma nova imagem da relação com a maternidade, segundo a qual o bebê e a criança seriam objetos privilegiados da atenção maternal. A devoção e a presença vigilante eram esperas ao público feminino, somando-se ainda a uma crescente valorização da mulher-mãe, como a “rainha do lar”, dotada do poder materno e respeitabilidade desde que não saísse o casulo doméstico de seus lares.

Nas classes favorecidas, a mulher passou a assumir a função educadora, muitas vezes, como professora. Essa função devota e aparado no sacrifício feminino em prol dos filhos e da família, afastando-se dessa suposta natureza da mulher, seria visto como culpa, anomalia ou contraversão à natureza, o que poderia ser explicado como um desviou ou patologia (Moura; Araújo, 2004). Logo, “[...] os cuidados maternos passam a ser valorizados e esse novo olhar sobre a criança possibilitou a manifestação do ‘amor materno’, que tornou-se não somente desejável como ‘natural’” (Moura; Araújo, 2004, p.49).

No século XX, já não se podia pensar no papel da maternidade única delimitado a figura feminina. Mesmo o vínculo ainda atrelado a vida da mulher. A gravidez não podia tornar-se mais central e exclusivamente pertencente ao representatividade das mulheres. As mulheres de classe mais abastardas mostravam-se irritadas ao verem-se reduzidas ao papel maternal, mesmo quando isso ocorria através de gentilezas e concessões à sua condição de gestante. Mesmo o tradicional vestuário de grávida era recusado, até o total desaparecimento de trajes específicos para gravidez. Na década

de 1990, exibir a barriga tornou-se algo popularizante sobretudo entre as jovens grávidas ou não-grávidas. A gestação, para essas mulheres, passou a ser percebida como uma escolha pessoa, devendo ser problematizada todos os aspectos relacionados à sua evolução (Moura; Araújo, 2004). Logo, a maternidade contemporânea estaria próximo:

> A mulher, depois de conquistar a liberdade de exercer sua sexualidade desvinculada do matrimônio, de planejar e decidir a maternidade, de adiá-la até o momento eu considera propício às circunstâncias de sua vida, de interromper uma gestação por meios seguros (embora ilegais no Brasil), pode também optar por viver a maternidade sozinha, sem que isso signifique uma condenação social. Porém, mais que assumir a maternidade fora da condição do casamento, hoje a mulher pode tornar-se mãe sem depender da presença concreta de um companheiro, podendo fazê-lo amparada pelos avanços das técnicas reprodutivas permitem a gestação em condições anteriormente impensáveis, tanto do ponto de vista médico quando social. Aliadas a nascidos que reduzem drasticamente a mortalidade de crianças, mesmo quando nascidas muito prematuras ou gravemente doentes, certamente repercutirão na organização familiar e nos sentimentos relacionados à maternidade (Moura; Araújo, 2004, p.53).

Ampliando-se uma série de discursos que ensinarão a cada um a lidar com o mundo e como se relacionar com ele. Longe de promover o saber ou reflexão da maternidade, mas divulgar conhecimentos que apagam as diferenças, anulam as contradições e fazer desaparecer o diverso. Essa tentativa de padronizar a maternidade a questão específicas e subjetivas de uma classe média que enriqueceu nos últimos anos em detrimento de uma nicho populacional que recorre a bastante tempo ao unificação “mãe-solteira” para dar conta das questões relacionadas a sobrevivência, trabalho, cuidado dos filhos e representatividade feminina. Os abordos ilegais a tempos são feitos às escondidas nos centros periféricos ou nas clinicas clandestinas a fim de tornar a maternidade um processo a ser postergado em razão das circunstâncias no qual a gravidez indesejável foi inserida.

Entende-se aqui como as experiências da maternidade como um conjunto diferenciado de agentes sociais, práticas e representações atinentes a essa palavra para representar a qualidade de ser mãe, mas também refere-se a uma instituição hospitalar e ao imaginário no qual está articulado ideologias de gênero. Onde o ser mãe pode ser desejado, rejeitado ou recusado trazem à tona o papel esperado pelas mulheres na sociedade. É politicamente esperado das mulheres certos posicionamento em relação aos filhos, são saberes normatizados no seio social e politicamente definidos pela política do Estado que ressignificada no interior de uma série de discursos voltados para a população, a raça, classe, nação, e por fim, pelas memórias das mães, que reconstroem através da subjetividade (Martins, 2005). Soma-se a essa questão:

> A elaboração de políticas públicas voltadas para a maternidade e a infância revela um vocabulário capcioso, pois aparentemente o discurso maternalista parece defender os direitos

> das mulheres. Contudo, não se trata de uma valorização da mulher enquanto cidadã, ou de uma concepção universalista de direitos, mas sim do enaltecimento da função maternal. O universalismo está ligado à ideia de que todas as mulheres são mães, mesmo aquelas que não dão à luz. Se a maternidade era intrínseca à natureza feminina, como acreditavam os médicos, ela poderia ser exercida de fato ou espiritualmente, como é o caso das religiosas e das mulheres solteiras que se dedicavam aos trabalhos assistenciais. Entender como esta retórica maternalista está presente nos discursos dos médicos e das mulheres ativistas e também na elaboração das políticas públicas, nos remete para objetivo principal dos agentes envolvidos na proteção à maternidade: a criança. Portanto, configura-se no discurso maternalista uma concepção instrumental da mulher-mãe, pois é através dela que os filantropos, os médicos e os funcionários do Estado podem alcançar a criança (Martins, 2005, p.6).

O corpo feminino constitui-se também a partir dos desdobramentos morais e políticos infringidos, encerrando-as nos estreitos limites do espaço doméstico e maternal. Sendo a maternidade representação e aplicação desses discursos e práticas naturalizadas. A partir dos mecanismos de dominação que se engendraram na definição de um modelo específico de maternidade. Desde a introdução do parto hospitalar, pré-natal, cuidados puerpéricos e pediátricos, formação educacional, divórcio, experiência no uso dos métodos contraceptivos, mesclados com concepções de raça e classe inauguram novas experiências da maternidade.

As intervenções do Estado brasileiro na forma de políticas públicas não partiram da ideia dos direitos das mulheres em ser mães, pelo contrário, formularam suas leis e políticas com uma visão instrumental das mulheres, afinal era delas que nasciam crianças e, portanto, para ter sucesso nessa função patriota, era necessário salvá-las e protegê-las. O problema é que esses olharem não as viam como marcadas pela miséria, abandono ou estigma de uma gravidez indesejável, mas criaturas ignorantes, culpadas pela sua condição e de seus filhos (Martins, 2005).

Distorção e manipulação: as interpretações da maternidade ficcional presente no romance A Pediatra, de Andréa Del Fuego (2021)

A maternidade na contemporaneidade na assertiva em que velhos padrões entraram em obsolescência em virtude das novas demandas e novas percepções sobre a conceito de família. Hoje, as mulheres demandas que os seus companheiros se apropriem mais do elemento dito como feminino e participem ativamente do âmbito maternal. Muitas delas se queijam de como é difícil se restringir aos cuidados dos filhos, à vida doméstica, anseiam em participar ativamente do mercado de trabalho como meio de sustento e sobrevivência, muitas também se sentem deprimidas aos cuidarem dos bebês, pois sentem desmotivadas ou frustradas. Para uma mãe atendida na consultoria da pediatra Cecília:

> A menina estava com assadura alérgica, eu encaminharia a paciente para meu colega especialista, como de hábito. Outra mancha atópica na nuca, a mãe não havia reparado. Isso foi o xampu, tenho certeza, ela só come orgânico. Fique tranquila, criança atópica é mais inteligente. Antes burra e não me desse trabalho, a mãe disse (Del Fuego, 2021, p.65).

As mães se sentem pressionadas a não reclamar dos problemas enfrentados na maternidade, seja porque a consideram uma benção divina ou porque se sentem culpa caso expressem alguma desvantagem maternal. No entanto, a paciente acaba deixam seu descontentamento em relação a filha atópica como uma criança trabalhosa e com uma rotina estressante, onde a mãe preferia que fosse burra a não dar tanto trabalho.

Nesse âmbito, também se deve pensar na complementalidade entre o feminino e masculina foi perdida nesses novos tempos dentro dos relacionamentos, a fim cada um tem a sua personalidade particular na gestão da maternidade, fazendo-os recuarem aos padrões antigos. Também inaugura a possibilidade questionar acerca do papel de cada um: “com quem deixo meu filho? ”, “Somente serei boa mãe se amamentar meu filho? ”, “ Não quero trabalhar por causa das crianças” ou também “Eu preciso também trabalhar para sustentar as crianças”, “Homem tem que participar! ”, “Eu tenho que ficar 24 horas com o filho e o marido? ”, “Não quero ser mãe! ”, “Não sei se serei uma boa mãe” ou “Não sou uma boa mãe! ”. Em uma observação da pediatra:

> A babá voltou sem traço maternal algum, voltava da vida pessoal da qual tratava, pegou o bebê. Tem nada, agora é só retorno periódico. Ela fechou a porta sem se despedir, pensei no azar de a criança ter esse trio: essa mãe, essa babá, essa pediatra. No mesmo dia outro paciente me chamou atenção, não a criança, mas a mãe, um abatimento que a pôs corcunda, essa já limpa e recomposta. Está vomitando desde ontem, cocô aguado, mas está espaçando, ela disse. Notei a pele seca dela, à beira da descamação, olheira de cardíaco, gestos lentos e atrapalhados, organismo trancado em jaula sem água e sono. O bebê apresentava uma gastroenterite absolutamente contornável. Aviei uma receita de relaxante muscular para a mãe. Tome nos próximos três dias e durma, esqueça o bebê, ele vai crescer e se lembrar de você como uma senhora triste. A minha é, pensei. (Del Fuego, 2021, p. 52).

Na contemporaneidade a maternidade é concebida ajunta de diversas posições de escolhas dos sujeitos envolvidos, observa-se ainda a existem de cobranças sociais, permanece a expectativa de que a mulher seja mãe, mantêm-se vigorante os discursos do mito da maternidade, o que expõem um cenário de sofrimento-angústia para o público feminino, tornando a experiência ainda mais complexa. Logo, se por um lado é possível considerar certas conquistas na vida da mulher, por outro não pode-se falar em igualdade, sendo um conceito ainda inalcançável pelas mesmas. Mesmo estando inseridas no mercado de trabalho, elas ainda dividem o público com o privado, entre demandas da profissão e os cuidados com os filhos e com o lar (Albertuni; Stengel, 2016).

A maternidade não seria a única forma de encontrar a felicidade ou realização pessoal. Muitas compreendem que esse é um aspecto de suas vidas, não mais ou o menos importante, mas uma relação com prioridades na realização conjunta de outras funções. No entanto, entram em contradição dois discursos, o que valoriza a presença maternal e crítica a mãe que trabalha fora de casa e exercer outras atividades, deixando os filhos com terceiros; e o outro que representa a crítica ao desempenho da mãe no exercício profissional julgando-a pela dedicação máxima a família em detrimento de uma atuação no mercado de trabalho (Albertuni; Stengel, 2016). Logo, pode-se imaginar que a maternidade psicológica da personagem Cecília foi uma forma de expressar a posse em relação ao filho da esposa de seu amante:

> [...] não vou negar que criança me aborreça, isso não mudou, acontece que Bruninho poderia ser um cavalo-marinho ou um abajur, por acaso estava manifesto nunca criança, era ele e era meu. Bruninho desceu do meu colo e me levou pela mão até o chão da sala onde mandei colocar um tapete felpudo e uma caixa de brinquedos educativos, o menino pegou partes de uma girafa, escolheu a mais bonita e me deu o pescoço. Fala para a tia quantos anos você tem, pediu Celso. Bruninho não obedeceu, estávamos retomando nossa ligação que eu, no parto, interessada mais em seu pai, não havia percebido. Era meu filho. Havia um mundo a convencer (Del Fuego, 2021, p.69).

A personagem mesmo odiando crianças, acabou se afeiçoado pelo Bruninho, filho do seu amante, mas a relação revela um sentimento de posse e domínio do que afetividade. Há ainda críticas as mulheres sem filhos ou aquelas que voluntariamente não desejam tê-los, pois o sentido da existência plenas para elas não está unicamente na maternidade. Para ela, "se eu tivesse parido Bruninho diria que não gosto de criança, gosto do meu filho. Não era o chamado da natureza para engravidar, não me engano" (Del Fuego, 2021, p.120). No entanto, sua obsessão pela criança acabou revelando:

> Eu não sou isso, mãe-pâncreas é quem tem filho, eu não tenho, não cuspi placenta pela vagina, aquele fígado. Há uma diferença entre mim e Camila. Eu faria a autópsia do Bruninho, ela faria? Ela não está apta. Lisura para devolver o filho à natureza ela não tem. Eu tenho, devolvi a insuficiência dele para ela, o menino foi meu enquanto estava inteiro, não está mais. Bruninho agora é uma condição que exige rígido controle para não complicar. Observação contínua, a mãe vai cumprir ações repetidas, sempre a mesma, esperando um resultado pífio que para o filho crônico é uma boa notícia, mas não para quem é normal (Del Fuego, 2021, p. 151).

A expectativa social em relação ao público feminino ainda se perpassa pelo campo da maternidade, forçando-as ou julgando-as quando não correspondem à realidade almejada socialmente. Muitas mães apontam para um sentimento melancólico ao sentirem falta dos tempos sem filhos que denunciam a importância dos valores contemporâneos para as mulheres, como liberdade, exaltação do eu e satisfação imediata. Outras mulheres incorporam a maternidade como expressão de sacrífico e dedicação contínua como o caso de Cecília, mas também como momento de desgaste emocional, a

exemplo de Cacá, mãe de Bruninho que acabou deprimida e desmotivada em relação a sua existência e a nova vida maternal: "[...] arrependida de ter engravidado pela segunda vez, se despedindo de Bruninho para receber outro desconhecido" (Del Fuego, 2021, p.90). Ainda assim:

> Em meio a tantos modos de vida que a mulher pode escolher ou tantas leituras que pode fazer de uma experiência individual, permanece um discurso sobre ser mãe e, imbricado a ele, um modelo de mulher. Todas as possibilidades de vida parecem partir de uma questão fundamental: a maternidade. Então podemos ter as mulheres sem filhos, livres para a escolha, mas não para as suas consequências, como a sua destituição de um lugar de valor social (que é dado apenas às mães) e uma oferta do lugar do vazio, daquela que deve conviver com a falta; as profissionais com seus múltiplos turnos de trabalho e suas ausências cobradas, que necessitam dessa rendas para auxiliar a família ou que conferem a suas profissões um significado relevante que lhes impossibilita desfazerem-se dessa parte de si mesmas; as que, ao contrário, desfazem-se de suas rendas. De seus trabalhos, de seu tempo produtivo para, inteiramente, assumirem o seu espaço reprodutivo. E existem também aquelas para quem a maternidade não deve ser um impedimento, seja para os prazeres que continuam realizando, seja para os compromissos que valorizam, com menos culpa e uma concepção relativizada da maternidade, isto é, não consagram a ela uma felicidade incomensurável, mas condicionada à possibilidade de realização em outros aspectos de suas vidas (Albertuni; Stengel, 2016, p.725).

Diante desse contexto, muitas mulheres optam pela maternidade tardiamente, depois de viverem o máximo de experiências que desejam, ou a vida sem filhos ser a melhor opção. Embora, também existam mães que acolhem a experiência dupla entre maternidade e trabalho profissional como novos modos de viver e não como algo que ocupam sua vida por inteiro ou que interrompem projetos anteriores. As várias nuanças da vivência maternal são vistas como interpretações baseadas nas experiências e na própria noção particular de cada mulher, por isso são validas de frustração, medos, anseios, desgostos e desejos por mudança, no entanto, não invalidam a identidade feminina e não a tornam menos mãe pelo sentido crítico do papel desempenhado pelo público feminino na maternidade.

Mas o que pode ser percebido dentre as expressões da maternidade, será que os discursos sociais, históricos, políticos e culturais ressoam nas trajetórias pessoais e se comunicação com seus componentes conscientes e inconscientes e encontram ou não consonância nos seus desejos íntimos (Albertuni; Stengel, 2016). Esse conjunto de ideologias sobre a maternidade também a transformam em dependência emocional dos filhos ou para a personagem motivação para um sequestro: "coloquei comida e os insumos no bagageiro do carro, encaixei Bruninho na cadeirinha. Ele empalideceu, eu o observaria pelo espelho de visão ampla. Abasteci no primeiro posto e seguimos para o litoral" (Del Fuego, 2021, p.159).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maternidade concebida na obra A Pediatra, de Del Fuego (2021) foi apresentada como o contraste entre a noção tradicional vinculada a dedicação e perfeição da mãe que se dedica a família e a prospecção contemporânea maternal onde a mulher descontrói essa visão utópica e procura expressar seus desejos, frustrações e felicidades que fazem parte da mãe real, embora ainda se sinta culpa por não encarar esse sentimento com bons olhares, também entende que sua vivência é singularizada e independe das noções construídas por outras mulheres com contextos e experiências variadas.

Essa abertura ao diálogo e a desconstrução maternal permite entender esses momentos de cuidado com os filhos, gestão, puerpério, criação das crianças, educação, como algo que vai além da dedicação exclusiva, mas como um período de construção da identidade maternal e formação feminina enquanto mãe e mulher a partir das suas próprias vivências mescladas com o trabalho, cuidado consigo, e desconstrução de valores desgastados com a experiências da maternidade real que podem ser expressas em descontentamentos, frustações, apelos a mudança, necessidade de autocuidado, valorização da paternidade participativa, autonomia feminina e busca por autoaceitação das suas capacidades desenvolvidas na maternidade e entendimento da sua própria experiência singular da mãe.

REFERÊNCIAS

ALBERTUNI, Patrícia Shalana; STENGEL, Márcia. Maternidade e novos modos de vida para a mulher contemporânea. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v.22, n.3, p.709-728, dez./ 2016. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682016000300011#:~:text=A%20an%C3%A1lise%20dos%20posts%20relacionados,profiss%C3%B5es%20ou%20mesmo%20outras%20atividades.>. Acesso em: 07 fev. 2023.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do Amor Materno. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível em:< https://we.riseup.net/assets/127560/Badinter%2C+Elisabeth+O+Mito+do+Amor+Materno.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

BARTLES, Roland. O prazer do texto. Tradução: J. Guinsburg, São Paulo: Perspectiva, 2006. 78 p. Disponível em:< https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-letras/wp-content/uploads/sites/67/2018/10/Roland-Barthes-O-Prazer-Do-Texto.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

DEL FUEGO, Andréa. A pediatra. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

FOUCAULT, Michael. A ordem do discurso: aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996. Disponível em:< https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867820/mod_resource/content/1/FOUCAULT%2C%20Michel%20-%20A%20ordem%20do%20discurso.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

MARTINS, Ana Paula Vosne. História da Maternidade no Brasil: arquivos, fontes e possibilidades de análise. In: Anais da ANPUH –XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, p.1-10, 2005. Disponível em:< https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206572_2a69af3b61ead144c0589eef75c7c9fb.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2023.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. Psicologia ciência e profissão, 24(1), p.44-55, 2004. Disponível em:< https://www.scielo.br/j/pcp/a/3sCV35wjck8XzbyhMWnhrzG/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

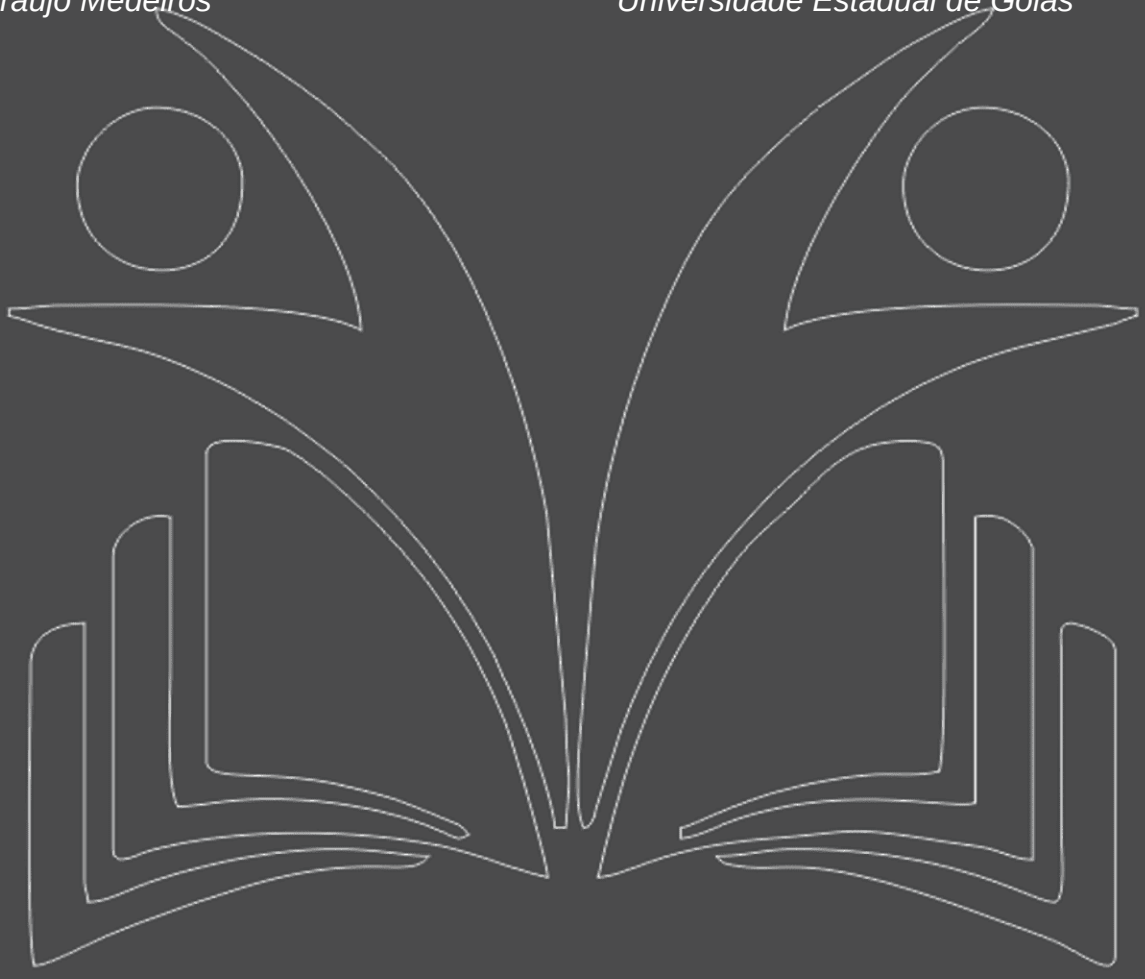
Capítulo 4

10.37423/260811264

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, RESSONÂNCIA DO PASSADO E SUAS CONTINGÊNCIAS NA FORMA URBANA DE ANÁPOLIS.

Lucas Gabriel Corrêa Vargas — *Universidade Estadual de Goiás*

Wilton de Araujo Medeiros — *Universidade Estadual de Goiás*



RESUMO

Este artigo analisa o patrimônio industrial de Anápolis, Goiás, a partir de uma leitura morfogenética da forma urbana, buscando compreender como narrativas do progresso, horizontes de expectativa e contingências históricas participaram da produção de presenças e ausências de ressonância patrimonial na cidade. A pesquisa articula a discussão teórica sobre ressonância patrimonial e tempo histórico à análise de fontes jornalísticas, cartográficas e arquitetônicas, considerando diferentes escalas de observação: a cidade e seus processos de expansão, os loteamentos e as vilas e os projetos residenciais. Inicialmente, são analisadas vilas e loteamentos associados à expansão urbana, com destaque para suas relações com habitação, trabalho, valorização territorial e produção da paisagem. Em seguida, a Estação Ferroviária de Anápolis é examinada como infraestrutura que participou da modernização urbana e que, posteriormente, passou por processos de perda de centralidade e patrimonialização. A análise demonstra que as vilas não constituem uma categoria homogênea e que nem todos os loteamentos podem ser caracterizados como vilas operárias, embora alguns apresentem relações documentais explícitas com atividades industriais e habitação de trabalhadores. Os resultados indicam que o patrimônio industrial anapolino ultrapassa os edifícios diretamente vinculados à produção, manifestando-se também em loteamentos, habitações, traçados urbanos e relações espaciais. Conclui-se que a ressonância patrimonial é temporalmente contingente e depende das narrativas, experiências e processos de reconhecimento que atribuem significado às materialidades urbanas.

Palavras-chave: Patrimônio industrial. Forma urbana. Ressonância patrimonial. Anápolis. Narrativas do progresso.

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio industrial constitui uma camada significativa da paisagem urbana das cidades que vivenciaram processos de industrialização, não apenas pela permanência de edifícios, equipamentos e infraestruturas produtivas, mas pelas formas de ocupação, circulação, habitação e sociabilidade constituídas em torno desses processos. Sua compreensão, portanto, ultrapassa estruturas fabris isoladas e envolve as relações entre indústria, território e sociedade. No Brasil, embora os estudos sobre patrimônio industrial tenham ampliado o reconhecimento desses remanescentes, sua preservação permanece marcada por assimetrias regionais e pelas transformações, obsolescência e valorização imobiliária dos espaços industriais (Costa; Pinheiro, 2025).

Em Anápolis, essa discussão adquire particular relevância com a incorporação da cidade à rede ferroviária e a inauguração da Estação Ferroviária em 1935. A ferrovia intensificou fluxos de pessoas, mercadorias, capitais e informações, contribuindo para transformações econômicas, espaciais e simbólicas que ultrapassaram a infraestrutura de transporte. Loteamentos, equipamentos urbanos, estabelecimentos comerciais, unidades produtivas e moradias de trabalhadores participaram da constituição de uma paisagem associada às expectativas de modernização. Nesse sentido, a ferrovia deve ser compreendida também como elemento relacionado à produção e transformação da forma urbana (Queiroz; Souza, 2025).

Este trabalho propõe compreender o patrimônio industrial de Anápolis a partir de uma leitura morfogenética da forma urbana, entendida como processo histórico no qual materialidades, práticas, discursos e temporalidades se sobrepõem e permanecem, ainda que desigualmente, na cidade contemporânea. Essa perspectiva permite observar não apenas permanências, mas também transformações, deslocamentos e apagamentos.

Nesse quadro, as “vilas” destinadas à moradia de trabalhadores constituem objeto privilegiado. Embora nem sempre reconhecidas como patrimônio industrial em sentido estrito, articulavam habitação, circulação, comércio, equipamentos coletivos e assistência, relacionando espaço doméstico, trabalho e expansão urbana. As vilas operárias constituíram, assim, formas específicas de habitação associadas às necessidades da industrialização e às relações entre capital e trabalho (Correia; Ghoubbar; Mautner, 2006).

Em Anápolis, sua análise pode ser realizada por meio da documentação cartográfica, jornalística e arquitetônica. O levantamento cadastral de 1950, projetos de loteamentos e anúncios em periódicos

permitem acompanhar a expansão urbana e suas relações com bairros anteriormente implantados. A documentação preservada no Arquivo Público Municipal de Anápolis acrescenta a escala do lote e da habitação, registrando plantas, cortes, fachadas, dimensões dos lotes e soluções construtivas de residências associadas a diferentes vilas. Esses projetos, contudo, são compreendidos como documentos da produção arquitetônica e urbana, não como comprovação de obras efetivamente construídas ou preservadas, permitindo identificar intenções de ocupação, padrões espaciais, programas domésticos e processos de parcelamento, projeto e regulamentação.

A análise dessas materialidades articula-se ao conceito de ressonância patrimonial de Gonçalves (2007), segundo o qual o patrimônio não constitui qualidade intrínseca dos objetos, mas resulta de processos sociais e culturais que lhes atribuem capacidade de evocar experiências, valores e relações compartilhadas. Aplicado à forma urbana, o conceito permite questionar por que determinados lugares permanecem reconhecidos, enquanto outros, apesar de sua relevância histórica, permanecem invisíveis ou incorporados ao cotidiano sem reconhecimento patrimonial explícito.

Essa questão relaciona-se às narrativas do progresso presentes na produção histórica de Anápolis, associadas à modernização, prosperidade, valorização da terra e expansão urbana. O conceito de "horizonte de expectativa" de Koselleck (2006) permite compreender como sociedades projetam futuros a partir de experiências acumuladas, entendendo as narrativas de progresso também como formas de produzir expectativas sobre aquilo que a cidade deveria se tornar.

O problema da pesquisa consiste, portanto, em compreender como narrativas do progresso, horizontes de expectativa e contingências históricas participaram da produção de presenças e ausências de ressonância patrimonial na forma urbana de Anápolis. Parte-se da hipótese de que essa ressonância não depende necessariamente da excepcionalidade arquitetônica ou da proteção formal, podendo permanecer inscrita em formas ordinárias, práticas cotidianas, traçados, loteamentos, habitações e lugares vinculados à experiência urbano-industrial.

O objetivo é compreender como esses processos moldaram presenças e ausências de ressonância patrimonial, articulando os conceitos de ressonância patrimonial e tempo histórico à análise crítica de fontes jornalísticas, cartográficas e arquitetônicas e da forma urbana. A pesquisa opera em diferentes escalas: cidade e expansão urbana; loteamentos e vilas; e projetos residenciais.

Inicialmente, analisam-se as vilas e sua inserção na expansão urbana e nas narrativas de modernização. Em seguida, a Estação Ferroviária é tomada como elemento fundamental para compreender as oscilações de significado do patrimônio industrial, de sua centralidade e decadência à posterior patrimonialização. A aproximação entre esses objetos evidencia diferentes formas de permanência e transformação: enquanto as vilas e tecidos residenciais apresentam reconhecimento patrimonial menos explícito, a estação passou por processos mais evidentes de institucionalização da memória.

Desse modo, o patrimônio industrial anapolino é compreendido como fenômeno espacial, histórico e social, inscrito em diferentes escalas da forma urbana. Vilas, loteamentos, habitações, infraestrutura ferroviária e narrativas sobre esses espaços integram um mesmo processo de urbanização, embora apresentem diferentes graus de visibilidade e reconhecimento. A cidade é, assim, entendida como um palimpsesto no qual permanências e transformações expressam escolhas, expectativas e disputas que produziram seus regimes de memória. Mais do que identificar objetos para preservação, busca-se problematizar as condições pelas quais determinadas materialidades são reconhecidas como patrimônio enquanto outras permanecem à margem das narrativas patrimoniais. A análise morfogenética, articulada à noção de ressonância, desloca o patrimônio do objeto isolado para a relação entre materialidade, temporalidade, memória e experiência urbana.

2 RESSONÂNCIA PATRIMONIAL, DISCURSO DO PROGRESSO E FORMA URBANA

A análise do patrimônio industrial de Anápolis exige considerar não apenas as materialidades que permaneceram no tecido urbano, mas também os discursos que, em diferentes momentos, atribuíram valores, sentidos e expectativas a essas formas. As fontes jornalísticas são relevantes nesse processo porque participaram da construção de imagens sobre a cidade, a modernização e o progresso, selecionando aspectos da realidade urbana e atribuindo-lhes diferentes valores.

Entre essas fontes destaca-se a matéria “Vila N. S. da Conceição (ex-Vila Góis)”, publicada na Revista A Cinquentenária, em 1957 (Figura 1), que apresenta a transformação da área como expressão de progresso e prosperidade, associando a formação do bairro à abertura de loteamentos, valorização da terra, construção de moradias e implantação de equipamentos comerciais, religiosos, educacionais e assistenciais. O próprio título evidencia a sobreposição de significados: enquanto “Nossa Senhora da Conceição” aparece como denominação principal, “Vila Góis” permanece registrada, revelando que as

formas de reconhecimento social do espaço não coincidem necessariamente com as nomenclaturas institucionais.

Figura 1: Anúncio Vila Nossa Senhora da Conceição.



Vila N. S. da Conceição (ex-Vila Góis)

Uma afirmação do progresso e da prosperidade que são o apanágio da cidade de Anápolis

Há menos de um decênio a Vila N. Senhora da Conceição (Vila Góis) não passava de uma vintena de casas tôscas, esparramadas aqui e ali, desordenadamente, mais parecendo um abarracamento de garimpeiros.

O mais era mato bravo e cerrado, onde os adeptos da cinegética se distraíam a valer, caçando a perdiz, o veado e outros animais que ainda eram fàcilmente encontrados ali.

De repente a Vila N.S. da Conceição deu um salto e começou a crescer como por milagre. Em poucos anos se alastrou campo afora, se estendeu córrego abaixo e acima, ganhou aspecto diferente e formas requintadas.

Vários loteamentos se abriram em todos os pontos e o povo choveu no afã de adquirir terrenos, edificar moradas ou formar chácaras bem plantadas.

A terra é das melhores que há e por isso não tardou que a Vila N.S. da Conceição fosse sacudida por uma onda de chegantes: mineiros, paulistas, baianos, cearenses, pernambucanos, enfim, por gente de toda parte do Brasil e do estrangeiro, que ali se fixaram.

Como era de se esperar, essa preferência pelos terrenos da Vila trouxe a sua imediata valorização, o que possibilitou consideráveis fortunas a muita gente que possuía grandes áreas, as quais foram loteadas e logo vendidas.

Hoje a Vila Nossa Senhora da Conceição é um padrão de orgulho para a comunidade anapolina, que vê nela um de seus melhores e mais futurosos bairros.

A Vila N.S. da Conceição gosa do privilégio de possuir tudo que é necessário à sua população: conta com várias casas comerciais caprichosamente instaladas, açougues, padaria, salões de barbeiro, farmácia, uma escola municipal, uma casa de oração, vários centros espíritas, bares, etc..

Duas coisas, porém, a colocam em condições de superioridade sôbre as demais vilas da cidade.

Uma é o Hospital Divino Padre Eterno, estabelecimento modelar, de propriedade e direção do ilustre e humanitário médico dr. Bernardo José Rodrigues, que ali funciona há vários anos e presta carinhosa assistência a todos os moradores da Vila.

A outra é o Orfanato "Madre Mazzarello", cuja construção se encontra bastante adiantada.

Obra de grande alcance social, o Orfanato "Madre Mazzarello" virá preencher uma sensível lacuna em nosso meio, dadas as suas elevadas finalidades, que é a de recolher e amparar crianças pobres a quem o destino atirou na orfandade.

A direção dessa pia instituição será confiada às Irmãs Salesianas, que vêm realizando em todo o país notável e meritório apostolado de caridade.

Fonte: A cinquentenária, 1957. p. 18.

A narrativa de 1957 é marcada pela ideia de transformação, contrapondo o antigo “aspecto de garimpo” à nova configuração formada por ruas, lotes, casas, comércio e equipamentos coletivos. Produz-se, assim, uma oposição entre uma ocupação associada à precariedade e informalidade e outra apresentada como ordenada, valorizada e orientada para o futuro. Embora essas materialidades não possuíssem, naquele momento, significado patrimonial no sentido contemporâneo, a fonte registra as formas materiais e os valores associados à expansão urbana, tornando-se posteriormente evidência das condições históricas de produção daquela paisagem. Essa perspectiva aproxima-se da noção de ressonância patrimonial de Gonçalves (2007), segundo a qual o patrimônio resulta de relações sociais e culturais capazes de estabelecer conexões entre sujeitos, temporalidades e repertórios culturais. Aplicada à vila, essa abordagem desloca a questão de sua eventual classificação como patrimônio para os sentidos historicamente atribuídos à sua materialidade e para a capacidade de tais sentidos permanecerem, transformarem-se ou desaparecerem ao longo do tempo.

A ressonância identificada na matéria de 1957 não era propriamente patrimonial, mas estava associada ao futuro: a vila ressoava como promessa de modernização, prosperidade e valorização. O conceito de “horizonte de expectativa”, de Koselleck (2006), permite compreender essa dimensão temporal, pois o futuro aparece incorporado à própria forma urbana. Loteamentos, casas e equipamentos eram interpretados como sinais antecipados de uma condição urbana desejável, enquanto a expressão

“afirmação do progresso e da prosperidade” sintetizava a transformação da expansão urbana em argumento de modernidade.

A valorização da terra também evidencia a articulação entre expectativas econômicas e valores simbólicos: o progresso era associado à abertura de novas áreas urbanizadas, à consolidação de investimentos e à valorização do solo. Essa relação entre indústria, urbanização e território é igualmente observada por Costa e Pinheiro (2025), cuja análise demonstra que os remanescentes industriais devem ser compreendidos em relação à paisagem urbana, às infraestruturas de transporte e às transformações posteriores de seus territórios. No caso de Anápolis, essa perspectiva permite compreender vilas, habitações e equipamentos como partes de uma estrutura urbano-industrial mais ampla, articulando produção, vida cotidiana, valorização territorial e expectativas de futuro.

A transformação da Vila Góis em Vila Nossa Senhora da Conceição também evidencia a condição de palimpsesto da forma urbana. A mudança de denominação não eliminou completamente os significados anteriores: o nome “Vila Góis” permaneceu associado ao lugar no uso cotidiano e no imaginário social, constituindo uma camada imaterial capaz de conectar o espaço contemporâneo a temporalidades anteriores. Essa permanência demonstra que a ressonância não depende necessariamente de institucionalização patrimonial e pode manifestar-se por meio de práticas ordinárias de nomeação, uso e reconhecimento. Ao mesmo tempo, o discurso do progresso produz seleções ao estabelecer hierarquias entre temporalidades urbanas, apresentando algumas formas como futuro e outras como passado a ser superado. Dessa operação resultam possíveis apagamentos patrimoniais: uma forma pode permanecer fisicamente, mas perder sua relação com as experiências que lhe deram origem; uma residência pode ser alterada até que sua condição histórica deixe de ser perceptível; ou um loteamento pode conservar seu traçado enquanto sua história desaparece das narrativas da cidade. A fonte jornalística revela, assim, uma dupla operação: valoriza a vila como expressão de progresso e, simultaneamente, desloca formas anteriores de ocupação para uma posição secundária.

A análise da matéria da Revista A Cinquentenária demonstra, portanto, que o patrimônio industrial pode ser investigado também a partir das próprias condições de produção da cidade. Seu valor documental não está apenas nas informações sobre a Vila Nossa Senhora da Conceição, mas na possibilidade de compreender como a forma urbana era significada no momento de sua consolidação. A abordagem morfogenética permite articular discurso e materialidade: ruas, lotes, casas e

equipamentos constituíam os suportes materiais por meio dos quais a ideia de progresso se tornava visível, enquanto o discurso atribuía significado a essas formas.

Os projetos de loteamento e os projetos arquitetônicos preservados nos acervos municipais complementam essa leitura ao permitir relacionar a escala territorial à do lote e da habitação. A vila pode, assim, ser compreendida simultaneamente como forma urbana, operação imobiliária, espaço de habitação e suporte de representações sobre o futuro, constituindo parte de um patrimônio industrial difuso. Sua ressonância é temporalmente contingente: o mesmo espaço apresentado em 1957 como símbolo de futuro e prosperidade pode assumir outros significados conforme se alteram usos, formas arquitetônicas, relações sociais e expectativas coletivas. Desse modo, compreender o patrimônio industrial de Anápolis exige considerar não apenas aquilo que os lugares são no presente, mas também as narrativas, expectativas e contingências que participaram de sua constituição histórica.

3 VILAS, LOTEAMENTOS E HABITAÇÃO: A MORFOGÊNESE URBANO-INDUSTRIAL DE ANÁPOLIS

A análise das vilas permite deslocar a discussão do patrimônio industrial da escala dos equipamentos produtivos para a dimensão cotidiana da cidade. Em Anápolis, a expansão desses espaços esteve relacionada ao processo de crescimento urbano ocorrido especialmente nas décadas de 1940 e 1950, período marcado pelo lançamento de diversos loteamentos e pela incorporação progressiva de novas áreas à malha urbana. O levantamento cadastral de 1950 registra aproximadamente vinte loteamentos lançados nesse período, alguns deles identificados pela denominação “Vila”. A documentação cartográfica indica ainda que parte dessas áreas ocupava espaços que permaneciam vazios entre loteamentos anteriormente implantados, contribuindo para a continuidade e a complexificação do tecido urbano.

A denominação “Vila”, entretanto, não deve ser tomada automaticamente como sinônimo de vila operária. A documentação disponível apresenta diferentes situações de produção e ocupação desses espaços, envolvendo proprietários de terrenos, sociedades imobiliárias, profissionais responsáveis pela elaboração dos projetos e, em determinados casos, relações mais explícitas com atividades industriais. Essa distinção é necessária para evitar uma generalização segundo a qual todos os loteamentos denominados vilas teriam sido concebidos exclusivamente para trabalhadores industriais. Mais do que estabelecer uma classificação rígida, interessa compreender como essas áreas

participaram da expansão da cidade e de que maneira determinadas habitações e loteamentos se relacionaram com a formação de uma paisagem urbano-industrial.

No contexto brasileiro, as vilas operárias constituíram uma forma específica de articulação entre habitação e atividade produtiva. Correia, Ghoubar e Mautner (2006) demonstram que a construção de moradias para trabalhadores esteve relacionada às necessidades impostas pela industrialização e pela organização do processo fabril, dando origem a conjuntos residenciais vinculados às relações entre capital e trabalho. As vilas e núcleos fabris, portanto, não podem ser compreendidos apenas como agrupamentos de residências, pois expressam relações econômicas e sociais que ultrapassam a dimensão estritamente doméstica.

No caso de Anápolis, essa discussão deve ser ampliada para considerar uma configuração urbana na qual habitação, comércio, assistência e equipamentos coletivos participavam conjuntamente da reprodução da vida cotidiana. O próprio artigo já identifica nas vilas analisadas a articulação entre moradia, comércio, assistência social e equipamentos coletivos, indicando que esses espaços devem ser interpretados em relação à expansão de uma população trabalhadora e às transformações da estrutura urbana.

Essa condição também permite compreender a especificidade do patrimônio industrial em uma cidade cuja industrialização não se expressou exclusivamente por grandes complexos fabris. Costa e Pinheiro (2025), ao analisarem o patrimônio cervejeiro brasileiro, demonstram a importância de relacionar as estruturas industriais à formação da paisagem urbana e aos processos de urbanização nos quais estavam inseridas. As autoras também ressaltam que a preservação desses bens depende da compreensão de suas relações com o tecido urbano, com a memória da industrialização e com as transformações posteriores do território.

Em Anápolis, essa perspectiva permite considerar as vilas como parte de uma estrutura urbano-industrial mais ampla. A habitação e o loteamento não constituíam elementos externos aos processos de modernização e expansão econômica, mas formas pelas quais esses processos se materializavam no território. A relação entre trabalho, moradia e expansão urbana passa, assim, a constituir uma dimensão relevante para compreender a formação histórica da cidade.

3.1 A EXPANSÃO DOS LOTEAMENTOS E A FORMAÇÃO DAS VILAS

O levantamento cadastral de 1950 (figura 2) constitui uma das fontes de observação desse processo espacialmente. Embora o documento não permita identificar a totalidade dos loteamentos existentes ou estabelecer, isoladamente, a função social de cada vila, sua representação permite reconhecer a coexistência de diferentes momentos de parcelamento do solo. Algumas áreas aparecem implantadas entre loteamentos anteriormente constituídos, evidenciando que a expansão urbana ocorreu também pelo preenchimento de espaços ainda não ocupados.

FIGURA 2 – Levantamento cadastral de Anápolis, 1950, com destaque para algumas das vilas analisadas.



Fonte: Friedmann, 1955, Guia Prático de Anápolis.

A análise dessa cartografia deve ser realizada a partir da própria condição documental da fonte. Não se trata de utilizá-la apenas para localizar as vilas, mas de observar como diferentes operações de parcelamento contribuíram para a constituição da malha urbana. Os novos loteamentos não foram implantados necessariamente sobre áreas completamente independentes da cidade existente. Em

diversos casos, estabeleceram relações com ruas, quadras e bairros previamente constituídos, incorporando espaços residuais e criando novas conexões.

Essa característica pode ser observada nos projetos urbanos das Vila Brasil (1949), Vila Santa Isabel (1947) e Vila Jayara (1948), (figuras 3, 4 e 5), datados do final da década de 1940. Os desenhos permitem identificar a configuração dos lotes, a organização das vias e a relação dos novos parcelamentos com a estrutura urbana existente, havendo entre eles duas semelhanças: estão inseridas na malha urbana através de uma via de ligação, uma rodovia de acesso a cidade, cada uma localizada em uma direção, além de serem projetadas em meio a glebas vazias.

FIGURAS 3, 4 E 5. Projeto urbano da Vila Brasil, Santa Isabel e Vila Jayara

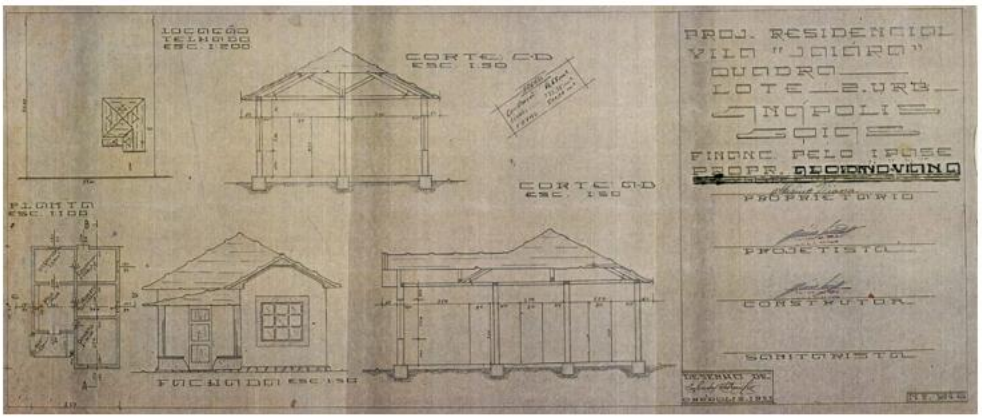


Fonte: Guia Prático de Anápolis (1955) e Museu Histórico de Anápolis – Alderico Borges de Carvalho, acervo documental, 2025.

No caso da Vila Jayara, o seu projeto estava associado diretamente ao conjunto fabril da Companhia de Tecelagem que está situada a aproximadamente cinco quilômetros do centro. Na figura 2, apesar de representada junto à cidade, há a descrição da distância do novo Bairro até o centro. Este é um caso em que a relação entre atividade produtiva e habitação aparece de forma documentalmente mais explícita. A proximidade entre o conjunto fabril e o loteamento, associada à existência de um projeto padrão de habitação, permite reconhecer uma articulação entre produção, moradia e organização

territorial. Nesse caso, a habitação (figura 6) não aparece apenas como consequência do crescimento urbano, mas como componente relacionado à própria estruturação espacial da atividade produtiva.

FIGURA 6 – Projeto arquitetônico para a Vila Jayara



Fonte: Museu Histórico de Anápolis – Alderico Borges de Carvalho, acervo documental, 2025.

Durante a década de 1950, novos loteamentos e vilas permeiam a cidade (figuras 7 e 10). As Vilas Santa Helena, Tocantins, Jussara e Matias são exemplos de áreas cujos parcelamentos foram incorporados ao tecido existente da malha urbana da época. Na figura 2 eles não estão representados, porque não haviam sido projetos à época do levantamento.

FIGURAS 7 a 10 – Projetos urbanos das Vilas Santa Helena (1951), Tocantins (1954), Jussara (1953) e da Vila Matias (1960)



Fonte: Mapoteca da Prefeitura Municipal de Anápolis, 2026.

A comparação entre as Vilas acima ilustradas também demonstra que os loteamentos não obedeciam necessariamente a um único padrão de implantação, ou autoria de projeto. Getúlio Siqueira, engenheiro sanitarista, projetou as Vilas Jussara e Tocantins, que possuem muitas diferenças no traçado e dimensionamento dos lotes e vias. As condições dos terrenos e sua relação com áreas anteriormente parceladas interferiam na configuração e o tecido urbano resultante apresenta, assim, diferentes orientações, dimensões de quadras e formas de conexão, evidenciando o caráter processual da expansão da cidade.

Essa condição é particularmente importante para uma leitura morfogenética. Pode-se considerar que a forma urbana não resulta de uma única operação de planejamento, mas da acumulação de diferentes intervenções realizadas em momentos distintos. Cada novo loteamento incorporava uma parcela do território e precisava estabelecer relações com as estruturas já existentes. O resultado é uma malha na qual permanências e transformações coexistem.

Os projetos permitem, desse modo, compreender a expansão das vilas como processo de complementação e continuidade da malha urbana. A observação desses documentos é relevante

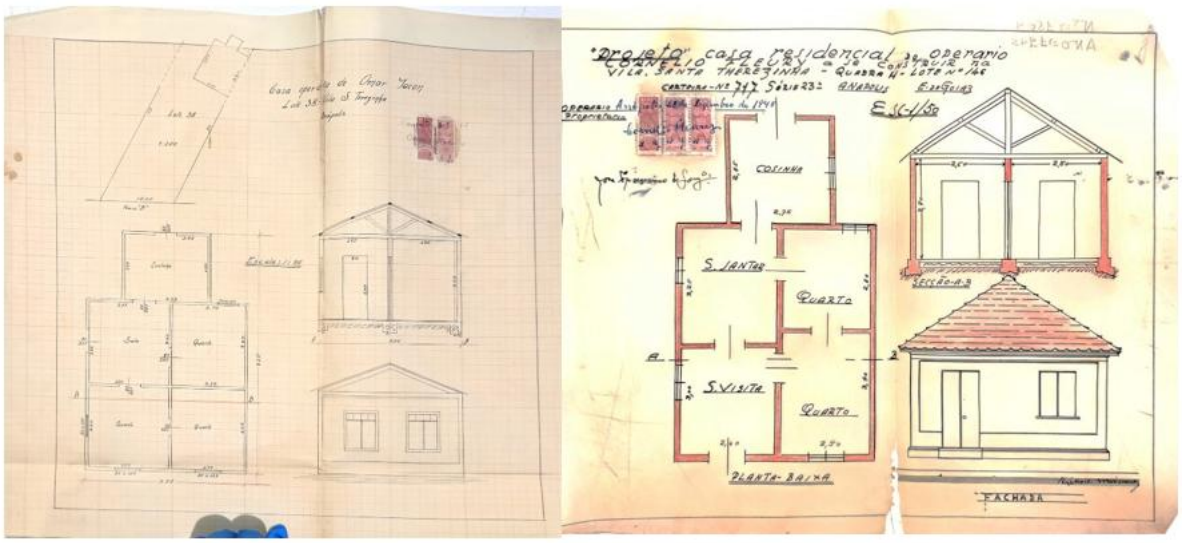
porque desloca a interpretação da ideia de crescimento urbano exclusivamente centrífugo. Parte da expansão ocorreu mediante a ocupação de áreas intersticiais, conectando loteamentos e ampliando gradualmente a continuidade espacial da cidade.

Essa característica confere importância patrimonial aos próprios processos de parcelamento. Mesmo quando as edificações originais foram modificadas ou substituídas, os traçados das ruas e a estrutura dos lotes podem conservar informações sobre as condições históricas de produção do espaço. A permanência do traçado, nesse caso, constitui uma forma de continuidade material que pode sobreviver à perda dos edifícios que originalmente compunham a paisagem.

3.2 A HABITAÇÃO COMO DOCUMENTO DA PRODUÇÃO URBANO-INDUSTRIAL

A análise das vilas pode ser aprofundada quando se passa da escala do loteamento para a escala da arquitetura. O Arquivo Público Municipal de Anápolis guarda milhares de projetos aprovados a partir da década de 1940, entre eles, projetos de habitações classificadas como operárias ou populares (figuras 9 e 10). Essa documentação é particularmente relevante porque registra não apenas a existência de áreas destinadas à moradia, mas também as características dos lotes, a organização dos ambientes, as dimensões das construções e as soluções arquitetônicas propostas.

Figuras 9 e 10 – Dois projetos de “casa operária” para Vila Santa Terezinha.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Anápolis.

A expressão “casa operária”, presente no próprio documento, constitui um dado particularmente relevante. Nesse caso, a condição operária não é uma classificação produzida posteriormente pelo

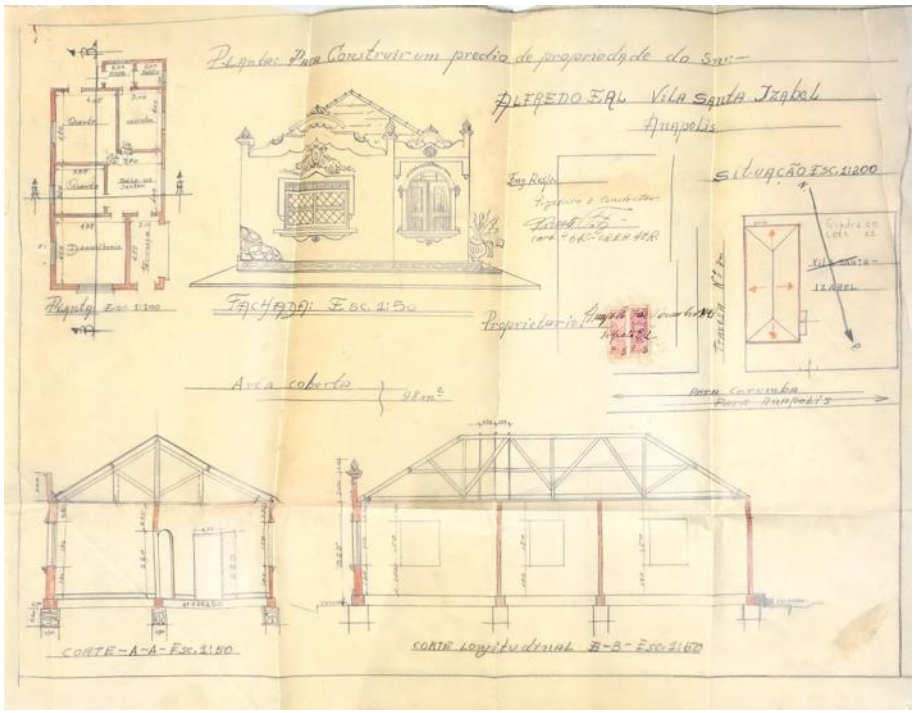
pesquisador a partir da aparência da residência, mas uma denominação presente na documentação arquitetônica. O projeto pode, portanto, ser utilizado como evidência da existência de uma categoria específica de habitação registrada nos documentos de produção da cidade.

A comparação entre os dois desenhos permite observar recorrências e diferenças entre soluções destinadas a um mesmo universo habitacional. A comparação não permite, por exemplo, afirmar a existência de um modelo único de casa operária. Ao contrário, os documentos revelam diferenças de dimensões, organização interna e composição arquitetônica. O que se identifica é a existência de um repertório de soluções que respondia às condições dos lotes e aos programas residenciais projetados.

Essa constatação é importante porque impede uma interpretação excessivamente homogênea das vilas. A existência de habitação operária não significa necessariamente a repetição de uma mesma tipologia arquitetônica em todos os lotes. A própria documentação demonstra que a relação entre lote e residência poderia produzir diferentes configurações.

Um terceiro documento, referente à Vila Santa Isabel, permite ampliar essa comparação. O projeto, de autoria do engenheiro Vicente Fitz, em 1948 apresenta planta, fachada, cortes e implantação, revelando uma solução residencial com características próprias.

FIGURA 11 – Projeto residencial da Vila Santa Isabel]

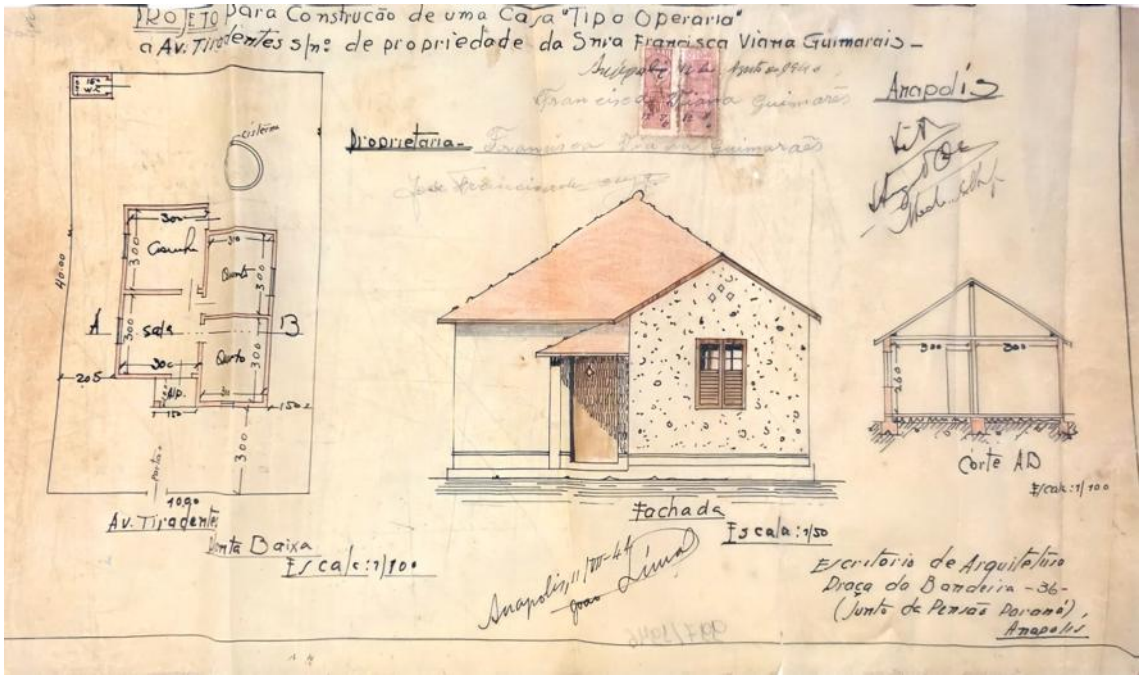


Fonte: Arquivo Público Municipal de Anápolis, projeto arquitetônico da Vila Santa Isabel, s.d.

A presença desse projeto é relevante porque demonstra que a categoria “vila” não pode ser utilizada automaticamente como indicador de homogeneidade social ou arquitetônica. As residências localizadas nesses loteamentos poderiam apresentar diferentes dimensões, programas e características formais. Por isso, a análise deve considerar a documentação específica de cada empreendimento e evitar classificações que não sejam sustentadas pelas fontes.

O projeto de 1946 identificado como “Projeto para construção de uma casa tipo operária”, localizado na Avenida Tiradentes, acrescenta outra evidência. Nesse caso, a expressão “tipo operária” aparece diretamente no documento, indicando que a categoria também era empregada para designar uma determinada proposta arquitetônica.

FIGURA 12 – Projeto para construção de uma casa tipo operária.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Anápolis, projeto arquitetônico, s.d.

Esses documentos permitem estabelecer uma relação entre a escala da habitação e a produção da forma urbana. O lote não constitui apenas suporte para a construção: suas dimensões e sua posição na quadra condicionam a implantação da residência. Da mesma maneira, a construção participa da configuração da rua por meio de sua implantação, alinhamento, fachada e cobertura.

Importante observar que a Institucionalização do urbanismo ocorrida na administração municipal a partir da década de 1930, promoveu a elaboração de códigos de obras, leis especificas sobre loteamentos e uso de solo, além da exigência de processo para aprovação de projetos para edificações

e loteamentos que deveriam ser elaborados por técnicos. Construtores e práticos licenciados puderam assinar os projetos, até a promulgação da Lei n° 5194 de 24 de dezembro de 1966, que regulamentou o exercício da profissão de engenheiro e arquiteto, havendo, nos arquivos muitos projetos assinados por profissionais sem formação específica.

A análise dos projetos arquitetônicos permite, enfim, complementar a leitura dos projetos urbanos; enquanto os desenhos de loteamento evidenciam a produção do território em escala mais ampla, as plantas residenciais mostram como essa estrutura se concretizava no espaço doméstico. A relação entre essas duas escalas permite também, compreender a cidade como resultado de operações sucessivas que articulavam parcelamento, propriedade, habitação e construção.

3.3 VILAS, TRABALHO E PRODUÇÃO DA PAISAGEM URBANA

A relação entre habitação e trabalho não deve, entretanto, ser interpretada exclusivamente a partir da proximidade física entre residência e fábrica. No caso de Anápolis, a documentação evidencia diferentes graus de articulação entre loteamentos, atividades econômicas e população trabalhadora. A Vila Jayara, por exemplo, apresenta uma relação documentalmente explícita com o conjunto fabril da Companhia de Tecelagem; outras vilas, por sua vez, aparecem sobretudo como áreas residenciais incorporadas ao processo mais amplo de expansão urbana.

Essa diferenciação permite compreender que a dimensão urbano-industrial se constituiu por meio de relações mais amplas do que aquelas estabelecidas diretamente entre fábrica e moradia. O crescimento das atividades econômicas produziu demandas por habitação, circulação, comércio e serviços, ao mesmo tempo em que a abertura de novos loteamentos ampliou as possibilidades de ocupação territorial.

A documentação jornalística analisada anteriormente reforça essa interpretação. No caso da Vila Nossa Senhora da Conceição, a publicação de 1957 associava a transformação do bairro à valorização dos terrenos, à chegada de moradores e à implantação de equipamentos comerciais, religiosos, educacionais e assistenciais. O loteamento era apresentado, portanto, como parte de uma transformação urbana abrangente, e não apenas como empreendimento residencial.

Essa relação entre urbanização, valorização territorial e produção da paisagem também é pertinente à discussão do patrimônio industrial. A preservação do patrimônio não depende somente da

permanência física dos edifícios, mas da capacidade de reconhecer as relações históricas que produziram determinados territórios. Costa e Pinheiro (2025) demonstram que a compreensão do patrimônio industrial exige considerar sua inserção na paisagem urbana e os processos de transformação que modificaram os territórios industriais ao longo do tempo.

No caso anapolino, essa abordagem permite reconhecer as vilas como componentes de uma paisagem produzida pela expansão urbana associada à modernização econômica. Seus traçados, lotes e projetos residenciais constituem vestígios de uma determinada forma de produzir a cidade, ainda que nem todos os elementos tenham permanecido materialmente intactos.

A questão patrimonial, portanto, não deve ser reduzida à pergunta sobre quais edificações ainda existem. É necessário também perguntar quais relações espaciais podem ser reconhecidas na cidade atual. A permanência de uma rua, de uma quadra, de uma configuração de lote ou de uma denominação pode representar a sobrevivência parcial de processos urbanos anteriores.

Essa perspectiva aproxima-se da noção de patrimônio operário discutida por Paese e Perseu (2025), para quem a compreensão das paisagens pós-industriais demanda considerar as dimensões territoriais e sociais associadas à experiência do trabalho, e não apenas os remanescentes materiais diretamente vinculados às estruturas produtivas.

A análise das vilas de Anápolis permite, nesse sentido, identificar uma dimensão cotidiana do patrimônio industrial. As casas, os lotes e as ruas não constituem necessariamente objetos monumentais, mas registram formas de habitação e ocupação relacionadas ao processo histórico de crescimento da cidade. Sua importância reside justamente nessa condição ordinária: são elementos que participaram da construção cotidiana da urbanização.

3.4 PERMANÊNCIAS, TRANSFORMAÇÕES E RECONHECIMENTO PATRIMONIAL

A documentação analisada revela diferentes formas de permanência e transformação da cidade, articulando projetos de loteamento, projetos arquitetônicos e registros jornalísticos. Embora esses documentos apresentem naturezas distintas, sua análise conjunta permite reconstruir dimensões complementares da expansão urbana. A menor visibilidade de determinados loteamentos nas narrativas públicas não significa ausência de relevância histórica, mas pode refletir sua não conversão em símbolos de modernização. Nesse sentido, os arquivos preservam formas de memória associadas

às operações cotidianas de produção do espaço, permitindo recuperar relações urbanas que já não são plenamente legíveis na cidade contemporânea.

Essa perspectiva contribui para ampliar a compreensão do patrimônio industrial de Anápolis para além dos edifícios diretamente relacionados à produção. A morfogênese urbana permite identificar permanências e transformações nas relações entre loteamentos, quadras, lotes e residências, evidenciando como industrialização, habitação e expansão urbana se materializaram em diferentes escalas. Os projetos de casas operárias reforçam essa leitura ao demonstrar que a relação entre trabalho e moradia também foi incorporada à documentação arquitetônica.

Assim, a sequência:

cidade → loteamento → quadra → lote → residência

evidencia que o patrimônio industrial pode assumir uma dimensão difusa, inscrita nas formas de ocupação territorial e nas práticas cotidianas de habitar.

Entretanto, as vilas analisadas não constituem uma categoria homogênea: algumas apresentam vínculos explícitos com atividades industriais e habitação de trabalhadores, enquanto outras estão relacionadas à expansão residencial e imobiliária ou à interseção dessas dinâmicas. Essa diferenciação é fundamental para preservar a precisão histórica da análise. Ainda assim, todas podem contribuir para compreender a produção e transformação da cidade, bem como as permanências associadas ao processo de modernização. O reconhecimento patrimonial dessas formas urbanas depende, contudo, das narrativas e processos sociais que lhes atribuem significado, indicando a necessidade de ampliar a noção de patrimônio industrial para incluir loteamentos, habitações e relações espaciais que, embora menos monumentais, constituem importantes registros da história urbana de Anápolis.

4 A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA E AS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM URBANA

A Estação Ferroviária de Anápolis constitui outro eixo fundamental para compreender as relações entre industrialização, modernização e patrimônio na formação urbana da cidade. Inaugurada em 1935, a estação passou a integrar uma infraestrutura de circulação que alterou as relações de Anápolis com outras localidades e contribuiu para a intensificação dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações. Sua presença não deve, portanto, ser compreendida apenas como a implantação de um equipamento

ferroviário, mas como parte de um processo mais amplo de transformação da estrutura urbana e das expectativas associadas ao desenvolvimento da cidade.

A chegada da ferrovia ocorreu em um contexto no qual Anápolis experimentava transformações econômicas e espaciais significativas. A estação passou a constituir um novo polo de circulação e de articulação territorial, estabelecendo relações entre a cidade e redes mais amplas de transporte e comércio. Nesse sentido, sua implantação contribuiu para modificar a hierarquia dos espaços urbanos e para reforçar determinadas áreas como lugares de circulação, comércio e investimento.

FIGURA 13 – Estação Ferroviária de Anápolis,



Fonte: Museu Histórico de Anápolis – Alderico Borges de Carvalho, acervo documental, 2025.

A relevância da estação para a forma urbana não se restringia, contudo, ao edifício ferroviário. Sua presença produziu efeitos sobre o entorno imediato e sobre as relações de circulação estabelecidas na cidade. A infraestrutura ferroviária introduziu novas possibilidades de conexão territorial e participou da redefinição dos fluxos urbanos, contribuindo para a constituição de uma nova centralidade associada ao transporte e ao comércio.

Essa dimensão permite compreender a ferrovia como agente da urbanização. A infraestrutura não apenas atendia a uma cidade previamente consolidada, mas também interferia em sua transformação. A implantação da estação estabeleceu uma nova relação entre o núcleo urbano e os espaços de circulação regional, criando condições para a intensificação das atividades econômicas e para a expansão das áreas ocupadas.

A literatura sobre patrimônio ferroviário tem destacado justamente essa dimensão urbana das infraestruturas ferroviárias. Queiroz e Souza (2025), ao analisarem a Estrada de Ferro Central do Brasil

e sua relação com Ouro Preto, demonstram que a ferrovia pode ser compreendida como elemento indutor de processos de urbanização, cujos efeitos ultrapassam a estrutura física da estação e alcançam a organização territorial e as relações estabelecidas entre diferentes partes da cidade. A contribuição dessa abordagem para Anápolis está em permitir que a estação seja analisada simultaneamente como infraestrutura de transporte, elemento urbano e objeto patrimonial.

No caso anapolino, a estação tornou-se um dos principais símbolos materiais das expectativas de modernização associadas à chegada da ferrovia. Assim como os loteamentos analisados anteriormente eram apresentados como sinais de crescimento e prosperidade, a implantação ferroviária foi incorporada às narrativas que associavam circulação, desenvolvimento econômico e progresso urbano.

A diferença é que, enquanto as vilas expressavam a modernização em uma escala cotidiana e residencial, a estação assumia uma dimensão simbólica mais ampla. Ela representava a conexão de Anápolis com redes externas e a possibilidade de inserção da cidade em circuitos econômicos mais abrangentes. A infraestrutura ferroviária tornava material uma expectativa de futuro que ultrapassava os limites do espaço urbano imediato. Essa condição ajuda a compreender a centralidade que a estação adquiriu nas narrativas sobre a história de Anápolis. Sua imagem passou a funcionar como uma espécie de síntese visual de um período de transformações, condensando em um único objeto arquitetônico diferentes expectativas relacionadas à modernização, à circulação e ao crescimento econômico.

Entretanto, a trajetória da estação não permaneceu vinculada indefinidamente a esse significado. A transformação dos sistemas de transporte, a perda progressiva da função ferroviária e as mudanças na estrutura econômica e urbana modificaram a posição do edifício dentro da cidade. O que anteriormente representava o futuro passou, progressivamente, a ser associado a uma etapa anterior da história urbana.

Essa alteração é fundamental para compreender a noção de contingência presente neste estudo. O significado patrimonial de um lugar não é determinado exclusivamente por sua importância no momento de sua construção. Ele pode ser transformado pelas mudanças nas condições econômicas, técnicas e sociais que estruturam a cidade. A estação, nesse sentido, passou de infraestrutura ativa a remanescente de uma infraestrutura em declínio, alterando também as formas pelas quais era percebida.

O processo de perda de centralidade não significou, entretanto, o desaparecimento completo de sua capacidade de produzir significados. A estação permaneceu como referência espacial e como suporte de memórias relacionadas à experiência ferroviária. Sua materialidade passou a evocar não apenas a função original, mas também um período específico da transformação urbana de Anápolis.

É nesse ponto que a noção de ressonância patrimonial retorna como instrumento de análise. A permanência do edifício permite que diferentes temporalidades sejam articuladas: o período em que a ferrovia representava modernização, o momento de declínio da atividade ferroviária e o período posterior em que a estação passou a ser interpretada como patrimônio. O mesmo objeto, portanto, participa de diferentes regimes de significado.

A patrimonialização da estação constitui uma transformação importante nesse processo. Ao ser incorporada a políticas e narrativas de preservação, a edificação deixa de ser apenas um remanescente funcional de uma infraestrutura em desuso e passa a ser reconhecida como testemunho de determinado período da história urbana. A atribuição de valor patrimonial reorganiza sua relação com o presente, transformando a antiga infraestrutura em objeto de memória.Esse processo não deve ser compreendido como simples descoberta de um valor que sempre esteve presente no edifício. A patrimonialização constitui uma operação histórica de seleção e atribuição de significado. Determinados aspectos do passado são destacados, outros permanecem secundários, e a edificação passa a integrar novas narrativas sobre a cidade.

A trajetória da Estação Ferroviária de Anápolis permite, assim, observar uma transformação distinta daquela identificada nas vilas. Enquanto estas permanecem principalmente como formas urbanas ordinárias, cuja dimensão patrimonial precisa ser reconstruída a partir de documentos, traçados e memórias, a estação passou por um processo mais explícito de reconhecimento patrimonial. Essa diferença constitui uma oportunidade para comparar dois regimes de visibilidade.

De um lado, encontram-se as vilas e as casas associadas à expansão urbana, cuja importância histórica permanece parcialmente inscrita na própria forma da cidade e nos documentos preservados nos arquivos. De outro, encontra-se a estação, cuja materialidade foi posteriormente convertida em objeto explícito de preservação e representação histórica.

A comparação demonstra que a ressonância patrimonial não depende exclusivamente da antiguidade ou da importância histórica de determinado elemento. Ela também está relacionada às narrativas que

conseguem estabelecer conexões entre esse elemento e determinadas interpretações do passado. A estação tornou-se especialmente ressonante porque sua história pôde ser articulada a uma narrativa mais ampla sobre a modernização de Anápolis.

A ferrovia, nesse sentido, ocupa uma posição particular na memória urbana. Sua presença permite construir uma narrativa relativamente linear: antes da ferrovia, uma cidade em processo de formação; depois da ferrovia, uma cidade conectada a novas redes e submetida a transformações econômicas e espaciais. Essa narrativa possui grande força explicativa, mas também precisa ser problematizada, pois pode reduzir a complexidade da urbanização ao acontecimento ferroviário.

A forma urbana não se transforma por meio de um único acontecimento. A implantação da ferrovia foi uma das condições que participaram das transformações de Anápolis, mas seus efeitos foram mediados por agentes, investimentos, políticas públicas, loteamentos, atividades comerciais e diferentes processos de ocupação territorial. A estação deve, portanto, ser inserida em uma rede mais ampla de relações urbanas.

Essa observação é importante porque evita transformar a ferrovia em explicação causal única para a modernização da cidade. O que interessa compreender é sua capacidade de atuar como elemento articulador de processos que já estavam em curso e que posteriormente adquiriram novas possibilidades de expansão. A ferrovia interferiu na forma urbana ao mesmo tempo em que foi incorporada às expectativas e estratégias de diferentes agentes.

A análise da estação também permite retomar a relação entre progresso e temporalidade. Quando inaugurada, a infraestrutura ferroviária representava uma projeção de futuro. Com o declínio de sua função, tornou-se vestígio de um passado. Com a patrimonialização, passou novamente a ser mobilizada no presente como referência para a construção de uma memória urbana.

Há, portanto, uma sequência de deslocamentos de significado:

infraestrutura de futuro → infraestrutura em declínio → vestígio histórico → patrimônio.

Essa sequência não deve ser entendida como linear ou inevitável. Diferentes significados podem coexistir e disputar espaço. A estação pode permanecer simultaneamente como referência arquitetônica, memória familiar, espaço urbano cotidiano e patrimônio institucionalizado. Sua ressonância decorre justamente da possibilidade de articular essas diferentes experiências.

A discussão sobre patrimônio ferroviário desenvolvida por Queiroz e Souza (2025) contribui para essa interpretação ao demonstrar que a permanência de estruturas ferroviárias envolve relações entre materialidade, urbanização e memória. O patrimônio ferroviário não se limita, portanto, à conservação de estações e trilhos, mas envolve a compreensão das relações territoriais produzidas pela infraestrutura.

Em Anápolis, essa perspectiva permite ampliar a leitura da estação para além do edifício. Sua importância histórica também está relacionada às transformações produzidas em seu entorno e às relações estabelecidas entre ferrovia, circulação, comércio e expansão urbana. O edifício constitui o elemento mais visível de uma infraestrutura mais ampla que participou da reorganização da cidade.

Essa abordagem aproxima a análise da estação daquela realizada para as vilas. Em ambos os casos, o interesse está em compreender como determinadas materialidades participaram da produção da forma urbana. A diferença está no grau de reconhecimento posterior: enquanto as vilas permanecem predominantemente inscritas na estrutura cotidiana da cidade, a estação foi convertida em objeto de memória e preservação.

A comparação também evidencia diferentes formas de apagamento. No caso das vilas, o apagamento pode ocorrer pela substituição das edificações, pela transformação dos traçados ou pela perda das narrativas que associavam determinados lugares à experiência do trabalho. No caso da estação, o declínio funcional poderia ter produzido uma perda semelhante de significado, mas a patrimonialização interrompeu parcialmente esse processo ao atribuir novos valores ao edifício.

Essa diferença é significativa para o argumento do capítulo. A patrimonialização não ocorre de maneira automática diante da importância histórica de um objeto. Ela depende de processos sociais, institucionais e culturais que tornam determinados elementos reconhecíveis como representativos de uma determinada memória. A estação tornou-se patrimônio porque sua materialidade foi articulada a uma narrativa histórica capaz de produzir reconhecimento.

As vilas, por outro lado, permitem questionar essa lógica. Mesmo sem o mesmo grau de institucionalização, elas conservam elementos capazes de produzir ressonância: traçados urbanos, denominações, projetos arquitetônicos, memórias familiares e relações históricas com o trabalho e a expansão urbana. O contraste entre os dois objetos permite, assim, identificar diferentes intensidades e modalidades de permanência patrimonial.

A Estação Ferroviária de Anápolis evidencia, desse modo, que o patrimônio industrial não corresponde a uma categoria fixa. O significado de uma infraestrutura pode ser transformado conforme mudam suas funções, suas relações urbanas e as narrativas construídas sobre ela. O edifício permanece materialmente, mas sua posição simbólica é constantemente reelaborada.

Essa condição retoma a ideia de contingência presente no título deste capítulo. A forma urbana não é apenas resultado de decisões planejadas, mas também de processos históricos que produzem permanências inesperadas, perdas, adaptações e novos significados. A estação constitui um exemplo particularmente claro dessa condição: criada como infraestrutura associada ao futuro, tornou-se posteriormente vestígio de uma infraestrutura em declínio e, finalmente, referência patrimonial.

A análise da estação permite, portanto, aprofundar a compreensão das relações entre ressonância, contingência e narrativa do progresso. Sua história demonstra que aquilo que em determinado momento representa o futuro pode posteriormente tornar-se memória do passado. A própria ideia de progresso, ao produzir novas formas urbanas, cria também os vestígios das formas anteriores que serão posteriormente reinterpretadas.

Nesse sentido, a estação funciona como contraponto às vilas analisadas anteriormente. Se estas revelam uma dimensão difusa e cotidiana da urbanização industrial, a estação concentra em uma única estrutura arquitetônica uma parcela significativa da memória ferroviária da cidade. Uma análise conjunta permite compreender que essas diferentes materialidades participaram de um mesmo processo histórico, embora tenham seguido trajetórias patrimoniais distintas.

A relação entre ambas também reforça a necessidade de compreender o patrimônio industrial a partir da forma urbana. A estação não pode ser separada das transformações territoriais que sua implantação ajudou a produzir, assim como as vilas não podem ser compreendidas isoladamente dos processos econômicos e sociais que impulsionaram sua formação. Em ambos os casos, o patrimônio emerge das relações entre objetos, território, temporalidade e memória.

A trajetória ferroviária de Anápolis demonstra, finalmente, que a ressonância patrimonial pode ser fortalecida ou enfraquecida conforme os objetos são incorporados a determinadas narrativas. A estação tornou-se capaz de representar uma parte da história da cidade porque sua materialidade foi associada a uma narrativa de modernização e, posteriormente, de preservação. As vilas, em contraste,

permanecem como testemunhos menos evidentes, cuja leitura exige recuperar documentos e relações espaciais que não foram igualmente incorporados às narrativas patrimoniais.

Essa diferença não significa que um objeto possua maior importância histórica que o outro. Ela revela diferentes processos de seleção e reconhecimento. A estação constitui, portanto, não apenas um patrimônio ferroviário, mas também um exemplo de como determinados vestígios da modernização são transformados em símbolos da memória urbana, enquanto outros permanecem dispersos na estrutura da cidade.

A análise da Estação Ferroviária permite, assim, concluir esta etapa do capítulo sem encerrar a discussão: a patrimonialização representa uma das formas possíveis de permanência da memória industrial, mas não a única. Entre o reconhecimento institucional e o apagamento completo existem diferentes graus de visibilidade, nos quais traçados, edificações, documentos, nomes e memórias podem conservar fragmentos das experiências que produziram a cidade.

É justamente nessa zona intermediária que se encontra a principal contribuição da leitura morfogenética proposta neste estudo. Ao observar conjuntamente as vilas, os projetos arquitetônicos, os loteamentos e a estação, torna-se possível reconhecer que a história industrial de Anápolis não está concentrada em um único monumento. Ela permanece distribuída pela forma urbana, em diferentes escalas e com diferentes graus de reconhecimento.

5 RESSONÂNCIAS E APAGAMENTOS: ENTRE A PERMANÊNCIA E A PATRIMONIALIZAÇÃO

A análise das vilas e da Estação Ferroviária evidencia que a permanência de elementos associados à industrialização em Anápolis ocorre de maneira desigual. Enquanto a estação foi incorporada às narrativas oficiais da memória urbana e adquiriu reconhecimento patrimonial, as vilas permanecem principalmente inscritas no tecido urbano, nos traçados, nos nomes dos lugares e nos documentos preservados nos acervos municipais. Essa diferença não decorre apenas da conservação material, mas dos processos históricos de seleção e atribuição de significado que determinam quais lugares passam a representar uma memória coletiva. A noção de ressonância patrimonial, conforme Gonçalves (2007), permite compreender o patrimônio como resultado das relações entre objetos, sujeitos, memórias e experiências, não dependendo exclusivamente de mecanismos formais de proteção.

Nesse sentido, podem ser identificados diferentes regimes de permanência. A memória das vilas permanece incorporada à estrutura cotidiana da cidade, mesmo quando não existe uma narrativa patrimonial explícita. Traçados viários, dimensões de quadras, configurações de lotes e denominações podem conservar informações sobre processos históricos anteriores, ainda que as edificações originais tenham sido modificadas ou substituídas. Reformas, mudanças de uso, abertura de vias, valorização imobiliária e alterações nos padrões de ocupação produzem apagamentos graduais, tornando menos legíveis determinadas camadas históricas. Assim, o apagamento patrimonial deve ser compreendido como processo, e não simplesmente como desaparecimento: elementos que deixam de ser reconhecidos podem continuar presentes no traçado, na documentação, na memória oral, na toponímia ou em vestígios arquitetônicos.

Os projetos preservados no Arquivo Público Municipal de Anápolis assumem, portanto, papel fundamental na reconstrução dessas camadas. Plantas, cortes, fachadas e projetos de loteamento permitem recuperar formas de ocupação que foram alteradas ou desapareceram materialmente. A documentação funciona como uma espécie de segunda camada patrimonial, capaz de reconstruir relações espaciais que já não são integralmente perceptíveis na cidade contemporânea. Essa perspectiva aproxima-se da ideia de palimpsesto, na qual diferentes temporalidades permanecem sobrepostas, embora apresentem distintos graus de visibilidade. A pesquisa histórica e morfológica permite justamente tornar perceptíveis essas relações que o cotidiano urbano tende a naturalizar ou ocultar.

A trajetória da Estação Ferroviária apresenta condição distinta. Sua permanência física e sua importância histórica favoreceram a construção de uma narrativa patrimonial mais concentrada. A estação passou a representar não apenas uma infraestrutura ferroviária, mas um período específico da história de Anápolis, articulando diferentes temporalidades: a chegada da ferrovia, a modernização, o funcionamento, o declínio e a posterior valorização patrimonial.

Nesse processo, o edifício deixou de ser interpretado prioritariamente por sua função original e passou a ser mobilizado como testemunho histórico. Como demonstra Koselleck (2006), seus significados variaram conforme as relações entre experiência e expectativa: inicialmente associada ao futuro e ao progresso, a estação tornou-se posteriormente representação de um passado que foi novamente mobilizado no presente por meio da patrimonialização.

Essa trajetória evidencia o caráter contingente do patrimônio. A estação não nasceu patrimônio; sua condição patrimonial foi construída posteriormente por processos de seleção, reconhecimento e atribuição de significado. A própria patrimonialização constitui, assim, uma nova camada histórica sobre sua materialidade. As vilas, em contraste, foram diretamente relacionadas ao crescimento e à modernização urbana, mas não adquiriram o mesmo grau de reconhecimento. Sua proximidade com o cotidiano pode ter contribuído para sua invisibilidade, pois formas ordinárias de habitação e produção da cidade tendem a ser naturalizadas e menos percebidas como documentos históricos. A questão central, portanto, não é apenas por que determinados elementos foram preservados, mas por que algumas materialidades da industrialização foram transformadas em patrimônio enquanto outras permaneceram como vestígios ordinários da cidade.

A resposta envolve mais do que características físicas, antiguidade ou integridade arquitetônica. O reconhecimento patrimonial depende também da existência de narrativas capazes de relacionar determinados objetos a memórias coletivas, da atuação das instituições de preservação, da disponibilidade documental e da capacidade de grupos sociais sustentarem determinados significados. A patrimonialização constitui, desse modo, um processo de seleção que organiza a memória urbana, produzindo diferentes graus de visibilidade. Por isso, a história industrial de Anápolis não pode ser reduzida à Estação Ferroviária: ela também está presente nas vilas, nos loteamentos, nas casas e nos documentos que registraram sua produção.

Essa abordagem permite ampliar a própria compreensão de patrimônio industrial, deslocando-o de uma perspectiva centrada exclusivamente em edifícios excepcionais. Em Anápolis, a experiência ferroviária e industrial esteve relacionada à circulação, à habitação, ao comércio e à expansão territorial, assumindo caráter também urbano e territorial. A estação apresenta uma ressonância institucionalizada, sustentada por sua materialidade e pelas narrativas de preservação, enquanto as vilas apresentam uma ressonância mais difusa, inscrita nos traçados, nomes, documentos e memórias. Entre o bem oficialmente protegido e o objeto completamente esquecido existem, portanto, múltiplas condições intermediárias de permanência e reconhecimento.

A análise morfogenética contribui para reconhecer essas permanências em escalas que ultrapassam o edifício. A continuidade de um traçado, a configuração de uma quadra ou a permanência de uma denominação podem constituir evidências de processos históricos que não encontram representação em monumentos preservados. A cidade contemporânea resulta, assim, da sobreposição de camadas

nas quais algumas formas foram preservadas, outras transformadas e outras apagadas. O patrimônio industrial corresponde apenas a uma parte dessas camadas, mas sua análise permite compreender como diferentes temporalidades da urbanização permanecem articuladas.

No caso de Anápolis, a Estação Ferroviária e as vilas representam possibilidades distintas de relação entre materialidade e memória. A primeira foi convertida em referência patrimonial explícita; as segundas permanecem principalmente como estruturas urbanas e documentos históricos cuja importância precisa ser reconstruída. Ambas, contudo, participam do mesmo processo de modernização e transformação da cidade. O apagamento, nesse contexto, não significa necessariamente desaparecimento físico, mas também a perda da capacidade de relacionar uma materialidade às experiências que a produziram. A documentação histórica pode interromper parcialmente esse processo ao restabelecer relações entre projetos, mapas, jornais, edifícios e processos urbanos específicos.

A principal contribuição dessa leitura consiste, portanto, em compreender o patrimônio industrial de Anápolis como uma relação dinâmica entre permanência, transformação, reconhecimento e esquecimento. As narrativas do progresso produziram novas formas urbanas e diferentes condições de visibilidade para seus vestígios. Aquilo que foi celebrado como futuro tornou-se, em diferentes momentos, passado, memória ou esquecimento.

A Estação Ferroviária permanece como referência patrimonial institucionalizada; as vilas e suas habitações permanecem parcialmente na estrutura urbana e nos acervos documentais; outras formas desapareceram ou tornaram-se pouco reconhecíveis. A diferença entre essas condições não é apenas material, mas também narrativa. O patrimônio industrial constitui, assim, um campo de relações entre aquilo que permanece, aquilo que é reconhecido e aquilo que é esquecido, revelando uma cidade marcada por múltiplas temporalidades e por diferentes graus de ressonância patrimonial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida procurou compreender como as narrativas do progresso, os horizontes de expectativa e as contingências históricas participaram da produção de presenças e ausências de ressonância patrimonial na forma urbana de Anápolis. Para isso, foram articuladas diferentes escalas, da cidade aos loteamentos e habitações, e da infraestrutura ferroviária às relações estabelecidas com seu entorno, compreendendo o patrimônio industrial não apenas como conjunto de edifícios

preservados, mas como parte dos processos de produção e transformação urbana. A análise das vilas demonstrou que a expansão urbana, especialmente entre as décadas de 1940 e 1950, esteve associada à abertura de diferentes loteamentos e à incorporação progressiva de novas áreas à malha urbana. Os projetos dos loteamentos evidenciam a sobreposição de temporalidades, a continuidade de traçados e a adaptação às condições fundiárias existentes.

Os projetos arquitetônicos ampliaram essa interpretação ao aproximar a escala territorial da escala da habitação. Os projetos identificados como “casa operária” e “casa tipo operária” demonstram que a habitação destinada a trabalhadores constituía uma categoria presente na documentação técnica da cidade, evidenciando que a produção da forma urbana envolvia tanto a abertura de ruas e lotes quanto a definição de soluções concretas de moradia. A análise também demonstrou que “vila” não deve ser empregada como sinônimo automático de “vila operária”, pois os documentos revelam diferentes condições de produção e ocupação. A Vila Jayara apresenta a relação mais direta entre indústria e habitação, associada à Companhia de Tecelagem e à existência de projeto padrão, enquanto outros loteamentos participaram da expansão urbana sem vínculo documental direto com uma unidade produtiva específica.

A Estação Ferroviária apresentou trajetória distinta. Sua implantação esteve associada à circulação, à modernização e às expectativas de futuro, tornando-se expressão de um horizonte de expectativa relacionado ao progresso. Com a perda da função ferroviária, porém, o edifício passou de infraestrutura de futuro a vestígio de uma etapa anterior da urbanização, sendo posteriormente ressignificado pela patrimonialização como referência da memória urbana. Essa trajetória evidencia o caráter contingente da ressonância patrimonial: seu significado não é fixo e se transforma conforme mudam funções, expectativas, valores e narrativas. As vilas apresentam condição diferente, pois sua presença patrimonial é menos institucionalizada e permanece sobretudo nos traçados urbanos, denominações, edificações, memórias sociais e documentos preservados nos acervos municipais. Assim, ressonância patrimonial não corresponde necessariamente ao reconhecimento institucional.

A análise das fontes jornalísticas demonstrou ainda que as narrativas do progresso produziram hierarquias entre diferentes formas de ocupação, estabelecendo distinções entre aquilo que era considerado moderno e desejável e aquilo que era associado ao atraso. Esses processos contribuíram para diferentes regimes de visibilidade patrimonial e para apagamentos que não implicam necessariamente destruição física: uma forma urbana pode permanecer, mas perder sua relação com

as experiências que lhe deram origem; uma residência pode ser transformada até tornar-se irreconhecível; ou um loteamento pode permanecer espacialmente enquanto sua história desaparece das narrativas sobre a cidade. Nesse contexto, os documentos do Arquivo Público Municipal, da Mapoteca, do Museu Histórico e as fontes jornalísticas são fundamentais para rearticular materialidades presentes a processos históricos anteriores. A abordagem multiescalar e morfogenética permite, assim, compreender o patrimônio industrial como processo, considerando não apenas edifícios excepcionais, mas também loteamentos, vilas, casas e traçados urbanos como registros da industrialização e da modernização.

A principal contribuição do capítulo está em compreender patrimônio industrial e forma urbana conjuntamente, como parte de uma rede de relações históricas envolvendo território, trabalho, habitação, circulação, memória e expectativas de futuro. A ressonância patrimonial mostra-se temporalmente variável: pode ser reforçada, enfraquecida ou transformada conforme se modificam as relações entre materialidade, memória e narrativa. Em Anápolis, ferrovia, vilas, loteamentos e habitações expressam diferentes formas de permanência dessa experiência urbano-industrial: algumas institucionalizadas, outras espaciais, documentais ou inscritas na memória social. Preservar essa memória, portanto, não significa apenas conservar edifícios isolados, mas reconhecer as relações espaciais e históricas que produziram a cidade moderna. Permanece, nesse sentido, a questão sobre quais outras materialidades da urbanização industrial de Anápolis permanecem incorporadas à cidade sem terem sido reconhecidas como patrimônio, indicando a necessidade de continuidade das pesquisas documentais, cartográficas, arquitetônicas e morfológicas.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. Caixas 01 e 02. Projetos de arquitetura residencial.

CORREIA, Telma de Barros; GHOUBAR, Khaled; MAUTNER, Yvonne M. Brasil, suas fábricas e vilas operárias. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, São Paulo, n. 20, p. 10–32, 2006.

COSTA, Vitória Silveira da; PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Edifício industrial no Brasil: patrimônio cervejeiro. PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, Pelotas, v. 9, n. 33, p. 168–189, 2025. DOI: 10.15210/pixo.v9i33.28592.

FRIEDMANN, F. M. Guia prático de Anápolis. Anápolis, 1955. Levantamento cadastral de Anápolis, 1950.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MAPOTECA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. Projetos urbanos. Documento cartográfico. 2026

MUSEU HISTÓRICO DE ANÁPOLIS – ALDERICO BORGES DE CARVALHO. Anápolis, 2025. Acervo documental.

PAESE, Celma; PERSEU, Gianluca. Patrimônio operário: paisagens pós-industriais: o caso da Grande Cruzeiro, Porto Alegre/RS. PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, Pelotas, v. 9, n. 34, p. 138–155, 2025.

QUEIROZ, Débora da Costa; SOUZA, Mariana Chaves Monti. (Re) ver além da pérola barroca: a Estrada de Ferro Central do Brasil e seu papel indutor na urbanização da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, Pelotas, v. 9, n. 33, p. 42–65, 2025.

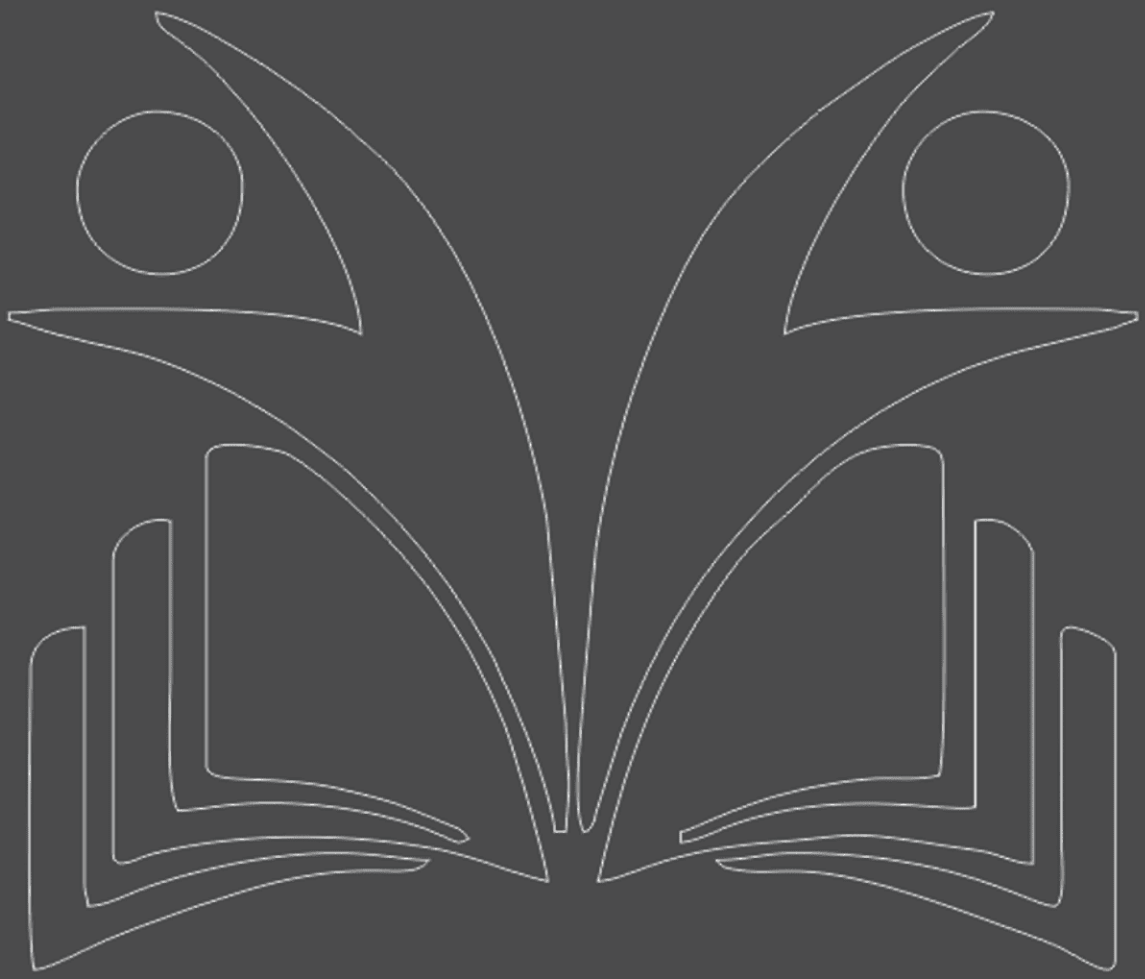
SILVA, Regina Ferreira da; FALCOSKI, Luiz Antonio Nigro. Caracterização de vila inserida no contexto urbano. Revista Espaço e Geografia, Brasília, v. 11, n. 22, 2011.

Capítulo 5

10.37423/260811269

MARGUERITE THOMAS WILLIAMS A PRIMEIRA GEÓLOGA AFRO- AMERICANA NOS EUA

Gleide Alencar do Nascimento *Universidade Federal do Rio de Janeiro*



INTRODUÇÃO

Marguerite Thomas Williams nasceu em Washington, D.C., em 24 de dezembro de 1895, cinco anos antes da virada do século, e viveu até agosto de 1991. Embora pouco se saiba sobre sua infância, sua paixão pela natureza, geologia e geografia despertou ainda nessa época. Marguerite Thomas Williams foi a primeira afro-americana a conquistar um doutorado em geologia. Iniciou sua jornada acadêmica no Miner Teachers College, onde obteve uma certificação e garantiu uma bolsa de estudos para a Universidade Howard. Formou-se em ciências e, posteriormente, concluiu um mestrado em geologia na Universidade Columbia. Seu doutorado foi conferido pela Universidade Católica da América, com uma dissertação que explorou o impacto do desmatamento e da agricultura na erosão do sistema de drenagem do rio Anacostia, em Maryland. Ao longo de sua carreira, Williams atuou como professora em tempo integral no Miner Teachers College e lecionou aulas noturnas na Howard, dedicando-se a ampliar o acesso à geologia e a promover a inclusão na ciência.

Filha de Henry e Clara Thomas, era a mais nova de seus irmãos: Alice Victoria, Leroy, Percival e Mabel. Seu pai nasceu no Mississippi, filho de seu mestre, um certo Magruder, que era um importante fazendeiro naquele estado. O filho, no entanto, adotou como sobrenome o nome de batismo de seu meio-irmão e ficou conhecido como Henry Thomas. Aos quatorze anos, Henry Thomas deixou o Mississippi com soldados da União no final da Guerra Civil e se estabeleceu em Buffalo, Nova York. Lá, ele se casou com Clara e mudou-se mais tarde para Perry, Nova York. Após o nascimento de sua irmã mais velha, Alice Vitoria, seus pais se mudaram para Washington, D.C. Henry e Clara Thomas receberam, em 24 de dezembro de 1895, sua sexta e última filha, Marguerite Thomas Williams (Figura 1). Embora sejam escassas as informações disponíveis sobre sua infância, sabe-se que Marguerite cresceu nas proximidades de Washington, D.C.

Figura 1 - Marguerite Thomas Williams.



Fonte: AWIS . 2024.

Vida acadêmica e profissional

Desde cedo Marguerite demonstrou interesse pela natureza, pela Geografia e pelas Ciências da Terra, áreas que mais tarde orientariam sua trajetória acadêmica e profissional. Sua formação inicial ocorreu na Normal School for Colored Girls, instituição destinada à formação de mulheres negras para a carreira docente. Posteriormente, a escola passou a se chamar Miner Teachers College e, atualmente, integra a história institucional da University of the District of Columbia. Marguerite ingressou em um programa de dois anos voltado à formação de educadoras e concluiu seus estudos em junho de 1916, obtendo excelentes resultados acadêmicos. Seu desempenho lhe garantiu uma bolsa de estudos para ingressar na Howard University, em Washington, D.C.

Paralelamente ao trabalho como professora do ensino fundamental, Marguerite iniciou sua formação superior na Howard University, onde cursou Bacharelado em Ciências com formação em Geologia. A conciliação entre a atividade profissional e os estudos revela sua determinação em ampliar sua formação acadêmica e construir uma carreira científica em um período marcado por profundas desigualdades raciais e de gênero no acesso à educação superior.

Durante sua permanência na Howard University, Marguerite teve contato com importantes intelectuais e cientistas da instituição. Entre eles, destacou-se o Dr. Ernest Everett Just, proeminente biólogo e pesquisador afro-americano, reconhecido por suas contribuições para os estudos sobre a

superfície celular, o desenvolvimento dos organismos e os processos biológicos. Just defendia a investigação das células e dos organismos em condições próximas às suas características naturais, posicionamento que contribuiu para o desenvolvimento de abordagens inovadoras na Biologia e nas Ciências do Desenvolvimento. Sua atuação como pesquisador e educador constituiu uma importante referência para estudantes negros que buscavam espaço na ciência durante o início do século XX.

Após concluir sua graduação, em 1923, Marguerite Thomas Williams retornou ao Miner Teachers College, onde foi nomeada professora assistente. Ao longo de sua atuação na instituição, desempenhou também funções de liderança acadêmica, incluindo a chefia da Divisão de Geografia. Nessa função, ministrou disciplinas, participou das atividades institucionais e contribuiu para a formação de novas gerações de estudantes.

Apesar de já possuir uma carreira consolidada como educadora, Marguerite desejava aprofundar sua formação científica. Para isso, afastou-se temporariamente de suas atividades no Miner Teachers College (Figura 2) e prosseguiu seus estudos de pós-graduação. Em 1930, obteve o título de Mestre em Geologia pela Columbia University, ampliando sua qualificação acadêmica e dando continuidade a uma trajetória que, posteriormente, a levaria a alcançar um marco histórico para a Geologia e para a participação de mulheres negras na ciência.

Figura 2 - Marguerite Thomas Williams lecionando no Miner Teachers College



Fonte: Blackpast, 2017.

Após concluir seus estudos, Marguerite Thomas casou-se com o Dr. Otis James Williams, adotando o seu sobrenome, e retornou ao Miner Teachers College. Nessa instituição, dedicou-se a lecionar sobre as ciências da Terra, buscando inspirar seus alunos a estudar o mundo natural. Após uma década dedicada ao ensino de geografia, decidiu iniciar seu doutorado na Universidade Católica da América.

Em sua tese, Williams analisou os impactos naturais e antrópicos na erosão da bacia hidrográfica de Anacostia, localizada nas proximidades de Bladensburg, Maryland. A região havia sofrido grandes inundações e severos processos erosivos no início do século XX, o que levou a pesquisadora a realizar um minucioso trabalho de campo para compreender os impactos de tais eventos (Geology Museum, 2026).

Pesquisa pioneira sobre erosão e impacto humano

Seu projeto de doutorado na Universidade Católica da América concentrou-se na bacia hidrográfica do rio Anacostia, localizada nas proximidades de Bladensburg, em Maryland. Durante a primeira metade do século XX, a região foi severamente afetada por grandes inundações (Figura 3) (McElrath 2014, apud Beniest, 2020). O cenário exigia uma investigação minuciosa, a qual Marguerite conduziu com extrema diligência. Em parceria com o Dr. H.T. O'Neill, a pesquisadora realizou extensivos trabalhos de campo ao longo do rio. Ela complementou as observações práticas com uma abrangente revisão bibliográfica, analisando livros, boletins e mapas obtidos em instituições de prestígio, como o Serviço Geológico e os Arquivos Nacionais americanos.

A defesa de sua tese ocorreu em 1942 (Williams 1942, apud Beniest, 2020). Intitulado "A História da Erosão na Bacia de Drenagem de Anacostia" (A History of Erosion in the Anacostia Drainage Basin) (Figura 4), o trabalho foi pioneiro ao estabelecer uma conexão direta entre as atividades humanas e a degradação ambiental. Ao analisar os principais fatores de erosão nas áreas superiores e inferiores da bacia hidrográfica, Williams demonstrou que processos naturais eram drasticamente acelerados por práticas antrópicas, tais como o desmatamento, a agricultura intensiva e a urbanização.

O estudo de Williams foi fundamental para revelar o impacto histórico da colonização europeia e do rápido crescimento industrial na região. Ela identificou que o desmatamento em larga escala para a produção de combustível durante a Revolução Industrial contribuiu significativamente para a erosão observada ao longo do rio Anacostia, estendendo-se de Bladensburg até Washington, D.C. Suas descobertas inovadoras a destacaram como uma das primeiras cientistas a explorar os efeitos adversos das ações humanas sobre a dinâmica natural, ajudando a fundar as bases para a pesquisa moderna em ciências ambientais e ecologia humana. Com a obtenção do título de doutora em 1942, Marguerite foi promovida a professora titular no Miner Teachers College. Paralelamente, passou a ministrar aulas no período noturno na Universidade Howard, cargo que exerceu até sua aposentadoria em 1955. Sua

carreira foi amplamente consagrada ao ensino de geografia e ciências sociais, destacando-se historicamente como uma das primeiras geocientistas a correlacionar as ações humanas e o uso do solo aos processos de erosão e aos riscos de desastres naturais por inundação (Geology Museum, 2026).

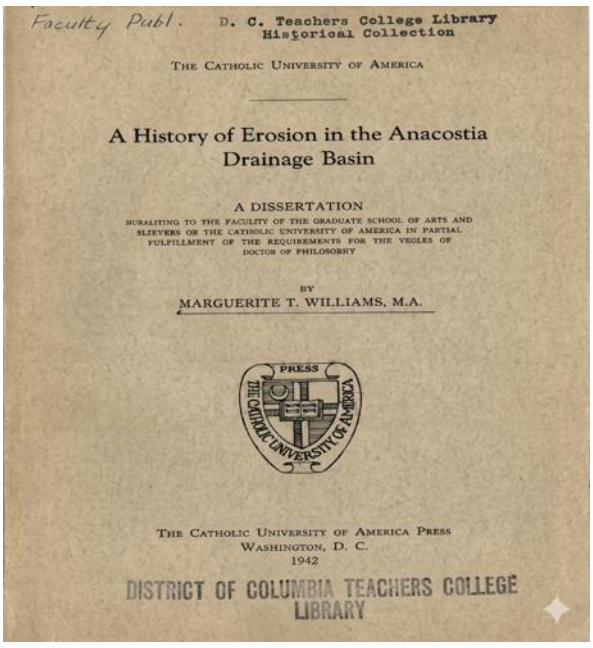
Com essa contribuição memorável, Marguerite Thomas Williams eternizou-se como a primeira pessoa negra a obter um doutorado em geologia nos Estados Unidos. Após uma vida dedicada à ciência e à docência, ela aposentou-se em 1955 e faleceu em 17 de agosto de 1991.

Figura 3 - Mapa da Utilização do Solo na Bacia do Rio Anacostia da Tese de Doutorado de Marguerite Thomas Williams.



Fonte: Beniest, 2020.

Figura 4 – Capa da tese de doutorado de Marguerite.



Fonte: Beniest, 2020.

Um Legado de Resiliência e Inspiração

No decorrer do século XX, as mulheres negras que ingressavam nas geociências deparavam-se com um cenário profundamente hostil e excludente. Entre 1946 e 1947, estimava-se que apenas 3% dos 11.000 geólogos em atividade nos Estados Unidos eram mulheres (OWENS, 2024), uma estatística que se tornava ainda mais restritiva quando intersectada pelo racismo estrutural.

A trajetória de Marguerite Thomas Williams foi moldada pela superação dessas barreiras sistêmicas, que se manifestavam na forma de isolamento acadêmico, escassez de mentorias e discriminação direta. Esses obstáculos tornavam-se ainda mais severos diante das pressões sociais da época, que frequentemente marginalizavam as mulheres no mercado de trabalho após o casamento ou ao atingirem a maturidade dos quarenta anos, relegando-as a funções muito abaixo de suas qualificações reais. Apesar desse ambiente adverso, Williams rompeu barreiras históricas e consolidou marcos pioneiros que redefiniram o papel da mulher negra na ciência.

Conquista histórica

Ao consagrar-se como a primeira pessoa afro-americana a obter um doutorado em Geologia nos Estados Unidos, Marguerite Thomas Williams não apenas rompeu barreiras institucionais, mas estabeleceu um marco imperecível. Esse feito pioneiro pavimentou o caminho para as futuras gerações de pesquisadores negros nas geociências, desbravando um espaço até então severamente restrito.

Sua trajetória intelectual permanece como um testemunho eloquente de resiliência, demonstrando que o topo da academia é alcançável mesmo diante dos mais severos obstáculos estruturais. Ao desafiar abertamente o status quo de sua época, Williams tornou-se uma fonte de inspiração para mentes de origens diversas, em especial para mulheres negras

Legado

Reconhecendo seu legado, o Departamento de Ciências da Terra da University College London (UCL) criou uma bolsa de estudos em seu nome, destinada a alunos que publicam trabalhos abordando ações ou métodos para combater a discriminação e o racismo no ambiente acadêmico (OWENS, 2024). Williams também recebeu homenagens escritas pela Associação para Mulheres na Ciência (Association for Women in Science - AWIS), destacando sua influência duradoura no avanço das mulheres e minorias

nas ciências geológicas. Sua pesquisa pioneira ajudou a lançar as bases para o combate ao racismo ambiental, décadas antes de o termo ser oficialmente criado e primeira pessoa mulher negra a obter um doutorado em geologia nos Estados Unidos.

Desde 2020, a American Geophysical Union (AGU) concede anualmente o Prêmio Marguerite T. Williams a cientistas em meio de carreira que se destacam por suas contribuições significativas à pesquisa ou ao fortalecimento de comunidades na área de processos de superfície terrestre e planetária. O trabalho pioneiro de Marguerite em sedimentologia fluvial é considerado um precursor temático direto para os estudos modernos de sedimentos fluviais em Marte, servindo de base conceitual para as investigações remotas e in situ conduzidas pelo Laboratório de Ciências de Marte e pelo rover Perseverance.

Além disso, suas inovações em geologia inspiraram o desenvolvimento da Máquina de Perfuração de Microtúnel Marguerite (MTBM), utilizada em projetos de engenharia subterrânea (OWENS, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O DESAFIO DA REPRESENTATIVIDADE

Como mulher negra na vanguarda das geociências no início do século XX, Marguerite Thomas Williams enfrentou profundas adversidades sistêmicas. Infelizmente, a severa sub-representação de mulheres negras nas ciências da Terra permanece como um desafio estrutural persistente, mesmo mais de oito décadas após a conquista de seu pioneiro doutorado (GEOLOGY MUSEUM, 2026). A gravidade desse abismo histórico reflete-se em dados alarmantes: no intervalo de 43 anos compreendido entre 1973 e 2016, apenas 69 mulheres negras obtiveram o título de doutorado na área em todos os Estados Unidos.

REFERENCIAS

BENIEST, Anouk. Marguerite Thomas Williams: the US' first black person to obtain a doctorate in Geology. Tectonics and Structural Geology, European Geosciences Union. 2020. Disponível em: https://blogs.egu.eu/divisions/ts/2020/08/26/marguerite-thomas-williams-the-us-first-black-person-to-obtain-a-doctorate-in-geology/. Acesso em: 24 ago. 2026. Acesso em: 15 jul. 2026.

BLACKPAST. 2017 Williams, Marguerite Thomas (1895–1991). [S. l.]: BlackPast, [s. d.]. Disponível em: https://www.blackpast.org/african-american-history/williams-marguerite-thomas-1895-1991/. Acesso em: 10 abr. 2026.

GEOLOGY MUSEUM. R.U. 2026 Marguerite Thomas Williams: the first Black person to receive a doctorate in geology in the United States and the current state of diversity in geoscience. [S. l.]: Rutgers, [s. d.]. Disponível em: https://geologymuseum.rutgers.edu/about-us-geology-museum/mastodon-musings/mastodon-musings/270-marguerite-thomas-williams. Acesso em: 7 jan. 2026.

OWENS, Pamela Hilliard. Today in Black History: Dr. Marguerite Thomas Williams. We Are Speaking, 13 jun. 2024. Disponível em: https://www.wearespeaking.net/p/today-in-black-history-dr-marguerite. Acesso em: 2 set. 2025.

REGISTRY A. A.2026. Marguerite Thomas Williams, geologist born. [S. l.]: African American Registry, [s. d.]. Disponível em: https://aaregistry.org/story/marguerite-thomas-williams-born/. Acesso em: 24 ago. 2026.

AWIS . 2024. ASSOCIATION FOR WOMEN IN SCIENCE. Dr. Marguerite Thomas Williams, PhD. [S. l.]: AWIS, [s. d.]. Disponível em: https://awis.org/historical-women/dr-marguerite-thomas-williams/. Acesso em: 1 mar. 2025.

Capítulo 6

10.37423/260811289

A SAMAUMEIRA: SÍMBOLO DE ANCESTRALIDADE E SUSTENTABILIDADE NO QUILOMBO VILA DO CACAU/COLARES-PARÁ

Telma Nazaré de Sousa Pereira — *Universidade do Estado do Pará - UEPA*

Assunção José Pureza do Amaral — *Universidade Federal do Pará*

Leila do Socorro Araújo Melo — *Secretaria de Estado do Pará*

Wanderlan Montão da Silva — *Secretaria Municipal de Educação de Tucurui-Pa.*

INTRODUÇÃO

A escravidão, um episódio lamentável na trajetória histórica do Brasil, deixou um impacto duradouro de resistência e busca por liberdade. O povo negro, que sofreu opressão, encontrou em suas culturas e crenças a força para desafiar o regime escravagista. Os quilombos se destacaram como um dos principais ícones dessa resistência, servindo como locais de liberdade e preservação da herança africana.

Mais do que simples refúgios, os quilombos personificam um desafio direto à estrutura econômica e social da época. Dentro desses espaços, a cultura africana prosperava, a solidariedade era fomentada e a luta por direitos era mobilizada. Assim, os quilombos se tornaram marcos de oposições não apenas à escravidão, mas também a m sistema que desconsiderava a humanidade e a dignidade dos afrodescendentes.

Na Amazônia Paraense, a comunidade quilombola "Vila do Cacau", situada às margens do rio Tauapará, no município de Colares, surge como um exemplar vivo dessa luta. Com raízes indígenas e afro-brasileiras, essa comunidade preserva suas tradições, conhecimentos ancestrais e sua identidade étnica, mantendo a memória de seus antepassados bem vivos. A samaumeira, uma árvore centenária que se destaca imponente no território da "Vila do Cacau", é um poderoso símbolo dessa ancestralidade. Suas raízes profundas, assim como as da comunidade, se entrelaçam com a história do quilombo, refletindo a força, a resistência e a ligação com suas origens.

Este artigo, visa investigar a conexão da referida comunidade quilombola com a samaumeira, buscando entender como essa árvore centenária se tornou um símbolo de ancestralidade de identidade para os moradores. Através da análise de relatos de residentes e da observação das rotinas do quilombo, pretende-se descobrir os significados e as representações que a samaumeira tem para a comunidade, evidenciando a importância da memória e da ancestralidade na formação da identidade quilombola.

AÇÕES ANTRÓPICAS E O MEIO AMBIENTE NO QUILOMBO

As ações antrópicas são às atividades realizadas pelos seres humanos que têm um impacto significativo no meio ambiente, nos ecossistemas e no planeta como um todo, ou seja, são as ações causadas pelo

ser humano que têm um impacto direto ou indireto na natureza, podendo ser natural, social, econômico e histórico-cultural, com reflexos no bem-estar humano (Pedreira, 2023).

Existem ações antrópicas positivas e negativas, esta última prejudica o planeta, como o desmatamento, incêndio florestais, contaminação de solo, pecuária, entre outros. Por outro lado, as ações positivas, são mediadas pela contribuição do homem à natureza, que é a cultura, pois diferencia o homem dos demais animais, e ela é civilizadora, ou seja, o homem nasce num ambiente natural, mas simultaneamente num ambiente sociocultural (Cunha; Guerra, 2009).

A ação do homem pode acelerar a degradação ambiental, mas, ao mesmo tempo, através do uso e manejo adequados, pode retardar que esses processos ocorram (Cunha; Guerra, 2009). As tradições e saberes transmitidos de geração em geração estão profundamente conectados ao modo como as ações de comunidades tradicionais, por exemplo, interagem com o ambiente. Isso se reflete na agricultura de subsistência, no uso sustentável dos recursos e nas práticas de conservação (Dos Santos; Dos Santos, 2024).

Conforme o MapBiomas (2023, p. 1), como designação genérica de tipos ações e humanos, o princípio antrópico, está relacionado as variantes de paisagem/território, etnia/religiosidade em razão de suas habilidades produtivas e de seus valores e normas de conduta, assim como da inserção e estabilizações humana no meio ambiente, através das relações e reações entre grupos sociais e tipos humanos que habitam o mesmo território, neste caso o quilombo.

Nesse contexto, a palavra “quilombo” de origem “bantu” quer dizer acampamento ou fortaleza. Termo criado pelos portugueses para identificar as localidades/espaços criados pelos escravos fugidos de cativeiros. No Brasil eram chamados de arrachamentos, mocambos ou quilombos e seus membros eram conhecidos como Callombolas, quilombolas ou mocambeiros (Silva e Silva, 2014, p. 192). Muitas são as deminnações conceituais para quilombo, pode se referir a a denominação do colonial que conceitua como “lugar de escravo fugido”; também o decolonial, que se caracteriza como: lugar, espaço, território de resistência e de luta (Amaral, 2023).

Os quilombos normalmente estão localizados em lugares distantes das áreas mais urbanas, por isso estabelecem uma proximidade com seu ambiente territorial, a preservação de costumes e cultura, estão assim conectados com a sua flora e fauna no território. Assim, do ponto de vista antropológico pode se definir o quilombo como um espaço de liberdade, mas também de luta e resistência, como

descendentes de africanos que resistiram à escravidão, construíram suas comunidades em harmonia com a natureza, valorizando a biodiversidade através de práticas sustentáveis (Silva; Silva, 2014).

Dados do MapBiomas (2023) Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima (SEEG/OC), identificam os Territórios Quilombolas como lugares onde a cobertura vegetal nativa no Brasil, ao lado dos Territórios Indígenas, são os mais preservados.

> Ao todo, territórios quilombolas titulados ou em processo de titulação ocupam 3,8 milhões de hectares, ou 0,5% do território nacional. São 494 Territórios Quilombolas segundo o Censo 2023 do IBGE: 30% já titulados e 70% em processo de titulação. Essa diferença reflete-se na conservação ambiental: enquanto nos territórios já titulados a perda de vegetação nativa entre 1985 e 2022 foi de 3,2%, nas áreas em processo de titulação esse percentual foi de 5,5%. Na média, o uso antrópico ocupa 14% de sua área (MapBiomas, 2023, p.1).

Os dados acima mostram uma diferença preocupante na proteção do meio ambiente entre as comunidades quilombolas que possuem título e as que não possuem, com um aumento do desmatamento nas regiões que estão à espera de titulação. A morosidade na concessão de títulos compromete tanto a proteção ambiental quanto a estabilidade jurídica desses grupos, deixando-os vulneráveis à exploração de seus recursos e à violência. Ressalta-se, que as práticas tradicionais das comunidades quilombolas constituem-se em saberes étnicos que envolvem plantar, manejar, comercializar e, cujos modos de vida, e o cotidiano são defendidos pela relação dessas reproduções da vida social desses grupos (Ferreira, 2017).

Para Almeida e Abrantes (2021), os quilombos estão frequentemente localizados em áreas de rica biodiversidade, como florestas, e que ao longo dos séculos, tem desenvolvido um profundo conhecimento sobre o ambiente em que vivem. O uso sustentável dos recursos florestais é fundamental para sua sobrevivência. A coleta de plantas medicinais, a caça e a pesca são práticas que refletem uma relação de respeito e harmonia com a floresta, onde os saberes ancestrais são fundamentais para a preservação dos ecossistemas.

A COMUNIDADE QUILOMBOLA “VILA DO CACAU” COLARES/PA

A comunidade Quilombola “Vila do Cacau”, está localizada às margens do rio Tauapará, no município de Colares-PA, mas sua proximidade com o município de Vigia, permite o acesso a comunidade por barco, possibilitando uma viagem mais rápida, cerca de 10 minutos de barco, sendo que por Colares o tempo para chega pode ser de até 2 horas por estrada de chão, pois muitas vezes está em condições desfavoráveis. Assim, seguindo pela BR 316, acessando a PA-150 até o município de Vigia, faz- se a

travessia através do rio Guajará e Taupará até a margem da comunidade quilombola “Vila do Cacau” desembarcando no trapiche. A distância até o centro da comunidade é de cerca de 2km.

A comunidade é considerada “núcleo e guardiã dos principais resquícios históricos da tradicional população remanescente” (Almeida, 2005, p. 13). Datada de meados do final do século XIX, a comunidade teve origem a partir da formação da população de traços indígenas e de grupos escravizados, onde seu território tem história vivenciadas, fruto de lutas e saberes tradicionais, expressas nas arquiteturas ainda visíveis que são as ruinas do Barão do Guajará. Por outro lado, os laços sanguíneos da comunidade são passados de geração em geração, reforçando uma identidade baseada na memória e no tempo de seus antepassados que até hoje guardam em suas memórias (Almeida, 2005).

Em nossas visitas à comunidade quilombola, foi possível uma conexão com a história e a luta desses humanos. A Vila do Cacau, oferece um profundo envolvimento com a cultura e a história local, evidenciando o papel crucial da memória e da herança na formação da identidade quilombola. As primeiras visitas, ocorreram em abril de 2024 durante a estação úmida amazônica, possibilitando a vivência da rica diversidade natural da área, com abundante vegetação, destacando a floresta de bambu (Figura 1).

Figura 1: Frente da comunidade pelo Rio Tauapará



Fonte: os autores (2025).

A chegada à comunidade foi marcada pelo desejo de interação com as lideranças quilombolas, sublinhando a estrutura organizacional e da hierarquia local. A recepção e encontro com o “senhor Avelino”, um residente da comunidade foi essencial para o entendimento mais profundo da história da Vila do Cacau. Por intermédio das histórias compartilhadas, foi possível aprender sobre a trajetória de

seus pais e antepassados, além do contexto de luta e resistência do povo negro quilombola na localidade, em que se destaca a do Barão do Guajará. As narrativas do senhor Avelino enfatizam o papel da memória e da ancestralidade na conservação da cultura e identidade quilombola, transmitindo saberes e princípios ao longo das gerações.

Seu Avelino é um negro retinto, morador mais velho da comunidade, hoje com 87 anos, traz em sua memória uma história vivida por ele sobre seu antepassado embora não seja alfabetizado, destaca o livro Motins Políticos de Domingos Antônio Raiol, publicado pela Universidade Federal do Pará (1970), como uma de suas referências, pois o livro conta a história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835, período da Cabanagem.

Ele falou como muito orgulho de sua história e por se sentir uma referência viva, lúcida conta sobre seus pais, sua esposa (já falecida) e sobre seus 6 filhos ainda moradores da comunidade. Há claramente um lugar de pertencimento em sua fala, pois consegue transitar durante história falando sobre o processo de escravidão e suas marcas deixadas e vividas e vivas até hoje em seu imaginário. Morador da área central da comunidade ao lado do campo, comenta que:

> Esse campo, é a nossa história, aqui todas as famílias, e as diversas gerações se encontram para vibrar, gritam e fica torcendo pelos times. “O jogo aqui junta todo mundo, são os adultos homens e mulheres, jovens, e até crianças, todo mundo brica e rir. (Senhor Avelino, 2024).

As visitas à comunidade servem como um chamado à reflexão sobre a conservação da história e da cultura quilombola, assim como os desafios que essas comunidades enfrentam na defesa de seus direitos e nas políticas de ações afirmativas. Nessa experiência, se evidencia a urgência de valorizar a memória e a ancestralidade como componentes essenciais na formação da identidade e na resistência das comunidades quilombolas.

A imersão na rica história, cultura e modo de vida desse grupo humano que, por meio de sua luta pela liberdade e pelo reconhecimento de seus direitos, estabeleceu um espaço único de resistência e manutenção de suas práticas. As jornadas, ocorridas em diferentes períodos, demonstraram a complexidade desse quilombo, a força das tradições ancestrais e os desafios atuais enfrentados.

O trajeto até a Vila do Cacau, caracterizado por sua beleza natural e os obstáculos do ambiente amazônico, com a presença de serpentes venenosas, revela a conexão estreita da comunidade com seu território. A chegada às ruínas do Barão do Guajará (Figura 2), um local de significatva importância

histórica e cultural, simboliza um reencontro com o passado e as batalhas enfrentadas pelos ancestrais quilombolas.

Figura 2: Ruinas do Barão do Guajará



Fonte: os autores (2025).

A vida na Vila do Cacau é manifestada em suas atividades, tradições e relações sociais. As crianças indo para a escola, os adultos envolvidos em suas ocupações e atividades do lar, as igrejas evangélicas que se destacam no território, e o campo de futebol como um local de lazer e interação, todos esses elementos formam um mosaico de vivências que definem a identidade da comunidade.

As comunidades quilombolas constituem locais de (re)existência), onde a cultura e os costumes são mantidos e passados de uma geração para outra. A Vila do Cacau, com suas variadas expressões culturais e religiosas, evidencias conforme Cunha (2009), a robustez da identidade quilombola e a habilidade de adaptação e mudança ao longo dos anos.

Nessa direção, concordamos com Diegues (2000), que para os grupos tradicionais, como os quilombolas, o conceito de território transcende o ambiente físico, incluindo dimensões culturais, sociais e simbólicas que influenciam a identidade e o estilo de vida. No contexto da Vila do Cacau, o território representa um espaço de lembrança, onde as marcas do Barão do Guajará emergem como emblemas de luta e herança.

O encontro com o guia Mescoutto, um jovem quilombola de 20 anos de idade, simbolizou a força da nova geração na luta por direitos e o reconhecimento das comunidades quilombolas. Sua participação em Brasília, ao lado de outros representantes de diversas áreas, evidencia o compromisso na defesa de um patrimônio cultural e histórico que vai além das fronteiras da Vila do Cacau.

De acordo com Almeida (2012), a batalha pelos direitos das comunidades quilombolas é um processo complicado que abrange a obtenção de terras, o reconhecimento da sua identidade e a asseguração do acesso a serviços públicos e políticas sociais. A atuação de Mescoutto nessa batalha destaca o valor da juventude quilombola na criação de um futuro mais justo e igualitário.

O poço com águas verdes (Figura 3), um elemento essencial nas histórias do guia Mescoutto, assume um significado particular na cultura local. As narrativas e crenças que cercam sua construção e permanência, associadas à ancestralidade e ao sobrenatural, indicam a profunda conexão da Vila com suas tradições e com o mundo invisível que envolve a comunidade.

Figura 3: Poço com águas verdes



Fonte: os autores (2025).

Nessa caminhada guiada à comunidade nos instigam a refletir sobre a relevância de preservar a história, cultura e o modo de vida das comunidades quilombolas. Um espaço dedicado à resistência, luta e manutenção de suas tradições, que nos leva a reconsiderar nosso papel na formação de uma sociedade mais justa, humana e igualitária

Durante o percurso guiado, Mescoutto destaca que os lugares que representam mais a ancestralidade são as “Ruinas do Barão do Guajará, a samaumeira e o Campo de futebol”. Descreve que, a noite é comum ouvir-se gritos vindo das ruinas, onde muitos escravizados morreram no período escravocrata comandado pelo Barão do Guajará

Sobre a relação da comunidade com a natureza, meio ambiente, Mescoutto afirmou:

> Desde que nasci, sempre tive contato comesse ambiente, minhafamília nasceu e vive na aqui na comunidade. Aqui acho que estamos protegidos, visto que para vir pra cá é preciso de autorização, não é qualquer um que entra. A gente tenta se preservar. Todo dia tem barco que sai daqui que é o barco que leva e traz estudantes. Todo mundo que quiser saí, pode (Mescoutto, 2024).

A expressão de Mescoutto ilustra um vínculo e um sentimento de proteção em relação ao seu habitat, enfatizando a relevância das vivências e experiências na formação de seu entendimento sobre a natureza. Suas palavras ressoam com a visão de Diegues (2000), em que argumenta que o território para as comunidades tradicionais, como os quilombolas, transcende o físico e incluem dimensões culturais, sociais e simbólica que influenciam a identidade e o modo de viver com pertencimento identitário.

Outro lugar apresentado foi a samaumeira (Figura 4), em que Mescoutto, insistiu que precisava conhecer. O encantamento ao ver aquela árvore gigantesca foi compensador e gratificante, deu uma sensação de proteção. É a guardiã do território! Afirmou Mescoutto.

Figura 4: Samaumeira em Vila do Cacau



Fonte: os autores (2025).

A samaumeira na comunidade quilombola se tornou um ícone com diversos significados, simbolizando proteção, ancestralidade e a intensa relação entre os quilombolas e a natureza. Esta árvore é considerada a defensora do território, mantendo a comunidade segura de perigos e desastres, enquanto suas raízes profundas representam a ligação com os antepassados e a passagem de conhecimentos. A samaumeira também ilustra a força natural e a interdependência do ser humano com o meio ambiente, sendo essencial para o equilíbrio ecológico. Acima de tudo, esta árvore é um emblema de identidade para a comunidade, refletindo sua história, cultura e princípios, além de reforçar o sentimento de pertencimento e a resistência do povo quilombola.

Quando perguntado para senhor Avelino e a senhora Suely sobre a samaumeira, ele respondeu:

> Nossa Samaumeira está velha, como eu. Mas é a marca de que temos valor. Me sinto feliz, agradecido de cada vez que recebemos alunos e professores defora. Eu não tenho ido no pé dasamaumeira, estádistante pra eu ir lá. Mas ela é grande e imponente. É sagrada. É a nossa maior vitória (Senhor Avelino, 2024).
> Já envelhecida, como disse, a samaumeira continua imponente. Com suas raízes formando um protetor, reúne as histórias escritas ali pelos antepassados. As vezes tenho a sensção que ela conversa comigo (Senhora Suely, 2024).

Como vemos no depoimento de seu Avelino, Suely e Mescoutto, a relação com a samumeira, ultrapassa o papel da natureza como mera provedora de bens materiais, consoante com Schimit e Turatti (2002), passando a ser símbolo cultural, de ancestralidade no território, relacionando a proteção da fauna e flora, e com espécies animais considerados sagrados que têm papel importante nas tradições e rituais locais.

A senhora Suely, trabalha com rezas, é benzedeira e recebe entidades relacionadas diretamente com o meio ambiente que para ela representa a referência de seus dons. Descreve ter uma relação muito forte com a comunidade quando se refere aos seus ancestrais, reconhecida por seus "poderes" religiosos.

> A natureza pra nós aqui é tudo! É vida. A vida no território, e nossa ancestralidade, não existe quilombola do Cacau se não está presente todo o nosso ambiente e nossa história (Senhora Suely, 2024).

Assim, a Samaumeira, representa a conservação da fauna entrelaçada com as práticas culturais e religiosas, mostrando que a preservação ambiental é uma extensão da identidade cultural da comunidade. A senhora Suely, declarou nem sempre ser bem vista pela comunidade, pois a comunidade tem um grande número de moradores pertencentes a religiões evangélicas. Afirma que:

> Julgam meu trabalho. Sofro muito preconceito, porque a vizinhança não respeita meu trabalho. Sofro com isso! (Senhhora Suely, 2024).

A fala de Suely, expõe a profunda relação existente entre fé, herança cultural e natureza. Seu hábito de orar e invocar espíritos que tem vinculação direta com o meio ambiente ressalta a relevância do mundo natural em suas crenças e nas funções que desempenha como guia espiritual. A interação de Suely com os membros da comunidade, reconhecida por seus dons espirituais, destaca a função vital do líder religioso na preservação da cultura e da identidade quilombola. Sua ligação com os ancestrais sublinha, por sua vez, a herança cultural na vida quilombola, como mencionado por Diegues (2000).

Comunidades quilombolas em todo o Brasil possuem um vasto saber sobre o uso de plantas medicinais, conhecido como remédios do mato, para tratar várias enfermidades. Esse conhecimento

ancestral, passado de forma oral de uma geração para outra, abrange desde a identificação e cultivo das plantas até a confecção de chás, xaropes e outras soluções caseiras (Santos; Melo, 2023).

Esse saber está profundamente conectado ao espaço e à cultura quilombola, como afirmam Wedig e Ramos (2016). Os sistemas que organizam e cuidam de plantas, animais, água e terra, assim como os métodos de plantio, colheita e compartilhamento de alimentos, além das interações com a natureza e o universo, são componentes que interagem e definem o estilo de vida dessas comunidades.

Assim, a proteção das áreas quilombolas é crucial para salvaguardar esse conhecimento tradicional e preservar a relação simbólica entre as comunidades e o meio ambiente. Os quilombolas, considerados guardiões da natureza (Schmitt; Turatti, 2002), têm uma função fundamental na proteção da biodiversidade e na promoção de um estilo de vida sustentável, que se baseia no respeito e na convivência harmoniosa com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre a interação entre a comunidade quilombola Vila do Cacau e seus elementos simbólicos, principalmente a samaumeira, demonstra a profundidade da ligação entre a herança cultural e o ambiente. A samaumeira, uma árvore majestosa e centenária, representa a luta e a identidade dos quilombolas, expressando suas tradições e venerações pela natureza. Essa conexão é fundamental para a conservação da biodiversidade e o fortalecimento da memória coletiva do grupo.

As atividades humanas, tanto benéficas quanto prejudiciais, impactam de forma significativa o ambiente. Enquanto ações como a derrubada de árvores e a poluição do solo aparecem como resultados negativos, existem também iniciativas de manejo sustentável que são influenciadas pela cultura quilombola. O uso responsável dos recursos naturais evidencia a habilidade dos quilombolas em coexistir de maneira equilibrada com seu território, garantindo a comunidade de sua cultura e a saúde do meio ambiente.

Além de sua importância ecológica, o quilombo Vila do Cacau se configura como local de resistência histórica e social. Os saberes e tradições passados de geração a geração fundamentam práticas que valorizam e protegem o ecossistema local. A relação entre o cotidiano dos membros da comunidade e o meio ambiente reflete suas crenças e valores, com intenção de preservação ambiental integrada à identidade cultural.

É essencial assegurar a proteção da flora nativa dos territórios quilombolas, e, assim, a conservação ambiental. Informações do MapBiomas mostram que os territórios quilombolas, assim como os indígenas, estão entre os mais bem preservados no Brasil, ressaltando a gestão territorial para a manutenção da biodiversidade. Este vínculo entre titulação, conservação e uso responsável dos recursos é fundamental para a qualidade de vida das comunidades locais.

Por último, considerar a samaumeira como uma árvore da vida enfatiza que cuidar do ambiente é uma maneira de respeitar a herança dos quilombolas. As histórias de seus habitantes, como as de Avelino e Suely, ressaltam a relação sagrada entre a natureza e os aspectos culturais da comunidade. Esta pesquisa não se esgota aqui, mas destaca não apenas a relevância da samaumeira, mas também provoca novas questões e áreas de investigação que precisam ser exploradas para uma compreensão mais profunda do papel das comunidades quilombolas na preservação do meio ambiente e na luta por direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. T. Vigia de Nazaré. Edição do Autor, 2005.

ALMEIDA, M. C. P. de; ABRANTES, E. S. Aspectos ambientais no cotidiano de comunidades quilombolas na Baixada Ocidental Maranhense. ANPUH. 2021.

BRASIL. 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro, 2021.

AMARAL, A. J. P. (org.). Entre ciências sociais e educação na Amazônia. v. 1. Castanhal, PA: UFPA, Faculdade de Letras; UFPA, Faculdade de Pedagogia, 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 30 ago. 2024.

CARDOSO, L. S.; SILVA JÚNIOR, A. F.; LOBATO, M. M. O ensino de geografia, educação quilombola e mapas mentais: práticas cotidianas na Escola Municipal Padre Alfredo de Laó/Comunidade Vila do Cacau-Colares/PA. Revista GeoAmazônia, Belém, v. 10, n. 19, p. 66-89, 2022.

COELHO, A. et al. Questão racial e formação profissional em Serviço Social. II Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura, SEMLACult, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 2018.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. A questão ambiental: diferentes abordagens. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 250 p.

DAMATTA, R. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

FERNANDES, D. S.; FERNANDES, J. G. S. Personas e habitus: estudo de perfis antrópicos na Amazônia Oriental. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 81, 2018. DOI: <10.22456/1982-6524.76748>.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

FERREIRA, P. F. et al. Indicadores de sustentabilidade na comunidade quilombola África. Revista Espaços, Abaetetuba, PA, v. 38, n. 8, p. 9, 2017.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo. São Paulo: UNESP, 2000.

PAZ, M. M. et al. Escravidão, quilombo e resistência: relato de experiência em sustentabilidade. Revista da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, v. 1, n. 1, p. 31-38, jan./jun. 2021.

SILVA, G. S. da; SILVA, V. J. da. Quilombos brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. Revista Mosaico, v. 7, n. 2, p. 191-200, jul./dez. 2014.

PEDREIRA, B. C. C. G. A relação entre as interferências antrópicas e os serviços ecossistêmicos. 2023.

PROJETO MAPBIOMAS. Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil entre 1985 a 2022. Coleção 8, 2023. Disponível em: https://Brasil.mapbiomas.org/download-dos-atbds-com-metodo-detalhado/. Acesso em: 30 ago. 2024.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. Ambiente & Sociedade, ano V, n. 10, 1º sem. 2002.

SANTOS, R.; MELO, P. B. de. Proteger territórios quilombolas é preservar o meio ambiente. Correio Braziliense. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2023/07/5107342-artigo-proteger-territorios-quilombolas-e-preservar-o-meio-ambiente.html. Acesso em: 30 de set. de 2024.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

conhecimentolivre.org/home
contato@conhecimentolivre.org
editoraconhecimentolivre



CAMINHOS DA HISTÓRIA: ENSAIOS E REFLEXÕES